Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 57 – Série VII – N.º 740
3 de Março de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25** – **Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

ENTREVISTA CGTP-IN ENTREVISTA

José Ernesto Cartaxo ao «Avante!»:

«A experiência recente confirma que a unidade na acção é a força dos trabalhadores»

Em foco

Manifestação dos operários metalúrgicos em Lisboa na passada quarta-feira

MILHARES DE TRABALHADORES NA 2.ª JORNADA DOS METALÚRGICOS

Semana

67.º ANIVERSÁRIO DO PCP

COMÍCIOS

LISBOA

sábado, às 15 e 30
CAMPO PEQUENO

PORTO

domingo, às 15 horas
PALÁCIO DE CRISTAL

INTERVENÇÕES DE ÁLVARO CUNHAL

O 2.º Encontro Nacional da Saúde promovido pelo PCP realizou-se no passado fim-de-semana em Lisboa

2.º Encontro Nacional da Saúde

HÁ REMÉDIO PARA A SITUAÇÃO NO SECTOR DA SAÚDE

Semana

PCP *Tempo de Antena*

SEXTA-FEIRA, 4 DE MARÇO
RTP-1
a seguir ao Telejornal

RDP – ANTENA UM – às 13.30 horas

67.º ANIVERSÁRIO DO PCP

ENCONTRO PCP PC BÚLGARO

No dia 25 de Fevereiro, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, Stanko Todorov, membro do Bureau Político do PC Búlgaro e presidente da Assembleia Nacional da Bulgária.

Avante!
Ano 57 – Série VII
N.º 740
3 de Março de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Editorial

Data exaltante em complexo combate

No próximo domingo, 6 de Março, completa o PCP 67 anos de existência. É uma data exaltante no memorial de luta da classe operária e dos comunistas portugueses.

Assim o assinalou o Comité Central do PCP na sua reunião plenária de 23/24 de Fevereiro, assim o vamos assinalar em festivas comemorações neste fim-de-semana por todo o País.

Produto superior do processo de desenvolvimento do movimento operário português, do seu crescimento e amadurecimento de classe, o PCP, componente indispensável do pensamento político português contemporâneo, tornou-se o elemento mais dinâmico da luta do nosso Povo pela democracia e o progresso social, uma força determinante e insubstituível na construção do Portugal socialista de amanhã.

Nascido nas condições históricas mundiais do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro, em plena época da passagem do capitalismo ao socialismo que hoje se opera à escala do Universo, o PCP, único Partido que soube resistir e sobreviver ao domínio terrorista de 48 anos de fascismo, insere-se na História pátria como elemento inovador por excelência e como herdeiro legítimo do património, que soube enriquecer, das melhores tradições democráticas e progressistas do nosso Povo.

Amado pelos oprimidos, odiado pelos opressores, os bonzos do anticomunismo procuram dar do PCP a imagem de uma força em decadência, de um partido obsoleto, desligado das realidades, isolado da vida e dos problemas do Povo e do País.

Mas a verdade política do PCP rompe o espartilho em que a pretendem envolver. O partido da classe operária portuguesa em renovação constante impõe-se com uma clara linha de rumo na complexa situação portuguesa dos dias actuais.

Mesmo defrontando por vezes obstáculos e dificuldades de monta no seu acidentado percurso para diante — sentido fundamental da sua marcha e da sua natureza de classe; mesmo por vezes estorvado por transitórios factores de retardamento; mesmo acusando por vezes recuos parciais ou momentâneos períodos de estagnação, nunca o PCP se remeteu ou se conformou ao imobilismo, jamais renunciou ao incessante combate pela Liberdade, pela Democracia, pela Paz, pela Independência Nacional.

Esta é a invariável direcção que norteia hoje como ontem a nossa rota para o futuro.

«O PCP confia nos trabalhadores e no povo; os trabalhadores e o povo podem confiar no PCP» — diz-se na Resolução Política do Comité Central alusiva ao 67.º Aniversário do nosso heróico Partido.

É num momento da acesa batalha política e ideológica, em que se joga o futuro imediato do regime democrático português saído do 25 de Abril, que celebramos este 67.º Aniversário do nosso Partido.

Nos dias actuais, como é assinalado na Resolução Política do CC, um facto marcante da situação nacional «é o conflito insanável entre a política do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições», integrantes na imensa maioria do povo português contra a qual se desenvolve e investe a política cavaquista.

A nota mais saliente deste insanável conflito é dada pelas importantes acções de massas nas últimas semanas e nos últimos dias, empenhando sectores muito vastos de larga representatividade popular e social em diversas regiões do País e pelas iniciativas em curso ou previstas para os dias próximos.

Pode o Primeiro Ministro fanfarronar que as greves e a contestação social da sua política não lhe tirarão «uma hora do seu sono»; pode à vontade proclamar a sua estratégia «milimétrica» — «O Governo, diz ele, não vai ceder nem um milímetro» (O sr. Torres Couto também diz que a UGT não vai ceder nem meio milímetro...) — pode continuar a recorrer de maneira crescente aos métodos repressivos e ilegais — que a impressionante movimentação popular em curso, (que não tem por objectivo «tirar o sono» ao PM mas sim obter a satisfação de sentidas reivindicações) vai prosseguir e intensificar-se, a menos que o Governo emende o passo e altere de raiz a sua política.

E longa vai neste momento a lista dos que lutam por direitos inalienáveis, por garantias sociais arduamente conquistadas e brutalmente recusadas pelo Governo cavaquista — por um salário digno; pelo direito ao trabalho; contra o desemprego; pelo pagamento dos salários em atraso; pelo direito à saúde, ao ensino, à habitação; pelo melhoramento das condições de vida; pela defesa das conquistas democráticas fundamentais alcançadas com o 25 de Abril.

Greves, manifestações, concentrações, acções várias excepcionalmente participadas mobilizando centenas de milhares de participantes, pontuam a ampla contestação social à política cavaquista.

É impossível referi-las na totalidade mas o acervo de lutas nos últimos quatro meses deveria fazer reflectir qualquer governo responsável e levá-lo ao reexame dos seus projectos antipopulares.

Os trabalhadores da CEL-CAT, da Petrogal, da INDEP, da Autosil, da Quimigal, da Siderurgia Nacional, da Sorefame, da Cometna, da Vodratex, da EFI, da Feruni, da Covina, da Carris, da CP, do Metro, da Transtejo, das Minas da Panasqueira, da Ivima, da FEIS, das Pirites Alentejanas, da Paulo Amorim; os da Função Pública, da Administração Central e Local, dos CTT, da TAP, dos casinos, da Lusa, do porto de Setúbal, do sector metalúrgico e metalomecânico, da Hotelaria, etc;

Os trabalhadores da Reforma Agrária, os agricultores do Ribatejo, do Baixo Mondego, da Benedita, de Alcobaça, de Pombal; os utentes dos baldios de Viseu, Viana do Castelo, Braga, Castelo Branco, etc.;

Os professores e estudantes, os médicos e enfermeiros, os advogados, os trabalhadores judiciais;

Principalmente as grandiosas manifestações populares contra o pacote laboral em Lisboa, Porto, Aveiro, Leiria, Coimbra, Santarém, Faro, Viana do Castelo, a votação do Funchal; as concentrações e desfiles de metalúrgicos, delegados sindicais, trabalhadores do Sector Empresarial do Estado e outros, representam todos um gigantesco número de portugueses que contestam frontalmente a política de Cavaco e do seu Governo.

Cavaco Silva, Cadilhe, Nogueira Pinto, Peneda, Beleza, Capucho e todos os seus áulicos no Governo e no Parlamento podem continuar a bravatear sobre a «opção política clara que o voto de 19 de Julho» representou a favor do seu projecto.

É um chão que já deu uvas. E a realidade política dos dias actuais mostra, pelo contrário, como é dito na Resolução Política do CC de 23/24 de Fevereiro, que «o crescente divórcio entre a política do Governo e grande parte do eleitorado que o apoiou em 19 de Julho» não é uma invenção dos comunistas e «não pode ser ignorado pelo próprio Cavaco Silva», mostra que a base parlamentar começa já nitidamente a não corresponder à base eleitoral verificada em 19 de Julho e que a queda do apoio à política cavaquista não é neste momento «uma incompreensão, o que implica não ceder absolutmente em nada a quaisquer manobras dos que não conseguiram obter apoio do povo português em eleições livres» — como no dia 6 do mês passado proclamou o Primeiro-Ministro.

Das bombásticas afirmações produzidas por Cavaco na Conferência de Imprensa de 29 de Fevereiro no Porto, algumas devem ser retidas, do seu carácter importa tirar elementares conclusões e sobre outras tecer algumas considerações.

Uma é profundamente verdadeira, embora não no sentido com que a profere o Primeiro-Ministro.

Diz ele: «alguns não se terão ainda dado conta exacta da profundidade e da importância das mudanças em curso».

De facto, «as chamadas reformas estruturais» em curso têm por objectivo alterar radicalmente e aniquilar nos aspectos fundamentais as transformações democráticas resultantes do 25 de Abril. «O colectivismo e a estatização instalados em 1975 começam a ser destruídos» afirmou Cavaco no Porto. É o próprio regime democrático que está na mira do Governo cavaquista. As «alterações de estrutura» significariam o regresso dos monopólios às posições dominantes dos sectores básicos da nossa economia de antes do

25 de Abril e a reconstituição do capitalismo monopolista do Estado, implícitos no pacote das privatizações; a restituição das terras da Reforma Agrária aos antigos e novos latifundiários, implícita no pacote agrário que garantiria, além disso, o pagamento imediato de 40 a 50 milhões de contos de indemnizações e o «perdão» de hipotecas no valor de 30 milhões de contos pelo Estado aos antigos agrários, aos quais se propõe activar as entregas ilegais de novas reservas.

É o reino do regabofe para os monopolistas e os grandes senhores da terra expropriados pelo 25 de Abril o que está implícito nos planos restauracionistas do Governo cavaquista.

Simultaneamente, o povo português assiste ao regresso de métodos de exploração, dos métodos autocráticos e repressivos do anterior regime.

Às medidas de excepção e de violência praticadas contra os trabalhadores da INDEP e da Carris e aos safanões dos «seguranças» do Primeiro-Ministro contra a delegação da CGTP no CPCS, juntam-se as medidas de natureza ditatorial no funcionamento das instituições democráticas.

O propósito de impor à Assembleia uma Lei Orgânica e um Regimento atentatórios dos direitos estabelecidos da oposição democrática, o escandaloso procedimento judicial inconstitucional contra a deputada Helena Roseta, o estreitar do colete de forças do Governo sobre os órgãos de Comunicação Social estatizados de maior audiência, como a TV e a Rádio, mostram a outra faceta da «grande viragem histórica» referida por Cavaco.

Na sua incomensurável empáfia sobre as «reformas que irão mudar a face do País» e sobre «quando é que nós tivemos um crescimento tão forte», Cavaco Silva reivindica-se de êxitos para que não contribuiu, contabiliza receitas que nada têm a ver com a política do Governo.

A conjuntura externa possibilitou ao Governo cavaquista arrecadar mais de 200 milhões de contos cada ano com a queda dos preços do petróleo, mais de 40 milhões com a queda do dólar, mais de 35 milhões com a queda dos preços dos cereais e das oleaginosas.

É ainda favorável ao cavaquismo a conjuntura externa, mas Cavaco silencia que a teta está a secar e que fenómenos resultantes da nossa dependência externa corporizam graves ameaças nos nossos horizontes.

Factos como o agravamento de 67% no défice da nossa Balança Comercial, a crescente dependência de Portugal dos planos militares da NATO e dos Estados Unidos, são elos de uma cadeia de submissão ao capital estrangeiro e ao imperialismo que ameaçam a nossa independência nacional.

É pois neste quadro complexo que se desenvolve a acção do PCP, se materializam as cinco direcções de actividade reafirmadas no Comité Central, se comemoram os 67 anos do nosso heróico Partido Comunista Português.

Resumo

25
Quinta-feira

O Conselho de Ministros aprova pacote laboral, contra as opiniões manifestadas pela CGTP, pela UGT e pelas confederações patronais ■ Sozinho contra toda a oposição, o PSD rejeita na Assembleia da República um inquérito parlamentar à Sonae ■ No termo da visita a Washington, Cavaco Silva reafirma aos jornalistas norte-americanos que Portugal não pensa reduzir facilidades militares concedidas aos EUA ■ Metalúrgicos dos distritos de Lisboa e Setúbal ma-

nifestam-se contra o pacote laboral junto à residência oficial de Cavaco Silva ■ Na agência Lusa, a greve por aumento de salários regista uma adesão de mais de 90 por cento ■ O general Noriega é destituído do cargo de chefia das Forças Armadas do Panamá pelo presidente Delvalle ■ François Mitterrand inicia visita à República da Irlanda ■ Em entrevista televisionada, Kurt Waldheim, presidente austríaco, explica-se sobre decisão de não discursar no próximo dia 11 de Março que assinala o 50.º aniversário da anexação da Áustria pela Alemanha nazi, declarando que o faz no espírito de «apaziguamento» e «reconciliação».

26
Sexta-feira

Odete Santos

A Assembleia da República debate o trabalho infantil – uma proposta do Governo visando a aplicação de multas e um projecto do PCP apresentado por Odete Santos que não se fica pelas medidas punitivas ■ Torres Couto anuncia que o secretariado da UGT decidiu convocar uma greve geral para 28 de Março ■ À saída de uma reunião com o presidente da República, Cavaco Silva declara que o Governo «não cederá um milímetro» na legislação laboral ■ União dos Sindicatos de Setúbal promove debate distrital sobre trabalho precário ■ A Polícia Judiciária divulga lista de 59 peças de arte furtadas da Casa dos Patudos, entre as quais um óleo do pintor Delacroix ■ O presidente Delvalle, do Panamá, é ele próprio demitido pelo parlamento, após haver demitido o chefe das Forças Armadas, general Noriega ■ O presidente Mário Soares inicia visita de dez dias a Marrocos, a convite do rei daquele país ■ Um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Angola revela que os ataques sul-africanos ao Sul do país causaram já a morte de centenas de pessoas ■ O primeiro-ministro israelita Shamir rejeita conferência de paz para o Médio Oriente, após conversações com o secretário de Estado norte-americano Shultz ■ Em Seul, o governo sul-coreano decreta uma amnistia, no dia seguinte à tomada de posse do presidente Roh Tae-Woo.

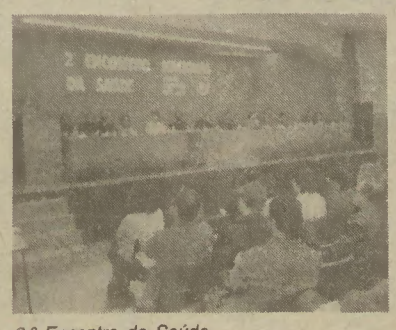
27
Sábado

Carvalho da Silva

Tem início nas instalações da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, o 2.º Encontro Nacional de Saúde, promovido pelo PCP ■ Em declarações a «o diário», Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN anuncia que a Intersindical pondera a utilização de todas as formas de luta constitucionais, incluindo a própria greve geral ■ Os «Trabalhadores Social-Democratas» da UGT votam a greve geral anunciada por Torres Couto, manifestando reservas ■ O general Ramalho Eanes anuncia em entrevista à RTP que não voltará a ser líder partidário do PRD, considerando «não haver condições» ■ Após ter sido deposto, o presidente Delvalle do Panamá foge aos guardas que lhe cercam a residência e encontra-se a monte ■ Em recontros com tropas israelitas, mais dois palestinianos são mortos na Cisjordânia, onde o número de vítimas palestinianas sobe para 74, em balanço não oficial da repressão israelita ■ No Rio de Janeiro, a defesa civil e os bombeiros entram em estado de alerta por se preverem novas inundações ■ Um «Boeing 727» fretado por uma companhia turca despenha-se em Chipre, morrendo os 15 tripulantes que seguiam no avião, sem passageiros ■ A artilharia iraniana causa cinco mortos e mais de uma dezena de feridos no ataque à cidade iraquiana de Bassorá.

28
Domingo

O 2.º Encontro Nacional de Saúde do PCP encerra os seus trabalhos com a aprovação de vários documentos, entre os quais uma «Carta dos Direitos dos Utentes dos Serviços de



2.º Encontro de Saúde

Saúde» ■ Eurico de Melo parte para Madrid em visita oficial a convite do ministro espanhol da Defesa, a fim de «tratar de problemas» relacionados com a «defesa europeia no enquadramento da NATO» ■ Termina na Foz do Arelho o Congresso dos Gráficos. Falando no seu encerramento, José Ernesto Cartaxo, da CGTP, afirma que a terceira versão do pacote laboral aprovado pelo Governo visa «desarmar a resistência» dos trabalhadores e «favorecer a UGT» ■ Fidel Castro manifesta em Havana o apoio cubano ao general Noriega e ao novo presidente do Panamá, Manuel Solis Palma ■ É empossado o novo presidente do Chipre, George Vassiliu ■ Três mortos e muitos feridos é o balanço da repressão a uma manifestação de opositores ao regime, no Bangladesh.

29
Segunda-feira

Uma Comissão Nacional de Justiça e Paz, ligada à Igreja Católica, toma posição contra os recentes aumentos de custas judiciais, denunciando-os como «imorais» ■ A Comissão do Livro Negro da Saúde em Portugal revela que se esgotou o «stock» de carne de vaca no Hospital de Santa Maria, situação que se prolongará por cerca de três meses, dadas as restrições orçamentais ■ Cavaco Silva desloca-se ao Porto, onde se manifesta optimista e satisfeito em relação à actividade do Governo e critica a UGT onde diz haver «forças imobilistas e conservadoras» ■ Deputados eleitos pelo círculo de Setúbal visitam Santiago do Cacém e Sines onde os respectivos presidentes das câmaras lhes expõem os problemas causados pela extinção do Gabinete da Área de Sines ■ Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal divulga plano integrado de desenvolvimento para o distrito ■ Em encontro com jornalistas, dirigentes sindicais da CGTP alertam para o facto de Israel tentar recrutar trabalhadores portugueses para substituir os palestinianos em greve ■ O arcebispo sul-africano Desmond Tutu é detido com mais uma centena de pessoas durante uma manifestação contra o *apartheid*, na Cidade do Cabo ■ Recomeçam em Genebra as negociações sobre o Afeganistão ■ Cerca de 90 por cento dos trabalhadores do Vaticano participam numa greve geral reclamando direitos sindicais.

1
Terça-feira

A Comissão Coordenadora dos Sincatos dos Médicos anunciam a decisão de preparar uma greve nacional, criticando a actuação de Leonor Beleza ■ Os vereadores da CDU da Câmara Municipal de Lisboa revelam que Abecasis recusa-lhes a distribuição de pelouros, pretendendo condicionar tal distribuição ao apoio público da CDU à sua política municipal ■ Delegação soviética do Conselho de Defesa da Paz da URSS conclui visita a Portugal ■ Estudantes dos ISCAP ocupam Bolsa do Porto, em luta contra a integração do seu Instituto no ensino politécnico ■ Em conferência de imprensa, dirigentes da Federação Nacional do Secretariado das Cooperativas Agrícolas divulgam parecer dos trabalhadores sobre pacote agrícola, criticando fortemente o Governo e anunciando novas lutas em defesa da Reforma Agrária ■ O partido do deposto presidente Delvalle, do Panamá, anuncia o seu apoio ao general Noriega ■ Portugal vota contra a abstenção nas votações que condenam, em Genebra, na Comissão dos Direitos do Homem, a prisão e tortura de crianças na África do Sul ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS e do Afeganistão, reunidos em Moscovo, reafirmam a intenção de chegar a acordo para solucionar a situação afegã.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23, – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/87

Tiragem do mês de Fevereiro: 27 887 exemplares

Semana

Avante!

Ano 57 – Série VII
N.º 740
3 de Março de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PCP
2.º ENCONTRO NACIONAL da SAÚDE

Os problemas da Saúde têm cura!

Um conjunto de medidas organizativas, institucionais, financeiras e materiais, e outras apontadas à política de medicamentos, aos recursos humanos do sector e à defesa dos direitos dos cidadãos (saliente-se neste aspecto a ideia da criação da **Carta do Utente dos Serviços de Saúde**) foi aprovado pelo 2.º Encontro Nacional realizado no passado fim-de-semana na JF de Alcântara, em Lisboa, por iniciativa do PCP. A esta importante acção de debate, desenvolvida em plenário e em secções temáticas, dedicamos as quatro primeiras páginas deste caderno do «Avante!», incluindo extractos da intervenção de Álvaro Cunhal (pág. 4).

O Governo PSD/Cavaco Silva tem uma política de saúde contrária aos interesses do povo português, sublinha e justifica o documento de conclusões aprovado no Encontro, que, entre outros aspectos, refere a redução do OE para a Saúde, a promoção do sector privado e a alienação do património público.

Outra linha de caracterização dos problemas actuais, como foi vincado no debate e surge devidamente contemplada no documento, aponta o clima de confronto provocado pelo Governo Cavaco contra os trabalhadores da saúde e as suas organizações representativas.

Mas o Executivo de Cavaco não fica por aí. Ignora os utentes dos serviços de Saúde e lesa os seus direitos e interesses, como salienta o terceiro capítulo das conclusões.

Depois da análise rigorosa, surgem as propostas. Ao apontar medidas organizativas, institucionais, financeiras e materiais, o Encontro refere os seguintes aspectos fundamentais: aplicação integral da Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde (SNS), regionalização dos serviços de saúde/Carta Hospitalar-Sanitária, articulação harmónica entre os cuidados primários de saúde e os cuidados diferenciados e reforma dos serviços de urgência.

A política de medicamentos, medidas para os recursos humanos e outras que consagrem os direitos dos utentes completam o conjunto de propostas saídas do Encontro Nacional do PCP, cujo documento exorta os comunistas e outros democratas a lutarem unidos por estas medidas que, a serem aplicadas, constituiriam uma viragem completa na situação da saúde em Portugal. Tais propostas são a afirmação concreta de que existe uma alternativa à política retrógrada, incompetente e desastrosa do Governo PSD/Cavaco Silva.

Coube ao camarada Mário Jorge, dirigente sindical dos médicos, a presidência da primeira sessão plenária deste 2.º Encontro Nacional da Saúde promovido pelo Partido. As intervenções deste período inicial dos trabalhos deram desde logo o tom característico da iniciativa: análise rigorosa dos diversos problemas, conhecimento profundo das realidades, desenvolvimento de ideias e propostas para a solução das dificuldades e obstáculos que os portugueses encontram nos serviços de saúde.

*Depois de **João Camilo** (ver nestas páginas dedicadas ao Encontro), falaram os seguintes camaradas:*

- ***Duarte Correia** – «Balanço dos Encontros Pluridistritais»*
- ***Fernando Vasco** – «O Centro de Saúde, Unidade-Base de um Serviço Nacional de Saúde»*
- ***Casimiro Menezes** – «Balanço dos Encontros Pluridistritais»*
- ***Luís Ferreira** – «Política de Medicamentos»*
- ***Esmeralda Serôdio** – «Balanço dos Encontros Pluridistritais»*
- ***Rui Pinhão** – «Carta Hospitalar/Regionalização dos Serviços»*
- ***Durão de Carvalho** – «Equipamentos de Saúde/Anarquia de Aquisição e de Dependência Tecnológica»*
- ***Fernando Gomes** – «Recursos Financeiros do Serviço Nacional de Saúde»*
- ***Orlando Leitão** – «Alguns Aspectos de Carências em Recursos Humanos de Saúde»*
- ***Silva Santos** – «Luta dos Trabalhadores da Saúde».*

Ainda no primeiro dia, após o plenário de abertura, teve lugar o trabalho nas quatro secções temáticas do Encontro (ver outra peça), que continuaria na manhã de domingo.

*Sob a presidência do camarada **Orlando Leitão**, decorreu à tarde o plenário de encerramento, com intervenções de **Álvaro Cunhal** e de representantes das secções de debate, que apresentaram resumos das conclusões a que chegaram os participantes nesses painéis de discussão.*

Depois de ter sido posta à votação a confiança no Executivo Nacional para inclusão das conclusões das secções no documento final (confiança manifestada por unanimidade), foi lido pelo camarada Casimiro Menezes o documento de conclusões, que viria a ser aprovado por maioria, com uma abstenção.

Os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política e presidente da bancada comunista na AR, e Maria Vilaverde Cabral, do CC, contavam-se entre os membros da Mesa deste Encontro Nacional, iniciativa valorizada pelo secretário-geral do Partido num breve comentário final.

➔

Contributo importante

Eram centenas: médicos, enfermeiros, técnicos de Saúde, funcionários administrativos de diversos serviços hospitalares e sociais, autarcas, sindicalistas. Homens e mulheres vindos de todo o País e nem todos trazendo cartões do PCP no bolso: alguns estavam ali apenas como convidados a assistir e a dar o seu contributo concreto aos trabalhos do Encontro. E assim fizeram — e assim se fez — produzindo-se, em dois dias de especializado debate, um trabalho de alta qualidade técnica, social, política e, mesmo, cultural.

Se as sessões em plenário, que abriram e fecharam o 2.º Encontro Nacional de Saúde do PCP, foram seguidas com atenção actuante (por exemplo: os aplausos nunca foram de circunstância — «ondulavam» nitidamente no sublinhar disto ou daquilo), os trabalhos em secção foram palco de intenso debate, onde o diálogo vivo materializava o vigor da discussão, da troca de opiniões, experiências ou simples pontos de vista. Dava gosto ver.

Mas dava, sobretudo, gosto assistir a um Encontro onde foram passados a pente fino os múltiplos problemas que afligem o sector da Saúde em Portugal, permitindo ao leigo, ao vulgar cidadão, tomar conhecimento pormenorizado de situações que, se as não sofreu na pele, conhece pelo menos alguém que as experimentou. E esse conhecimento pormenorizado passava pela explicação dos fenómenos negativos que afligem a Saúde em Portugal, pelo equacionamento rigoroso e fundamentado das suas causas, pela acusação frontal dos responsáveis por tal estado de coisas, pelo apontar de soluções, pela demonstração inequívoca da sua urgência.

Na verdade, o 2.º Encontro Nacional de Saúde do PCP não se limitou a ser um forum altamente especializado de análise dos problemas deste sector no nosso país: beneficiando da participação e contribuição de profissionais qualificados — que, em todo o País, conhecem melhor que ninguém a Saúde pois são eles que com ela trabalham — o Encontro foi um contributo decisivo para se encontrar a política de Saúde que urge, para o nosso país.

A VENDA

Consequências biológicas
e climáticas
de uma guerra nuclear.
Um alerta dos cientistas

a noite seguinte...

Direcção de **Evgueni Velikhov**,
vice-presidente
da Academia das Ciências da URSS

edição ilustrada
182 págs. — 950$00

edições Avante!

a Talhe de FOICE

Medos

O medo é uma coisa terrível. Há quem tenha medo de fantasmas; há quem tenha medo de ladrões; há quem tenha medo de cães; há até quem tenha medo da própria sombra.
Isto só para citar alguns exemplos.
O que as pessoas não são capazes de fazer para exorcizar os seus medos!
Cavaco Silva, por exemplo, que entre os seus sinais exteriores de riqueza conta com uma casa de férias lá para Montechoro, decidiu defender-se do medo sabe-se lá de quê mandando levantar um muro de 2,1 metros de altura e 40 centímetros de espessura em torno da dita.
Conta «o jornal» que a obra foi devidamente autorizada pela Câmara Municipal de Albufeira, que para o caso abriu uma excepção, já que os regulamentos estipulam que os muros exteriores das casas não devem ultrapassar os 1,2 metros de altura. A justificação está no facto de se tratar da «segurança de uma alta individualidade do Estado».
Para altas individualidades, altos muros, conclui-se. Os altos medos não se contêm a menos de dois metros.
O que é curioso é que os temores de Cavaco Silva parecem ter-se acentuado nos últimos tempos, uma vez que o muro data deste mês e obrigou ao supremo sacrifício de esconder dos olhos públicos o sentimental nome da vivenda, construído com as três primeiras letras dos nomes próprios do casal Silva.
Mais curioso ainda é que o citado muro protege apenas a frente e um dos lados da casa, mantendo do outro lado uma vulgaríssima sebe de plantas. Lamentavelmente a notícia de «o jornal» não esclarece qual dos lados é, pelo que até melhor oportunidade ficamos sem saber de que lado é que Cavaco Silva se protege mais: se da direita, se da esquerda.
Mas quando se começa a dever, perdão, a temer, nada parece bastante em termos de protecção.
Tanto assim é que na forja governativa está a construção, com início previsto para o próximo ano, do novo edifício do Serviço Nacional de Protecção Civil. Quem pense que tal Serviço se destina a **dar** protecção à população pode ir tirando o cavalinho da chuva.
É que, do projecto consta a construção de um centro operacional subterrâneo, destinado a albergar «pessoas com responsabilidades nos destinos do País», em caso de emergência provocada por um acidente nuclear ou outro de grande gravidade.
Está explicada a ânsia com que o Governo pretende a adesão à União Europeia Ocidental (UEO) e o enfâse com que se salienta que Portugal (leia-se o Executivo PSD) não se opõe à utilização de armas nucleares.
Se uma tal catástrofe ocorrer, podemos todos ficar descansados que lá do seu centro operacional subterrâneo algumas centenas de pessoas «com responsabilidades na condução dos destinos do País» estarão eventualmente a salvo para continuar a dirigir, ou a conduzir.
O quê? É uma pergunta pertinente, sim senhor, mas quer-me parecer que para os que em tal situação ficarem à superfície, ou seja, praticamente toda a população, a resposta não chegará a ter interesse.
Como os Serviços de Protecção Civil ficarão igualmente instalados no dito edifício, podemos apostar que em caso de acidente nuclear se fará juz ao ditado de que é mais fácil descer do que subir.
Trata-se, evidentemente, de uma questão de segurança. Mesmo no caso de morrermos todos, o Governo continuará a legislar, a decidir, a aprovar. E sem oposição!
Digam lá se não é bom poder morrer descansado?

■ **AF**

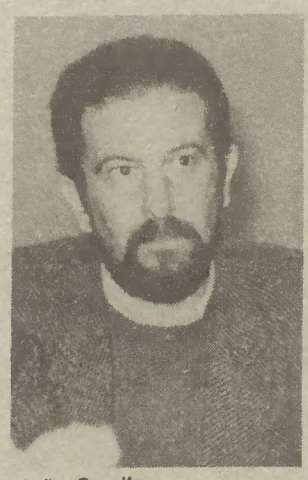
PCP

PCP 2.º ENCONTRO NACIONAL de SAÚDE

João Camilo na abertura dos trabalhos

A política de direita e as propostas do PCP

«A política de Saúde da direita e as propostas do PCP» foi o tema da intervenção de abertura do Encontro Nacional realizado em Lisboa. Apresentou-a o camarada João Camilo, da comissão nacional organizadora e do Sector da Saúde do Partido. Aqui deixamos algumas passagens dessa intervenção.



João Camilo

(...) Os 8 anos decorridos desde o nosso 1.º Encontro Nacional, foram a mais elucidativa confirmação das nossas análises e previsões e a prova acabada de que não se resolverá um único problema de saúde do País, sem uma política democrática e um governo democrático.

8 anos de governos de direita, em que se sucederam no Ministério da Saúde o CDS, o PS e o PSD, saldaram-se por um constante desvirtuar do projecto contido na Lei de Bases do SNS, em proveito de soluções espúrias, tomadas ao sabor de interesses estranhos aos dos profissionais e dos utentes.

Devemos reafirmar aqui, que os comunistas se mantêm integralmente na defesa do SNS, com a mesma confiança nas suas potencialidades de solução dinâmica, descentralizadora e maleável, para os problemas de saúde em Portugal. Naturalmente rejeitamos a caricatura anquilosada e anquilosante, burocrática e centralizadora que os sucessivos governos dele têm dado, no sentido de melhor o desacreditar aos olhos da população. É que os interesses privados apoiados no grande capital são inimigos declarados de um SNS como a Constituição da República determina, no fundo, porque são também inimigos declarados do direito à saúde dos portugueses (...).

A direita actua assim...

Noutra passagem da sua intervenção, João Camilo afirmaria:

Mas enquanto promovem a entrega do sector ao grande capital e procuram privatizar todos os serviços que possam ser rentáveis à sua exploração, os macaqueadores nacionais das Tatchers e dos Reagans conduzem a uma política de saúde com três grandes linhas de actuação.

A primeira é a da contenção e redução dos gastos públicos com saúde, cuja forma mais evidente é o brutal decréscimo da percentagem do Orçamento do SNS no OE. Com efeito, em 1980 essa percentagem era de 11,5%, para ser de 10,4% em 85 e de apenas 7,4% em 88. Entretanto, só pouco mais de 3% do PIB é dedicado à Saúde, enquanto a médida nos países da OCDE é de 7,5%. Como resultado imediato do definhar do Orçamento, surgem o encerramento de valências e serviços, a degradação das instalações e a obsolescência dos equipamentos, a não admissão do pessoal necessário ao correcto funcionamento dos serviços, a inexistência de investimentos ou a sua redução (note-se, por exemplo que o PIDDAC de 88 é inferior em 1 milhão de contos ao de 87), a imposição de critérios que visam a auto-suficiência na gestão dos hospitais como se de meras empresas comerciais se tratasse.

Medidas como, a liquidação da gestão democrática, a entrega dos hospitais públicos às Misericórdias (com pagamento nalguns casos de rendas escandalosas), a destruição e alienação do património público da saúde (como a anunciada venda dos terrenos do Hospital de Júlio de Matos para a construção civil e as já faladas dos Hospitais de Curry Cabral e de D. Estefânia), devem ser entendidas no contexto de uma política economicista, estreita e retrógrada que despreza os valores do humanismo, da solidariedade social e do bem-estar da população.

A segunda linha de actuação do Governo é a do confronto com os trabalhadores da saúde e as suas organizações representativas.

Com efeito uma política tão radicalmente antipopular teria no imediato graves custos para o Governo, se não tivesse a mascará-la uma gigantesca campanha de propaganda nos meios de comunicação social e sobretudo se não criasse um «bode expiatório» para as justas reclamações dos utentes. Foram os trabalhadores da saúde os eleitos para este papel e em particular os médicos, a quem um passado ainda próximo de caciquismo e fortuna fácil e um presente não isento muitas vezes de falhas deontológicas e profissionais tornavam o alvo ideal.

É assim que surgem os processos disciplinares, o alargamento despropositado em quadro e poderes da Inspecção Geral dos Serviços de Saúde, a recusa em receber os sindicatos representativos e as associações profissionais, o despedimento de milhares de internos do internato geral, a recusa em satisfazer o caderno reivindicativo dos enfermeiros, a manutenção da situação dos administrativos e técnicos de diagnóstico e terapêutica, a recusa em atender as reclamações dos chefes dos «bancos» centrais de Lisboa e tantas outras situações que seria fastidioso aqui enunciar.

A terceira linha de actuação é a do ataque directo aos direitos e interesses dos utentes dos serviços de saúde.

Neste campo, o Governo além de tornar cada vez mais difícil o acesso aos cuidados de saúde e de fazer pesar cada vez mais nos bolsos dos cidadãos os custos que o OE devia suportar, afasta os utentes da gestão dos serviços de saúde (obrigação constitucional sempre adiada), retirando-lhes o papel dinamizador, fiscalizador e de cooperação, a que a sua condição de donos e destinatários do SNS confere acrescida legitimidade.

Voltar ao 24 de Abril

Assiste-se assim ao galopante aumento dos preços dos medicamentos, cada vez menos comparticipados, ao empurrar dos doentes para a clínica privada por falta de resposta dos serviços públicos, ao encerramento de maternidades e de valências básicas em muitos hospitais distritais, à anunciada promoção do seguro/doença que a concretizar-se fará voltar a situação no sector ao antes do 25 de Abril (com saúde para os ricos e doença para os pobres, que ficariam à mercê da esmola das Misericórdias). E mais grave que tudo isto, são as propostas de revisão constitucional da direita, que no que à saúde se refere, fazem tábua rasa do art.º 64.º da Constituição da República, nomeadamente quanto ao SNS universal, geral e gratuito, com gestão descentralizada e participada, como forma de satisfação do direito à saúde. Aquilo que há oito anos têm procurado fazer na acção governativa, tentam agora consagrar na próxima Lei Constitucional.

Por um verdadeiro SNS

Já na parte final da sua intervenção, João Camilo sublinhou:

É nessa convicção que por melhores e mais eficazes que sejam os meios técnicos, organizativos e financeiros, nunca se dará uma resposta efectiva aos problemas da saúde se não se tiver em conta que o SNS terá de ser em grande parte o produto da inteligência, da dedicação, do trabalho e da motivação dos seus trabalhadores. Um SNS digno desse nome deve ser feito com os trabalhadores da saúde e nunca contra eles. E se hoje há razões de queixa, umas válidas outras não, sobre o profissionalismo, assiduidade, competência e dedicação de alguns trabalhadores (e em particular dos médicos), então a atribuição de condições de formação e investigação, de acesso às técnicas mais inovadoras, de protecção dos riscos profissionais, da dignificação do exercício profissional, de carreiras adequadas e de vencimentos compatíveis com a sua alta responsabilidade e qualificação, devem ter como contrapartida a exigência de rigor e brio profissional, a humanização das relações com os utentes, o trabalho em tempo completo e dedicação exclusiva.

O papel que muitos e muitos trabalhadores da saúde têm tido na denúncia e no combate à política deste Governo, quer organizados nos seus sindicatos representativos, quer através de outras formas de expressão individual ou colectiva, fazem-nos legitimamente afirmar que em novas condições de trabalho e confiança, os portugueses terão nos seus serviços de saúde profissionais à altura das suas necessidades.

A questão para nós básica e essencial que serve de pedra de toque para avaliar um SNS como nós o entendemos. Falo da participação e responsabilização dos utentes no planeamento, gestão e controlo dos serviços a todos os níveis, da consagração prática dos seus direitos e garantias, da criação de condições para um fácil acesso da população aos cuidados de saúde.

O lançamento de uma «Carta dos Direitos do Utente dos Serviços de Saúde», a concretização e alargamento das formas de participação nos órgãos nacionais e regionais do SNS e das suas instituições, a superação dos obstáculos ao acesso à saúde, quer os que dependem dos próprios serviços, quer os que resultam de situações sociais, constituem algumas das propostas que a serem avançadas, podem abrir caminho a uma nova relação de mútua confiança entre os serviços, os seus trabalhadores e a comunidade que servem (...).

PCP

PCP
2.º ENCONTRO NACIONAL da SAÚDE

A propósito dos grandes interesses capitalistas...

Nos últimos dois anos e meio, o Governo PSD/Cavaco Silva iniciou uma etapa, qualitativamente nova, na destruição do SNS e no escancarar ao grande capital desta área apetecida de chorudos lucros.

Não é hoje que as transnacionais e os grandes interesses capitalistas se movimentam no sector da saúde. Sem contar com a indústria farmacêutica, que ao longo de dezenas de anos tornou as drogas num fabuloso negócio, de há vinte anos a esta parte assistiu-se ao assalto dos industriais de aparelhagem pesada de diagnóstico e terapêutica e, mais recentemente, na sequência da viragem das políticas de saúde de muitos países para a prioridade aos cuidados primários, na oferta de aparelhagem electrónica ligeira para uso dos clínicos gerais («auto-analiser» de secretária, monitor cardíaco portátil, microcomputador, etc.).

A solução encontrada pelo Governo para melhor satisfazer estes interesses, foi instalar nos lugares-chave do Ministério os agentes de um grande grupo económico em gestação. É assim que, por obra e graça do Governo PSD, o secretário de Estado da Administração da Saúde, o director do Departamento de Gestão Financeira, o director do Serviço de Informática e o presidente da Comissão Directiva do Serviço de Utilização Comum Hospitalar saem todos da «**P.A.» Consultores de Gestão** e de empresas do «holding» da Lisnave. Por sinal esta mesma «P.A.» foi a empresa a quem a ministra entregou a administração e o fornecimento de equipamentos do novo hospital S. Francisco Xavier afastando a Direcção-Geral de Instalações e Equipamentos de Saúde.

(Da intervenção de João Camilo, na abertura do Encontro)

PCP atento aos problemas da Saúde
Exemplos de Évora e Braga

A atenção, as preocupações e as iniciativas (estudo das realidades, visitas de deputados, contactos com responsáveis, promoção de acções de debate e reflexão, etc.) no âmbito do sector da saúde têm sido uma constante na actividade das organizações do PCP. Aqui na nossa bancada de trabalho, temos, entre outras, informações pormenorizadas do encontro distrital realizado em **Braga** na Casa dos Crivos, no passado dia 13, que se enquadrou na actividade preparatória da iniciativa nacional realizada em Lisboa no último fim-de-semana, e também de recentes contactos de deputados do PCP eleitos por **Évora**. É destas matérias que aqui deixamos breve apontamento.

No prosseguimento dos contactos regulares que vão estabelecendo com as realidades do distrito os deputados do PCP pelo círculo de Évora, **Lino de Carvalho** e **Vidigal Amaro**, reuniram com a Comissão Instaladora do Hospital Distrital de Évora e com a Administração Geral de Saúde.

Na primeira das reuniões foi feito um diagnóstico da situação actual do HDE, da evolução da prestação de cuidados de saúde, das carências existentes, em particular quanto a instalações, da questão do Hospital do Patrocínio, da nova lei de gestão hospitalar e das perspectivas de evolução futura designadamente no quadro da regionalização.

Os deputados do PCP puderam constatar, pelos dados fornecidos pela Comissão Instaladora, o esforço feito pelos trabalhadores de saúde daquele estabelecimento hospitalar no sentido de dotar o HDE dos meios que lhe permitam melhorar o serviço de assistência prestado. Mas simultaneamente constata-se a solução encontrada pelo Governo para o Hospital do Patrocínio – entregando-o à gestão da Misericórdia – sem que o HDE tivesse sido ouvido, impossibilitando um aproveitamento mais racional dos meios existentes e uma gestão integrada dos cuidados de saúde a prestar.

Também o novo decreto de gestão hospitalar do Governo permite a intervenção na direcção e gestão dos hospitais de elementos estranhos aos próprios hospitais, sem formação específica, ao mesmo tempo que pode provocar um maior afastamento e um menor envolvimento e empenhamento do pessoal médico e de todos os trabalhadores da saúde, pondo em causa a gestão democrática até agora existente.

Na reunião com a Administração Regional de Saúde os deputados do PCP diligenciaram no sentido de serem conhecidas as razões que levaram a que várias unidades concelhias de prestação de cuidados de saúde – como **Alandroal, Arraiolos, Redondo, Mora,** etc. – estejam desprovidas de meios humanos, em particular pessoal de enfermagem, que lhes permitam corresponder às necessidades locais, criando graves problemas às populações com o encerramento de urgências e internamentos ao mesmo tempo que os cuidados preventivos não são também cabalmente explorados.

* * *

O encontro de Braga contou com a presença de militantes ligados ao sector da saúde e às autarquias de vários concelhos do distrito.

Durante a reunião foi analisada a política de saúde do actual Governo e as suas repercussões no distrito, quer a nível dos cuidados primários e de saúde pública, quer nos cuidados hospitalares.

Foram particularmente analisados os problemas relacionados com a entrega, em perspectiva, dos hospitais concelhios às Misericórdias, e que actualmente estão integrados nos Centros de Saúde. A consumar-se esta entrega, não só o património do SNS seria delapidado, como se regressaria à antiga assistência dependente da benevolência das misericórdias.

Nos cuidados primários salientou-se as insuficiências ainda gritantes na cobertura médica e de enfermagem em relação a alguns sectores da população, e a ausência de perspectiva da medicina preventiva nos cuidados dos médicos de família, em parte pela descoordenação e divórcio nos sectores de saúde pública e de cuidados primários.

Ainda no domínio da saúde pública foi analisada a carência de redes de saneamento e de fornecimento de água nalguns concelhos, em parte por ausência de disposições que permitam às autarquias intervir.

No que respeita aos cuidados hospitalares, o aspecto mais saliente na discussão foi o da sobrecarga dos serviços de urgência por falta de serviços de atendimento permanente a nível dos cuidados primários, não sendo indiferente a isto as carências orçamentais que vêm caracterizando a política deste Governo, também no campo da saúde, o que por sua vez se insere na política de desacreditação e desagregação do Serviço Nacional de Saúde, visando promover a medicina privada. No mesmo contexto se inserem as longas listas de espera, quer para consultas de especialidade, quer para internamentos para tratamento cirúrgico.

Os temas em debate nas 4 secções

Vejamos os principais temas que estiveram em debate nas quatro secções temáticas do 2.º Encontro Nacional da Saúde:

1.ª Secção – Serviço Nacional de Saúde

- *Gestão e órgãos do SNS;*
- *Saúde Ocupacional;*
- *Urgência(s);*
- *Articulação de cuidados primários e diferenciados;*
- *Saúde mental;*
- *Novas tecnologias.*

2.ª Secção – Sector privado/Subsistemas

- *Clínica privada/Convenção/Subsistemas (ADSE, SAMS, etc.) e seu relacionamento com o SNS;*
- *Seguro/doença;*
- *Misericórdias;*
- *Propriedade da farmácia.*

3.ª Seccção – Utentes e Serviço Nacional de Saúde

- *Direitos do utente;*
- *Gabinete do utente;*
- *Acesso aos serviços de saúde;*
- *Humanização dos serviços;*
- *Participação na gestão dos serviços;*
- *Despesas com a saúde no orçamento familiar;*
- *Formas de organização dos utentes.*

4.ª Secção – Problemas socioprofissionais

- ***Definição de funções dos profissionais;***
- ***Saúde ocupacional nas unidades de Saúde/risco profissional;***
- ***Ensino/saídas profissionais;***
- ***Códigos deontológicos/responsabilidade profissional/sigilo profissional;***
- ***Regimes de trabalho/vencimentos/carreiras;***
- ***Trabalhadores da Saúde e integração europeia;***
- ***Formas de organização e de luta.***

Para além de numerosas intervenções (no seu conjunto), estes quatro painés de debate recolheram vários contributos por escrito, salientando-se o enriquecimento dos textos de apoio (guiões) elaborados de propósito para as secções. Os participantes no painel que abordou os problemas socioprofissionais da Saúde avançaram a proposta de realização de novas iniciativas para debate das questões levadas àquela secção, que contou com os seguintes textos de apoio: «definição de funções dos profissionais», «Saúde Ocupacional nas unidades de saúde/risco profissional», «Ensino/saídas profissionais», «Regimes de trabalho, vencimentos e carreiras», «Trabalhadores da Saúde e integração europeia», «Formas de organização e luta».

O Governo PSD/Cavaco Silva tem uma política de saúde contrária aos interesses do povo português – *de facto, basta ler o Programa do Governo ou ouvir as opiniões e propostas da ministra da Saúde para rapidamente se perceber que as medidas de saúde que apresentam são o que de mais obsoleto e retrógrado se tem avançado em Portugal nos últimos anos.*

O que acontece é que o Governo tem uma política social, claramente antipopular, resultante de uma política económica submissa aos ditames do grande capital nacional e estrangeiro.

Se o emprego, os salários, a habitação, a educação e a segurança social são postos em causa pelo Governo, naturalmente a saúde, que resulta em grande parte da complexa interacção de todas essas áreas e que reflecte com rigor o seu estado, surge degradada e com padrões que envergonham um País democrático.

(Do documento de conclusões aprovado pelo Encontro Nacional do PCP)

PCP

PCP 2.º ENCONTRO NACIONAL da SAÚDE

Álvaro Cunhal:

«Tal como o "pacote da Saúde" não resolve antes agrava os problemas da saúde, o mesmo sucede em relação a qualquer das outras áreas de governação, de que os *pacotes* (laboral, privatizações, agrícola, justiça, ensino, comunicação social, etc.) são esclarecedor testemunho».

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, falou na 4.ª e última sessão de trabalhos do Encontro, na tarde de domingo. Dessa intervenção passamos a publicar alguns extractos mais significativos.

Ataque frontal

(...)

O Encontro apresentou ***um quadro muito vasto e documentado da degradação dos serviços de saúde.***

Não se trata de dificuldades e carências resultantes apenas de incompetência, negligência e incúria.

A degradação dos serviços de saúde é uma degradação voluntária e conscientemente provocada.

É resultante da política antidemocrática de sucessivos governos agravada agora pela acção do Governo PSD de Cavaco Silva.

(...)

O actual Governo, com a sua Ministra da Saúde, lançou-se naquilo que pode chamar-se ***um ataque frontal contra a saúde.***

(...)

Os objectivos *desta política de degradação dos serviços de saúde são claros:*

- *Por um lado,* ***diminuir os encargos do Estado com a saúde, negando à grande maioria da população o direito à saúde****, pela carência, insuficiência e alto preço dos serviços e medicamentos;*
- *Por outro lado,* ***favorecer a instalação de empresas de saúde privadas,*** *num plano de privatização que assegure lucros ao capital e saúde às camadas mais endinheiradas.*

Tudo isto é natural e lógico para um Governo cujo objectivo fundamental é restaurar o capitalismo monopolista.

(...)

Tudo para o capital

Não, **não são os interesses de Portugal e do povo português que determinam a política do actual Governo, mas apenas – em todas áreas da governação – os interesses dos capitalistas que (é necessário afirmá-lo) não coincidem, antes são frontalmente contrários aos interesses do povo português e de Portugal.**

Em todas as áreas da acção do Governo, tal como na saúde, no **monstruoso esbulho** dos bens do Estado e do povo para os entregar aos capitalistas portugueses e às multinacionais, o princípio determinante é: **nada para o povo, tudo para o capital.**

Tudo vale para tentar liquidar as conquistas democráticas da Revolução de Abril e entregar ao grande capital e às multinacionais um Portugal semicolonizado pela CEE e os Estados Unidos e o povo português agrilhoado aos mais grosseiros e violentos métodos da exploração capitalista.

(...)

Em **alguns casos as decisões do Governo mais parecem decisões de uma mafia do que de um órgão do poder político.**

(...)

O Governo procura avançar mais rapidamente na sua ofensiva.

Não lhe está porém a ser tão fácil como ele próprio e muitos outros quer da direita quer do campo democrático julgaram logo após as eleições de 19 de Julho. (...)

O 19 de Julho

Em síntese, uns proclamavam e outros aceitavam que Portugal de Abril tinha acabado.

(...)

Não foi essa a apreciação do nosso Partido.

Apenas quatro dias após as eleições na sua reunião plenária de 22 e 23 de Julho, o Comité Central do nosso Partido afirmava coisa diversa (vale a pena recordar):

(...)

«Uma tal política conduzirá ao agravamento efectivo da situação económica e social e atingirá gravemente a independência nacional».

«É inevitável (concluia o CC) que centenas de milhar de portugueses que, enganados pelas medidas demagógicas, pela propaganda, pelas promessas e pela ilusão de estabilidade, votaram no PSD, dentro em pouco reconhecerão a ilusão e o engano em que caíram».

(...)

Muitos duvidaram da correcção destas afirmações e da perspectiva apontada. Para muitos a luta de massas deixara de ter qualquer perspectiva.

Afinal quem tinha razão?

O poderoso movimento grevista em curso, as grandes manifestações de rua, as lutas de agricultores, de populações, de advogados, de professores, de jovens, de mulheres, de médicos e outros trabalhadores da saúde constitui **um dos mais impetuosos fluxos de luta popular nos últimos anos.**

Pode afirmar-se sem receito de errar que **boa parte daqueles que votaram no PSD e em Cavaco Silva em 19 de Julho estão já de facto em luta contra o Governo.**

(...)

A base de apoio do PSD e de Cavaco reduz-se rapidamente. A continuação das suas ofensivas de destruição das conquistas democráticas continuará a reduzi-la.

Diz o povo que quanto mais alto se sobe maior pode ser o trambolhão.

Tendo subido demasiado alto nas eleições de 19 de Julho, o PSD e Cavaco Silva têm já como perspectiva o grande trambolhão que os espera.

É uma indesmentível realidade objectiva da situação portuguesa que o PCP desempenha um papel determinante e ímpar na defesa dos interesses de quem trabalha, do regime democrático e da independência nacional.

É indesmentível, que entre todos os partidos, só o PCP poderá ser o artífice da derrota da direita.

A direita tem também consciência desta realidade.

(...)

De facto, com os trabalhadores, com as massas populares, com todos os verdadeiros democratas, de pé, firme e em combate, ***o PCP barra o caminho às ofensivas da direita.***

(...)

A campanha anti-PCP

Compreende-se que neste momento que pode ser decisivo na vida da democracia portuguesa, neste momento em que o PCP de novo é chamado, por força da realidade política nacional, a desempenhar um papel essencial na luta contra a direita a campanha anti-PCP atinja uma violência jamais vista.

O objectivo é claro: atingir o prestígio e a influência do Partido, suscitar dúvidas e incertezas nos seus membros, denegrir a sua direcção, atingir a sua coesão e unidade, absorver preocupações e as energias dos comunistas com questões da vida interna do Partido, enfraquecer os seus laços com as massas.

É curioso que aqueles que gostariam de poder destruir o nosso Partido nos aconselhem uma nova orientação que, segundo dizem, nos poderá salvar e combatam violentamente a nossa orientação que, entretanto segundo dizem, levará o nosso Partido à sua prática destruição.

É certo que ***não são novas as campanhas acerca de uma suposta «crise do PCP»****, acerca de um suposto combate de «novos» contra «velhos», de «jovens turcos» contra «dogmáticos».*

(...)

Simplesmente, a campanha anti-PCP beneficia no momento presente de um novo elemento: opiniões de alguns membros do Partido condenavelmente tornadas públicas, que coincidem com as grandes linhas da campanha ideológica em curso contra o Partido.

No quadro da vida democrática do nosso Partido, todos os militantes têm o direito e a inteira liberdade de exporem e defenderem, nas organizações a que pertencem, os seus pontos de vista, as suas opiniões, as suas críticas, as suas propostas.

Mas não o direito de os veicularem ou admitir sem protesto ou demarcação que sejam veiculados para o quadro da furiosa campanha que se desenvolve contra o seu próprio Partido.

A campanha contra o Partido, ***na qual a cada meia verdade o anticomunismo junta noventa e nove e meia mentiras obriga-nos a perder algum tempo a combatê-la.***

Mas não desvia nem desviará o Partido nas suas tarefas essenciais, na sua luta com os trabalhadores e as massas populares, do seu consequente, firme e inabalável combate ao Governo PSD/Cavaco Silva e aos seus planos subversivos, da sua luta ao serviço do povo e da pátria, que justificou, explicou e caracterizou a vida do PCP ao longo dos 67 anos da sua existência que dentro de dias comemoraremos designadamente nos comícios de Lisboa no Campo Pequeno e no Porto no Palácio de Cristal.

É neste contexto, ao marcar a realização do XII Congresso para os dias 1 a 4 de Dezembro ***inseriu a preparação do Congresso no processo de luta do Partido e o processo da luta geral do Partido na preparação do Congresso.*** *(...)*

Pacotes...

Com a privatização o Governo pretende, em termos de rentabilidade económica, transferir para o capital privado serviços que o Estado devia assegurar em termos de rentabilidade social.

(...)

Nas suas determinantes, a política de saúde não se pode separar nem se distingue da política contra-revolucionária do Governo em todas as outras áreas da vida nacional.

A política de saúde do Governo enquadra-se nos mesmos critérios antidemocráticos e de classe e nos mesmos objectivos estratégicos da sua política económica e da sua política social, da sua política financeira, industrial, agrícola, de pescas, de comunicação social.

Aquilo que aqui no Encontro foi legitimamente apelidado de «pacote da Saúde» é paralelo e inseparável do «pacote laboral», do «pacote das privatizações», do «pacote agrícola» e ainda do «pacote da Justiça», do «pacote do Ensino», do «pacote da Comunicação Social» e ainda de outros pacotes que, fazendo parte de um plano global, são no conjunto instrumentos e peças da tentativa de destruição de todas as conquistas fundamentais da Revolução de Abril.

O conjunto de pacotes constituem manifestamente uma tentativa de antecipar inconstitucionalmente a revisão da Constituição e forçar, através da criação de situações de facto, a subversão efectiva do regime instaurado com a Revolução de Abril.

Tal como o «pacote da Saúde» não resolve antes agrava os problemas da saúde, o mesmo sucede em relação a qualquer das outras áreas da governação, de que os «pacotes» são esclarecedor testemunho.

Os pacotes não respeitam no nínimo os interesses fundamentais respeitantes às matérias respectivas. (...)

1988: um ano de trabalho intenso

Avançaremos ao longo do ano na luta contra a política de direita com confiança na força da democracia e na capacidade de defendê-la.

Desenvolveremos a nossa acção nos movimentos e organizações unitárias de massas.

Empenharemos os nossos esforços no desenvolvimento da luta de massas, factor decisivo na defesa da democracia.

Insistiremos, com iniciativas e propostas concretas, na necessidade da convergência e unidade dos democratas para defesa do Portugal de Abril.

Fazendo frente à guerra que nos é movida reforçaremos a direcção, os quadros, a organização, a propaganda e a luta ideológica.

A Festa do «Avante!» marcará o ano como uma demonstração da força e da vida do Partido.

A par da sua intervenção nas actividades e lutas de todos os dias, os militantes são chamados (conforme é seu direito nas organizações respectivas) a darem as suas opiniões com inteira liberdade, a fazerem propostas e críticas, a darem a sua contribuição para que o nosso grande colectivo partidário encontre o caminho justo que assegure ao Partido estar à altura das suas responsabilidades ante o povo e o país.

Estamos certos, camaradas, que o nosso XII Congresso, para cuja preparação este Encontro Nacional é já uma contribuição, confirmará que o PCP é uma força não só necessária ao povo e à pátria como indispensável e insubstituível, que o PCP é não só o Partido do mais glorioso passado, o grande Partido da defesa do regime democrático no presente como também o Partido, ao qual o futuro pertence.

Trabalhadores

Plenário de sindicatos concretiza dia nacional de luta contra o pacote laboral

Reunido hoje

Está hoje reunido o plenário nacional de sindicatos, convocado de emergência pela CGTP-IN, para concretizar a data e definir os contornos e dinamizar as acções do dia nacional de luta contra o pacote laboral e em defesa dos direitos dos trabalhadores. No sábado realiza-se uma manifestação contra o pacote laboral em Évora, à semelhança do que já aconteceu por todo o País desde 23 de Janeiro.

A Comissão Executiva da central, em nota de imprensa divulgada na tarde de 1 de Março, reafirmou que a CGTP-IN **«tudo fará para que sejam criadas as condições para a derrota do pacote laboral»** e recordou as decisões tomadas pelo Conselho Nacional na quinta-feira passada face à ofensiva do Governo e do patronato: **«considerar todas as formas de luta constitucionalmente permitidas, inclusive uma nova greve geral»** e **«propôr a todos os trabalhadores, independentemente da sua filiação sindical, que, em unidade e convergência, se realize um dia nacional de luta, em princípio no dia 17 de Março».**

Évora manifesta-se sábado

No sábado realiza-se em Évora uma manifestação distrital contra as propostas governamentais de alteração das leis do trabalho e contra o pacote agrário.

A União dos Sindicatos do distrito tem em curso uma campanha de informação e promoveu no dia 27 em Vendas Novas uma concentração/manifestação concelhia em que participaram, segundo a USDE, mais de 1500 pessoas, e que levou ao corte do trânsito na estrada nacional por alguns minutos.

Também no passado sábado milhares de trabalhadores manifestaram-se em Beja contra o pacote laboral e o pacote agrícola, respondendo ao apelo da União dos Sindicatos do distrito.

«Elevado sentido de unidade»

«Os trabalhadores estão a mostrar grande determinação e um elevado sentido de unidade» — afirma-se na resolução aprovada pelo Conselho Nacional da CGTP-IN no dia 25 de Fevereiro. «É uma constatação que nos dá grande confiança — sublinha-se no documento —, pois a unidade e a luta são o caminho certo».

Aquele órgão dirigente da Intersindical Nacional saudou «todos os trabalhadores que empenhadamente têm lutado pelos seus direitos e pelo Portugal de Abril» e reafirmou que a central «tudo fará para que esta unidade na acção e convergência de posições, a partir de problemas concretos, se mantenha e desenvolva, porque é vital para os objectivos que todos prosseguimos».

Ao contrário do que apregoam os propagandistas que o Governo e o patronato estimulam, «tem-se provado na prática que a força da nossa organização não advém de encenações, mas da real implantação no seio dos trabalhadores» — frisa-se na resolução, acentuando que a CGTP-IN «não deixará de denunciar e combater todos os comportamentos ou *negociatas* que possam conduzir ao enfraquecimento ou traição dos objectivos da luta dos trabalhadores».

PCP reafirma: o pacote pode ser derrotado

«Com a unidade, combatividade e firmeza dos trabalhadores e com a intensificação da sua luta, continuam a a existir plenas condições para derrotar o pacote laboral» — afirma a SIP do PCP numa nota divulgada na sequência das declarações do ministro do Emprego ao anunciar a aprovação em Conselho de Ministros das propostas de legislação laboral que o Governo vai enviar à Assembleia da República.

***Beja manifestou-se no sábado** contra o pacote laboral e o pacote agrícola. No mesmo dia 1500 pessoas participavam numa concentração concelhia em Vendas Novas com os mesmos objectivos. Para amanhã está convocada uma concentração/manifestação em Évora.*

A SIP do PCP comenta afirmações de Silva Peneda acerca da intenção do Governo de, com o pacote laboral, «dar mais estabilidade ao posto de trabalho» considerando-as «a expressão de um cinismo e uma desfaçatez sem limites, que parecem indicar que o Governo avalia muito mal a inteligência e capacidade de discernimento dos trabalhadores e da opinião pública nacional».

«É uma elementar evidência — afirma a SIP do PCP — que a insconstitucional criação da figura do *despedimento fundado em causa objectiva* transformaria todos os contratos de trabalho em potencialmente precários e de duração incerta, na total dependência do arbítrio e dos critérios subjectivos do patronato».

O PCP sublinha que «para além de outros aspectos revoltantemente gravosos e retrógrados, as famigeradas *razões objectivas de despedimento com justa causa* constituem uma alavanca essencial dos planos do Governo e do grande capital para instituir a completa insegurança no emprego, para instaurar um clima de intimidação e propotência nas empresas, para desferir drásticos golpes nos direitos dos trabalhadores, para generalizar os despedimentos com o consequente aumento do desemprego».

Minas de Aljustrel param quarta e sexta

Num plenário geral realizado no dia 29 de Fevereiro os trabalhadores das Minas de Aljustrel – Pirites Alentejanas decidiram «encetar formas de luta a **9 e 11 de Março,** caso a administração não evolua nas suas posições quanto às negociações em curso para a revisão salarial» – informou a Federação da Metalúrgica, Metalomecânica e Minas (FSMMMP). Em cada um daqueles dias realizar-se-ão **paralisações de duas horas.**

Numa tentativa de ultrapassar o impasse negocial, com a administração a insistir em aumentos salariais de 6,8 por cento, os trabalhadores decidiram solicitar uma reunião urgente à administração da EDM (Em Desenvolvimento Mineiro). Caso não haja evolução nas negociações, os trabalhadores reunirão de novo em **plenário no dia 14.**

Médicos mobilizam-se para uma greve nacional

A coordenadora nacional dos sindicatos médicos (Norte, Centro e Sul), que reuniu a 27 de Fevereiro em Lisboa, decidiu «mobilizar todos os médicos para a realização de uma greve nacional» e «empenhar todos os esforços no sentido de defender a unidade da classe em tão grave momento».

Aquelas decisões foram tomadas depois de a coordenadora ter analisado a «grave situação» em que se encontram os médicos, designadamente aspectos referentes às carreiras profissionais, condições de trabalho e remunerações, e face ao silêncio do Governo, que ignorou o prazo dado pelos sindicatos para abertura do diálogo.

Plenário na Carris exige fim da requisição

Reunidos anteontem em Santo Amaro num plenário amplamente participado – segundo a FESTRU –, os trabalhadores da Carris manifestaram mais uma vez a sua «inteira disponibilidade» para negociar com a comissão administrativa da empresa; reafirmando «total firmeza» na defesa dos seus justos direitos, **mandataram a comissão sindical da Carris para decidir as acções que o desenvolvimento da situação na empresa justificar** e exigiram mais uma vez o imediato levantamento da requisição civil decretado pelo Governo e considerada no plenário «desde sempre desnecessário e ilegal».

Afirmando «total repúdio» ao pacote laboral do Governo, os trabalhadores da Carris manifestaram a sua inteira disponibilidade para participar nas acções que o movimento sindical unitário vier a decidir para travar os objectivos de Cavaco Silva e do patronato.

O Metro não avança nas negociações do AE

Nas reuniões em que os representantes dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa têm participado com o conselho de gerência «não se regista qualquer avanço» – informou a FESTRU. A proposta patronal contempla aumentos salariais da ordem dos 6,9 por cento, o que se traduziria numa aumento global de 5,4%.

A Federação dos Transportes Rodoviários e Urbanos afirma que **«os trabalhadores cumprirão, assim, o período de greve de 24 horas previsto para a próxima sexta-feira,** como forma de levar o conselho de gerência a sair das suas posições, manifestamente inaceitáveis se forem tidos em conta os valores da inflação do ano trasacto e do ano presente».

A fim de analisar a situação e definir acções a desenvolver na próxima semana, estava convocado para ontem um plenário de trabalhadores.

Ferroviários discutem continuação da luta

Os ferroviários analisam hoje em plenários gerais a continuação da sua luta pela revisão do acordo de empresa e aplicação do acordo de carreiras assinado em Abril de 1986. Em discussão está, concretamente, a concretização da **greve marcada para amanhã,** mas outras formas de luta poderão ser também adoptadas.

A Federação dos Ferroviários (FSTFP) informou que a partir das 23 horas do dia 28, domingo, milhares de trabalhadores participaram nos plenários realizados de Norte a Sul do País; nessas reuniões, que tiveram – realça a Federação – «uma participação massiva», foi analisado o processo negocial do acordo de empresa. «Apesar de haver condições para que a esmagadora maioria dos trabalhadores cumprisse integralmente a greve, cujo pré-aviso se manteve para dia 29, criar-se-ia uma situação de dispersão na luta, com os consequentes reflexos na unidade» – refere a nota da FSTFP sobre as decisões dos plenários.

Assim, foi sublinhado que «há necessidade de preservar a unidade alcançada, porque a luta vai ter de continuar e todos os esforços devem ser feitos para continuar a envolver todos os ferroviários». Tendo em conta essa necessidade, os trabalhadores decidiram iniciar o trabalho e avançar «de imediato» com o esclarecimento e a mobilização para as próximas lutas, responsabilizando pelas suas consequências o conselho de gerência da CP e o Governo «caso não haja evolução satisfatória à mesa das negociações».

Totoloto e Totobola: para a semana não há

A realização dos concursos de 19 e 20 de Março do Totoloto e do Totobola poderá ficar inviabilizada «caso o Governo insista em não dialogar com os representantes dos trabalhadores e no não cumprimento da deliberação da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa quanto ao pagamento de remunerações» ao pessoal – anunciou a Federação da Função Pública (FNSFP).

A greve naqueles dias foi aprovada por unanimidade num plenário de trabalhadores do departamento de apostas mútuas da Santa Casa. Para ontem estava convocado outro plenário para os restantes trabalhadores com vista, – segundo a Federação – a debater questões laborais específicas. Uma vez que o âmbito de discussão é diferente, a FNSFP sublinha que este plenário em nada alterará a greve já aprovada.

Trabalhadores

2.ª jornada nacional mobiliza milhares de metalúrgicos

Milhares de trabalhadores da metalurgia e metalomecânica participaram na jornada nacional de luta que a federação dos sindicatos do sector (FSMMMP) promoveu no dia 25 de Fevereiro e que teve como ponto alto a concentração, à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro, de metalúrgicos dos distritos de Lisboa e Setúbal. Teve forte adesão a greve convocada para o segundo período de trabalho de quinta-feira. Igualmente muito participadas – segundo os sindicatos e a federação – foram as concentrações efectuadas no Porto, em Aveiro e em Braga.

Os metalúrgicos realizaram ainda outras acções em vários locais, nomeadamente plenários de empresa e distribuição de documentos à população e a entidades oficiais.

Esta jornada (como a realizada em 4 de Fevereiro) insere-se na luta dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica **contra o pacote laboral, pela revogação do decreto-regulamentar 36/87** (das baixas), **pela rápida conclusão das negociações do acordo colectivo de trabalho** e **para que o Governo deixe de atacar o sector empresarial do Estado e ponha cobro ao comportamento «ilegítimo, prepotente e conflituoso» que vem marcando a sua actuação.**

Diálogo ou propaganda do diálogo

«O Primeiro-Ministro e o seu Governo julgam poder trocar o diálogo autêntico pela propaganda do diálogo que, afinal, não praticam» – acusa a federação sindical, depois de manifestar o seu protesto por Cavaco Silva não ter dado qualquer resposta aos documentos que lhe têm sido entregues propondo soluções para os problemas do sector e criticando a política governamental, que «não só não resolve, como agrava todos os problemas nacionais».

Os metalúrgicos e as suas organizações sindicais reafirmaram durante a jornada que **os problemas têm solução** e recordaram algumas das propostas por que se vêm batendo:

- reabertura das **minas** ilegalmente encerradas;
- desenvolvimento da **Siderurgia Nacional** de acordo com as necessidades do País;
- **renovação das frotas** de transportes e de pescas;
- aproveitamento das enormes potencialidades das empresas da **metalomecânica pesada e ligeira** nacional;
- utilização do **sector empresarial do Estado** como motor de desenvolvimento.

Os trabalhadores manifestaram a sua determinação em prosseguir a luta, designadamente participando nas acções da CGTP-IN.

Contratação

Numa resolução aprovada na concentração em S. Bento responsabilizam desde já o patronato «pelas novas lutas que vieram a ter de realizar, caso as associações patronais teimem em não evoluir para «valores susceptíveis de acordo». No mesmo documento chama-se também a atenção para a responsabilidade que cabe aos «patrões de cada empresa», a quem foi apresentada uma proposta de acordo a que ainda não responderam; o acento aqui vai para os «patrões que ainda não procederam a aumentos ou o fizeram em valores inferiores à prática das outras empresas».

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Aveiro, numa informação sobre a participação na jornada de dia 25, afirma, a propósito, haver empresas que já procederam a **aumentos da ordem dos 10, 18 e mesmo 22 por cento.**

A federação, na tarjeta distribuída à população durante a jornada de 25 de Fevereiro, lembra ainda que as entidades patronais devem para cima de **6 milhões de contos** de salários a mais de 25 mil trabalhadores da metalurgia e metalomecânica.

***Metalúrgicos de Lisboa e Setúbal** concentraram-se quinta-feira à tarde junto da residência oficial do Primeiro-Ministro; antes, percorreram as ruas da* baixa, *distribuindo documentos à população sobre os motivos desta jornada de luta*

Trabalhadores açorianos contra o pacote laboral

Centenas de trabalhadores açorianos participaram no dia 18 de Fevereiro numa acção de protesto contra o pacote laboral realizada em Ponta Delgada por iniciativa da comissão dinamizadora da União dos Sindicatos de S. Miguel e Santa Maria. Durante duas horas, os trabalhadores concentraram-se na Praça Gonçalo Velho e distribuíram folhetos e outros materiais de informação sobre as alterações às leis do trabalho pretendidas pelo Governo.

O presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada tentou impedir a realização desta iniciativa, a pretexto de uma decisão camarária que proíbe espectáculos e concentrações no local; fez mesmo deslocar para ali um piquete da PSP. Mas a firmeza dos trabalhadores e a legalidade democrática acabaram por vencer. A atitude do presidente da CM e do PSD/A mereceu o repúdio do movimento sindical; também a comissão de ilha do PCP protestou contra aquele comportamento «prepotente».

Processos do foro social devem ser gratuitos

Os processos de natureza social, como os do foro laboral, deverão ser gratuitos ou beneficiar de uma tributação quase simbólica – defende a CGTP-IN num ofício que enviou ao presidente da AR e aos grupos parlamentares por ocasião da discussão no parlamento dos pedidos de ratificação do decreto-lei 387-9/87, diploma que veio impor enormes aumentos das custas judiciais.

Considerando que as custas judiciais «não podem ser apreciadas isoladamente, autonomamente, não podendo afirmar-se que são penalizadoras ou módicas senão na medida em que, grosseiramente, como fez o diploma em causa, se fixou um preço especulativo para a justiça», a CGTP propõe que se fixem «conexões várias entre os impostos e taxas judiciais e o rendimento dos utentes, por um lado, e a natureza do processo, por outro». Entendendo que se mantém actual a reivindicação aprovada no seu 5.º Congresso (Maio de 1986), a central defende a gratuitidade dos processos de natureza social (do foro laboral, família, menores, arrendamento, etc.) e propõe a criação de, «pelo menos», quatro escalões de responsabilização pelas custas em qualquer tipo de processos: 25% se o rendimento *per capita* do agregado familiar for igual ao salário mínimo nacional, 50, 75 ou 100 por cento conforme esse valor corresponda ao dobro, triplo, ou quádruplo da remuneração mínima.

CRSS de Viseu não respeita liberdades

Mais uma vez o conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Viseu impediu a realização de reuniões sindicais – denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro.

Para o dia 23 de Fevereiro estava convocada pela direcção distrital de Viseu do sindicato, nos termos da legislação em vigor, a realização de uma reunião com os trabalhadores do CRSS e do Centro de Educação Especial de Jugueiros para discutir algumas questões relacionadas com a situação laboral no sector, como carreiras profissionais e quadros de pessoal. O conselho directivo que superintende aqueles serviços, contudo, impediu «de uma forma prepotente e com uma interpretação *ad hoc* dos preceituados legais» – acusa o sindicato – a realização das reuniões, «como aliás tem sido sua bandeira».

O sindicato, além de fazer a denúncia pública desta atitude do conselho directivo do CRSS de Viseu, exigiu a reposição da legalidade, lembrando que «num Estado de direito e democrático, onde as liberdades individuais e colectivas ainda estão consignadas na Constituição da República», não pode aquele organismo «arvorar-se de poderes que atentem contra os direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores e seus legítimos representantes».

Recordamos que se vai realizar a 10 e 11 de Março em Lisboa, no auditório do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), o **3.º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.**

Concurso do 1.º ciclo preocupa FENPROF

A Federação Nacional dos Professores manifestou ao ministro da Educação a sua preocupação em relação ao futuro profissional dos docentes do 1.º ciclo do ensino básico e exigiu que sejam criadas condições para a sua estabilidade. Esta posição foi tornada pública numa nota de imprensa em que a FENPROF denuncia várias incorrecções do concurso ao quadro geral de professores daquele ciclo, e reclama a abertura de novo prazo para este concurso que o ME dá por concluído amanhã.

O aviso da abertura do concurso foi publicado no «Diário da República» de 17 de Fevereiro. A listagem das vagas **omite concelhos e troca os lugares do ensino pré-escolar com os do primário.** «Entretanto, os professores vão concorrendo para lugares que não lhes dizem respeito» – protesta a Federação.

Analisando o quadro geral para o ano de 1988/89, que apresenta 947 vagas *positivas* (reais) e 4085 *negativas* (lugares a suspender), a FENPROF constata o agravamento da situação profissional dos docentes do 1.º ciclo do ensino básico: «os que já integram aquele quadro vêem vedada a possibilidade de mobilidade, são muitos os que ano após ano tentam a proximidade da sua residência sem o conseguir; os não efectivos, por sua vez, vêem frustrar-se a possibilidade de finalmente entrarem para o quadro».

«Alargar a participação, reforçar os direitos sindicais, fortalecer o SPGL» é o lema da 1.ª Conferência de Organização do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que decorre hoje e amanhã nas instalações do INATEL na Foz do Arelho. «A principal característica do SPGL é a sua profunda ligação à vida das escolas e aos interesses dos professores» – afirma-se na nota do sindicato em que se anuncia a iniciativa. «É essa ligação – sublinha o SPGL – que pretendemos fortalecer, analisando com frontalidade os moldes como se processa actualmente e procurando desinibidamente as soluções para o futuro».

Metalurgia e política

«Todos conhecemos os problemas dos transportes públicos – são insuficientes e uma boa parte está degradada.

*«A **UTIC** é uma empresa produtora de autocarros. A sua carteira de encomendas é quase nula, por várias vezes teve salários em atraso.*

«A CP é o que se sabe – material degradado, desde as carruagens aos carris.

*«Mas a **Sorefame**, que produz carruagens, está a metade da sua ocupação...*

*«E a **Siderurgia**, que tem uma secção de produção de carris, está perante um acordo, assinado entre o Governo e a CEE, que determina o encerramento dessa secção...*

«Sabia que os nossos recursos naturais de ferro dão para uma siderurgia laborar durante um século? E o que se faz? Importa-se ferro e querem encerrar a Siderurgia...»

(«Sem desenvolvimento não há progresso social», documento distribuído durante os «dez dias» de informação e esclarecimento sobre a verdade da situação e a importância do SEE pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas)

«O pano caiu antes do 1.º acto»

«Toda a encenação estava montada para a cobertura dos divisionistas à chamada nova versão do pacote laboral» — denuncia a Federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas (FSMMMP) numa saudação aos trabalhadores dos transportes aprovada na concentração junto à residência do Primeiro-Ministro. Mas «o pano caiu antes do 1.º acto».

O cenário descrito pela Federação é assim:

– **Primeiro**, a UGT, à saída da reunião com o Primeiro-Ministro, diz que a *nova* versão do pacote laboral contemplava alterações que eram uma «vitória» dos trabalhadores e que estavam criadas condições para desbloquear os conflitos nos transportes (e, por isso, os divisionistas poderiam retomar o lugar no CPCS — de onde nunca saíram);

– **depois**, a RTP passa a dizer que as novas alterações já têm o acordo dos *parceiros*, excepto da CIP e da CGTP-IN;

– **na noite de sexta para sábado** todas as empresas de transportes promoveram reuniões de negociação em que, por força da luta dos trabalhadores, as administrações e conselhos de gerência tentaram impedir as greves marcadas para dia 22; se o conseguissem, os divisionistas teriam então oportunidade para propagandear que, com a sua intervenção, se tinham resolvido os conflitos e, assim, poderiam apoiar a *nova* versão do pacote laboral;

– transmitiriam isso ao ministro do Emprego numa reunião marcada para terça-feira (que acabou por não se realizar); na segunda-feira, o tempo de antena do PSD daria mais uma achega.

«Só que o Governo e os divisionistas esqueceram o interveniente principal: os trabalhadores» – comenta a FSMMMP na saudação. A unidade e a firmeza dos trabalhadores dos transportes foi a resposta que tiveram as pequenas alterações da posição das administrações e do Governo. «E, por isso, não só faltou o espaço à UGT para dizer que estava a favor da *nova* versão, como foi obrigada a dizer que está contra» — constata a Federação dos Metalúrgicos.

Trabalhadores

«Fraqueza quase absoluta»

Jovens da CGTP reclamam alteração do quadro do mercado de trabalho

Assim que sai da escola e é posto como mão-de-obra disponível no mercado de trabalho, o jovem está em situação de fraqueza quase absoluta — afirma a Comissão Nacional de Juventude da CGTP-IN (CNAJ), que entregou recentemente um documento com propostas e reivindicações na Presidência da República, na Comissão Parlamentar de Juventude e ao ministro adjunto e para a Juventude, exigindo a alteração do quadro actual.

No documento abordam-se os motivos que originam aquela situação e que, segundo a CNAJ revela no «Interjovem» (boletim da CGTP-IN), vão desde o ensino obsoleto e em condições degradadas à inexistência de sistemas transitórios de ocupação e formação, à idade de ingresso no mercado de trabalho, à ausência de protecção material a jovens desempregados e à precarização do emprego.

As dificuldades económicas de muitas famílias e o elevado índice de insucesso escolar são, para a CNAJ/CGTP-IN, os principais factores que levam ao **abandono prematuro dos estudos**. Reclama, por isso, que seja assegurada a efectiva gratuitidade da escolaridade obrigatória, que seja aumentado o apoio social aos estudantes, «expandindo e revitalizando a acção social escolar», e que sejam melhoradas as condições de ensino no seu todo, «o que implica a prioridade de canalização de verbas orçamentais para o sector educativo».

A CNAJ chama a atenção para que «crianças com 12 anos abandonam as escolas e, como a idade mínima de ingresso no mercado de trabalho é de 14 anos, fica aqui um lapso de tempo por preencher, que tem sido aproveitado pelo patronato menos escrupuloso para angariar mão-de-obra infantil». Perante tal situação, a Comissão Nacional de Juventude da CGTP propõe a criação de um sistema específico e transitório de ocupação, orientação e formação dos jovens e crianças que abandonam as escolas ao fim dos actuais 6 anos de escolaridade mínima.

Os jovens da CGTP-IN propõem ainda o aumento para 16 anos da idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, uma vez que o actual limite (14 anos) «constitui um convite ao abandono precoce dos estudos»; com o alargamento e o melhoramento da protecção material aos jovens desempregados — sublinha a CNAJ — **os jovens estariam menos disponíveis para se sujeitarem às condições de trabalho que o patronato quer impor»**.

Só que Cavaco Silva e o PSD, passando por cima das promessas eleitorais e levantando uma grande cortina de demagogia, não só não aplicam as medidas necessárias para melhorar a situação dos jovens no mercado de trabalho, como avançam com o pacote laboral. Se todos os trabalhadores se veriam, caso as alterações do Governo fossem aplicadas, numa situação de insegurança e repressão permanente nas empresas, os jovens teriam «garantida» a situação de contratos **sempre** a prazo...

***Depois das fartas promessas** aos jovens, Cavaco dá-lhes agora com o pacote laboral. Entre as promessas e a realidade, só a demagogia faz a ponte. A resposta é a luta. (Fotos das manifestações de 6 de Fevereiro em Lisboa e no Porto)*

Trabalhadores-estudantes preparam 1.º Congresso

Estão em discussão nas escolas os projectos de programa de acção e de caderno reivindicativo dos trabalhadores-estudantes a apresentar ao 1.º Congresso da FNATES (Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes), marcado para 12 de Março, em Lisboa.

«No ensino, no trabalho, construir o futuro» é o lema do Congresso aprovado pela direcção da Federação. Este organismo (reunido no final de Janeiro no Porto) decidiu ainda protestar pela «inexplicável» posição do Conselho Nacional da Juventude, que recusou a entrada da FNATES.

Foi, por outro lado, considerada «positiva» a receptividade dos trabalhadores-estudantes ao abaixo-assinado que circula a nível nacional exigindo a revogação do despacho normativo 10/86, que torna obrigatória a apresentação de uma declaração da Previdência para os TE's poderem usufruir das regalias consagradas no seu Estatuto. A exigência justifica-se, segundo a FNATES, «dada a situação social em que vivemos, em que muitos estão na situação de trabalho precário e clandestino».

A Federação reclama ainda que os direitos consagrados no Estatuto do Trabalhador-Estudante sejam aplicados a todos os TE's que estejam desempregados, nos OTJ ou em cursos de formação profissional e que o curso unificado seja considerado curso nocturno, alargando também aos TE's que o frequentam a aplicação do Estatuto.

Exigindo a retirada do pacote laboral, a direcção da FNATES reafirma a exigência da criação do organismo que, a nível ministerial, deve tratar as questões específicas dos trabalhadores-estudantes e lamenta que o Governo continue sem cumprir o que estabelece sobre o assunto a lei 26/81.

Em agenda

Jovens activistas sindicais do distrito de **Setúbal** vão reunir no dia 10 de Março, num encontro integrado na preparação do 2.º Congresso da União dos Sindicatos.

Também na próxima quinta-feira, a União e os sindicatos do **Porto** realizam um encontro distrital sobre os problemas da mulher. Para o dia 16 está previsto um encontro sobre o sector empresarial do Estado, enquanto no dia 26 várias iniciativas assinalam o **Dia Nacional da Juventude**. No seguimento da acção de 6 de Fevereiro contra o pacote laboral, estão a ser levadas a cabo no distrito acções de esclarecimento e iniciativas diversas.

2.º Congresso dos Gráficos

Nas instalações do INATEL na Foz do Arelho realizou-se no fim-de-semana passado o 2.º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, que debateu e aprovou o relatório de actividades desde Dezembro de 1984 (1.º Congresso), alterações aos estatutos da FPSICPGI e o programa de acção para os próximos 3 anos. Os delegados elegeram o Conselho Nacional da Federação.

Analisando a situação actual do sector, o programa de acção aprovado para o próximo triénio regista que Portugal é dos países europeus com menor consumo médio de papel por habitante; além disso, existe uma dependência praticamente total do estrangeiro no que respeita aos equipamentos produtivos utilizados na indústria.

Com a entrada de Portugal na CEE — processo que, salienta-se no documento, decorreu à margem das organizações sindicais e patronais — foram já eliminadas algumas restrições à importação, nomeadamente de papéis e cartolinas. Entretanto, nos últimos anos reduziu-se a exportação para os países africanos de língua portuguesa.

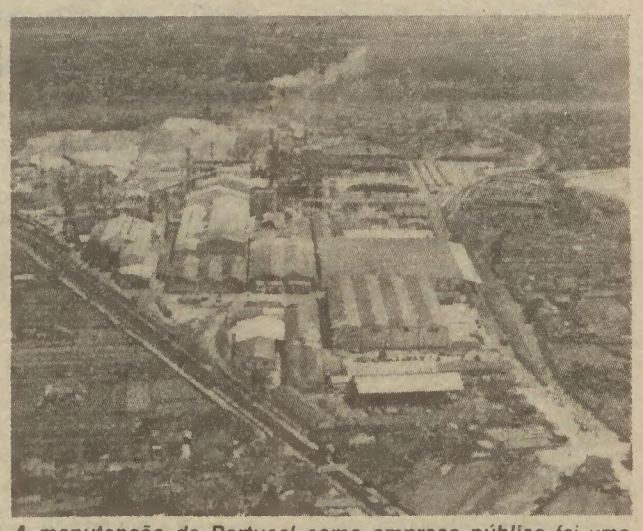
O Congresso aprovou uma série de medidas gerais para o desenvolvimento do sector, subsectores e principais empresas.

Nos documentos aprovados pelos cerca de 200 delegados que participaram na reunião magna da FPSICPGI apontam-se ainda direcções de luta pela melhoria das condições de vida e trabalho, pela defesa e segurança do emprego, melhoria das condições de higiene e segurança, aumentos e actualizações salariais, redução do horário de trabalho, aumento do período de férias, diminuição da idade de reforma, protecção aos desempregados, aos jovens e ao trabalho feminino.

O pacote laboral e a ofensiva do Governo contra os trabalhadores mereceram a firme condenação do Congresso, que reafirmou a disposição de prosseguir a luta pelos objectivos constantes do programa de acção da CGTP-IN.

Foram igualmente analisadas as transformações decorrentes da introdução de novas tecnologias nas empresas da celulose, papel, gráficas e imprensa. O Congresso registou «mudança no conteúdo de funções de certas profissões, com o desaparecimento de outras e com o aparecimento, por um lado, de especialistas altamente qualificados e, por outro lado, com o aparecimento de executantes pouco qualificados, diminuindo o número de especialidades e categorias profissionais».

«A introdução de novas tecnologias deve implicar elementos positivos, como o melhoramento das condições de trabalho, a eliminação do trabalho pesado e brutal e o desenvolvimento de novos produtos e serviços» — reinvidica-se no programa de acção.



***A manutenção da Portucel como empresa pública** foi uma exigência reafirmada no 2.º Congresso da FPSICPGI. Assim ficará garantido que a actividade da empresa e os seus lucros vão reverter para o desenvolvimento do País e o bem-estar dos portugueses, assegurando os postos de trabalho e o respeito pelos direitos e interesses fundamentais dos trabalhados (na foto a fábrica da Portucel em Cacia, Aveiro)*

Fábrica de Ulme aguarda viabilização

Em 5 de Novembro de 1987 e assembleia de credores da Fábrica de Papel de Santa Maria de Ulme (Chamusca) votou por unanimidade a viabilização da empresa. Mas «nada de concreto se avançou e os trabalhadores não vêem qualquer solução» — afirma-se na nota que convoca para amanhã uma conferência de imprensa com vista a dar a conhecer a situação e denunciar publicamente a «recusa de certas entidades em prestar apoio à viabilização».

Os trabalhadores (credores de 41 mil contos), o Sindicato das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas e a Câmara Municipal da Chamusca tomaram a iniciativa de convocar a comunicação social e recordam desde já que a Fábrica de Papel de Santa Maria do Ulme «é uma das mais importantes unidades industriais do concelho, dependendo dela praticamente toda a população da freguesia».

PCP **Portalegre**

Apesar do atraso, menos 300 mil contos

Longe vão as promessas...

Onde está o desenvolvimento prometido pelo partido de Cavaco Silva para o distrito de Portalegre? A interrogação circula com insistência nesta região alentejana. Longe, muito longe vão as promessas eleitorais de 19 de Julho. O que se passou com o Orçamento do Estado para 88 na AR e o conjunto de problemas que se sentem no distrito comprovam e testemunham que os homens de Cavaco têm outro tipo de preocupações: servir o capital não se coaduna com o bem-estar das populações. E se mesmo assim houvesse dúvidas, a Comissão Distrital de Portalegre esclarece e lembra algumas situações... Reunido recentemente, aquele organismo do PCP fez o levantamento das questões mais graves que se colocam ao distrito.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP sublinha que, apesar do atraso a que tem sido votado, o distrito deixa de receber cerca de 300 mil contos, valor das propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 1988, apresentadas pelo deputado do PCP pelo distrito, na Assembleia da República, mas todas elas rejeitadas pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS.

As propostas visavam conseguir verbas para o corrente ano e nomeadamente para: Hospital Distrital de **Elvas** (90 000 contos); Quartel dos Bombeiros de **Avis** (20 000 contos); Ponte entre **Ervedal e Figueira e Barros** (20 000 contos); Estrada 234, entre **Avis** e **Fronteira** (20 000 contos); Recuperação do Castelo de **Amieira do Tejo** (10 000 contos); Recuperação do Cine-Teatro de **Nisa** (20 000 contos); Estrada 370, entre **Avis** e **Seda-Alter do Chão** (20 000 contos); Estrada 119, entre **Erra e Montargil** (50 000 contos); Estrada 119, entre **Avis** e **Ponte de Sor** (20 000 contos).

O resultado da votação destas propostas foi o seguinte:

A favor ..... PCP, ID e Verdes
Abstenção ..... PS e PRD
Contra ..... PSD e CDS

As conclusões serão tiradas pelos eleitores do distrito tendo em conta que os vários partidos, quando da campanha eleitoral, prometeram estas obras, mas agora não se lembraram de cumprir as promessas feitas.

As propostas do PCP eram justas! **Mas foram injustamente rejeitadas!**

O dinheiro das autarquias

Por outro lado, o Governo continua a ofensiva contra o **Poder Local democrático**.

Conhecido que foi o OE/88, verifica-se que as verbas a transferir para as autarquias não vão além de um aumento nominal de **1,9%**, quando o próprio OE/88 prevê um aumento de 8% na massa salarial e um crescimento nominal do consumo em 9%.

A percentagem de aumento para as autarquias não acompanha quaisquer destes indicadores.

No caso do distrito de Portalegre pode-se constatar que o crescimento nominal das receitas, em termos percentuais, vai desde **0%** em **Castelo de Vide** até **5,95%** em **Sousel**.

O Governo PSD/Cavaco Silva é responsável por, em 1988 e em todos os concelhos do distrito, as respectivas populações não verem resolvidas as suas necessidades básicas. Com o corte real das verbas para as autarquias, estas vêem em muito reduzidas as suas capacidades.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP sempre defendeu que o aumento do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) para 1988 deveria ser de 9%, pelo menos.

Trabalhadores ameaçados

O PCP salienta que o Governo de Cavaco Silva, que prometeu estabilidade e emprego, pretende agora aprovar um «pacote laboral», que constitui uma séria e brutal ameaça para os trabalhadores portugueses e do distrito.

O «pacote laboral» que há muitos anos a CIP, a CAP e a CCP, com o apoio dos sucessivos governos, querem impor aos trabalhadores, é reposto no anteprojecto apresentado pelo Governo. Aparece na sua «nova» velha versão, repartido em quatro partes todas ligadas entre si: – despedimentos, contratos a prazo, «lay-off» e direitos dos representantes dos trabalhadores. Ficam, no entanto, outras iniciativas contra os trabalhadores, já conhecidas e relativas à contratação colectiva, horário de trabalho, férias, feriados e faltas, agências privadas de colocação de mão-de-obra, greve e associação sindical.

O Governo pretende claramente aumentar os despedimentos e a precariedade de emprego. Tal como consta no art.º 19.º do anteprojecto do Governo, constituiria «justa causa» para despedir a inadaptação do trabalhador para desempenhar as suas funções às modificações tecnológicas; a necessidade de extinguir o posto de trabalho por razões económicas, tecnológicas, estruturais ou de mercado: e o **desaparecimento da confiança no trabalhador**.

O Governo quer também alargar os contratos a prazo, reintroduzindo o **contrato a prazo incerto** e estabelecendo que seriam sempre contratados a prazo todos os trabalhadores com menos de 25 anos e os trabalhadores à procura do 1.º emprego.

É óbvia, entretanto, a intenção do Governo e do patronato em avançar por fases, procurando desse modo diminuir o impacte dos seus objectivos sobre os trabalhadores e a opinião pública.

Exemplos da ofensiva patronal

A forte e exclusiva ligação da política do Governo aos interesses do patronato serve, entretanto, de incentivo à **repressão e à violação** permanente dos mais elementares **direitos dos trabalhadores**, como se verifica em diversas empresas:

• Na **Serraleite** chegam a ser feitos contratos mensais, principalmente aos motoristas;

• Nos **Supermercados Nabeiro**, em Campo Maior, uma trabalhadora que tinha terminado a baixa, por doença, foi impedida de entrar ao serviço com ameaça de intervenção policial e tentativa de suborno para rescindir o contrato. A sua firmeza em não aceitar estas ameaças levou-a a ganhar a luta;

• Na **Martins & Rebelo**, em Avis, os salários são pagos sempre cerca do dia 10 de cada mês e às vezes em 2 prestações;

• Na **Telefac**, em Elvas, os trabalhadores foram coagidos a assinar documentos para se desvincularem do CCT do SIESE;

• A **Sociedade de Representações Fronteira**, em Elvas, que tinha encerrado, reabriu agora com todo o pessoal contratado a prazo...

Muitos outros exemplos poderiam ser dados. Perante tal situação é chocante e naturalmente condenável a passividade e mesmo conivência da Inspecção do Trabalho.

Agricultores à espera

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP constata o agravamento progressivo das condições de trabalho e de vida dos **pequenos e médios agricultores** e a situação degradante para que vem sendo atirada a **agricultura do distrito**.

À política do Governo, determinante, nomeadamente, de contínuos aumentos dos factores de produção (adubos, rações, pesticidas, máquinas e alfaias agrícolas, etc.) e de crescente margem de manobra dos intermediários, juntam-se os **custos negativos da adesão de Portugal à CEE**, que começam a fazer-se sentir:

• Concorrência de produtos agro-alimentares provenientes de outros países; baixa dos preços reais à produção; exigências quanto a padrões de qualidade (para o que não há preparação); etc.

Verifica-se, entretanto e a par com uma completa incapacidade do Governo de definir prioridades para a agricultura – a única prioridade do Governo consiste em dar satisfação a todas as exigências dos grandes agrários e em satisfazer clientelas, colocando-as nos mais diversos serviços – uma completa falta de preocupação no sentido de utilizar correcta e cabalmente as verbas disponíveis provenientes da CEE, de promover a indispensável informação e preparação dos agricultores para recorrer a elas e de dar solução às limitações e impedimentos que muitos enfrentam para se candidatarem às mesmas, como os que decorrem da ausência de contratos de arrendamentos.

Reforma Agrária

Os trabalhadores agrícolas vêem também as suas condições de vida agravadas, particularmente, com a ofensiva contra a Reforma Agrária: – através de disposições legislativas inconstitucionais («pacote agrícola»), que visam destruir as UCPs/Cooperativas; ilegalidades de toda a ordem em matérias de reservas, majorações, leilões de terras, penhoras de bens e não cumprimento dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo; acções de reivindicação de propriedade; medidas discriminatórias de autêntico cerco financeiro; ausência de apoio técnico e de formação profissional; campanha de difamação e de sistemática omissão das realizações dos trabalhadores.

E os jovens?

Aos **jovens** do distrito de Portalegre o Governo do PSD/Cavaco Silva apenas garante ilusões, não resolvendo os seus problemas de fundo:

• O desemprego juvenil não diminuiu;

• O subsídio de desemprego para os jovens desempregados e à procura do 1.º emprego (aprovado por proposta do PCP na Assembleia da República, que previa a atribuição de um subsídio de 19 000$00) foi alterado para 8600$00 (pelo PSD), sendo necessário que os jovens tenham o 9.º ano de escolaridade;

• A formação profissional é insuficiente, não garante a continuação do posto de trabalho e a experiência adquirida não contribui como referência para candidatura ao 1.º emprego, e não dá direito ao recebimento de quaisquer benefícios por parte da segurança social;

• Os programas «OTLs» são apenas paleativos temporários, não garantindo aos jovens a segurança de emprego.

A Comissão Distrital de Portalegre do PCP chama a atenção da população do distrito para o **agravamento dos impostos** propostos pelo Governo no OE/88, como seja o aumento dos impostos indirectos, aumento da taxa normal do IVA, aumento real da tributação dos impostos profissional e complementar, agravamento em 50% de todas as taxas do imposto de selo, a tributação de bens de investimento como tractores e alfaias agrícolas, a passagem de electrodomésticos da taxa normal para a taxa de 30% e o aumento em mais de 100% da taxa do imposto de capitais que recai sobre o depósito dos emigrantes e, ao contrário, pretende impor aos trabalhadores limites salariais, o que no caso dos trabalhadores da Função Pública corresponde a uma evolução nula ou mesmo negativa dos salários reais.

Saúde: para quem?

A Distrital de Portalegre do PCP, tendo constatado a situação degradante em que se encontram alguns sectores de maior importância para as populações, como o **Ensino** e a **Saúde**, salienta, no que ao último respeita:

• A saúde no distrito é um grave problema que o Governo não quer resolver;

• As maiores deficiências centram-se no corte de verbas destinadas ao funcionamento dos Centros de Saúde e Hospitais do distrito e na falta de preenchimento dos quadros de pessoal (médicos, enfermeiros, administrativos e empregados), e no insuficiente aproveitamento das verbas consignadas no Plano de Saúde do Alentejo (PIDR) por manifesta incapacidade de gestão dos actuais órgãos de confiança política do Governo;

• Não há médicos a mais. O número de médico/utente – 1/1500 – é insuficiente;

• Há má gestão dos recursos do PIDR;

• A Carta Hospitalar prejudica o Hospital de Portalegre e o Hospital de Elvas;

• O não descongelamento das vagas da Função Pública impede o normal funcionamento dos serviços hospitalares;

• A articulação entre os Centros de Saúde e o Hospital de Portalegre é deficiente;

• O sistema de atendimento a utentes em regime de urgência é precário, insuficiente e ineficaz;

• A actual ARS é grande responsável por um conjunto de situações que se vivem na área da saúde no distrito;

• Avultadas verbas são canalizadas para o sector privado de medicina nomeadamente na execução dos meios complementares de diagnóstico em detrimento dos Serviços do Estado.

Convergência de acções

A Comissão Distrital do PCP, face à situação social e política do distrito e à tendência que se verifica para se agravar, apela aos trabalhadores, aos agricultores, aos pequenos e médios comerciantes e industriais, ao povo do distrito, que contribuam, numa convergência de acções para barrar o caminho à política destrutiva do Governo.

Os comunistas reafirmam a sua disponibilidade para, com as outras forças democráticas do distrito, contribuir para travar a ofensiva desencadeada pelo Governo PSD/Cavaco Silva contra o regime democrático e suas conquistas.

Neste mesmo sentido e inserindo-se nos trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP, que terá lugar em Dezembro do corrente ano, a 2.ª Assembleia (Extraordinária) da Organização Distrital, realizada em 19 de Dezembro/87, decidiu levar por diante um conjunto de medidas que visam o reforço do Partido e a sua acção no distrito. A realização, este ano, de um conjunto de encontros de quadros a nível distrital, está a ser preparada pelas diversas organizações concelhias.

12 e 13 de Março

5.ª Assembleia em Almada

Organizações empenhadas no trabalho preparatório

A Comissão Concelhia de Almada do PCP reuniu no passado dia 25, para discutir e decidir sobre aspectos ligados à próxima realização da 5.ª Assembleia da Organização Concelhia do Partido, a realizar nos dias 12 e 13 de Março de 1988, na «Incrível Almadense». As resoluções políticas aprovadas na reunião plenária do Comité Central também estiveram em foco naquele organismo de direcção. Apreciando o trabalho preparatório da 5.ª Assembleia, foi considerado fundamental pela Comissão Concelhia:

• Redobrar todos os esforços para que a Assembleia continue e reforce a influência do PCP junto da classe operária dos trabalhadores no concelho de Almada;

• Redobrar todos os esforços por forma a que a 5.ª Assembleia contribua significativamente para o reforço orgânico do Partido, assegurando uma intervenção futura ainda mais intensa ao serviço da luta dos trabalhadores, da resolução dos problemas da população, da defesa da democracia e do 25 de Abril.

A 5.ª Assembleia, a realizar nos dias 12 e 13 de Março, culminará um largo trabalho de grande importância não só para os comunistas e democratas de Almada como para a população do concelho e o seu futuro colectivo.

No último dia da Assembleia decorrerá um comício de encerramento dos trabalhos, contando com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Informação: plenário no Seixal

No passado dia 27 decorreu um plenário concelhio de informação e propaganda no Seixal, que contou com a presença do camarada Vítor Neto, do Comité Central.

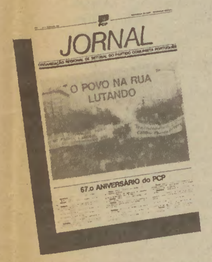
No plenário participaram cerca de 60 camaradas de todas as comissões de freguesia, bem como das grandes células do concelho (SN, autarquias, Sorefame, etc.). As intervenções tiveram como objectivo apresentar propostas e ideias que ajudem a melhorar o trabalho nesta frente.

Debate sobre as pescas em Sines

Realizou-se no passado dia 28, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines, uma sessão-debate sobre as **Pescas**, onde esteve presente o deputado comunista no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda.

No debate foi mais uma vez reafirmada a insatisfação dos pescadores quanto à política governamental para o sector, manifestando uma grande disposição em prosseguir a luta contra tal política e pelos interesses dos pescadores e do País.

Neste debate os presentes estiveram de acordo com as conclusões do recente Encontro Nacional das Pescas realizado em Lisboa pelo PCP.



Jornal do ORS: saiu o n.º 2

Acaba de sair o n.º 2 do Jornal da ORS, edição mensal que pretende reflectir toda a dinâmica do Partido na região, bem como dar destaque a questões importantes de âmbito distrital.

O n.º 2 está na rua e o n.º 3 começou desde já a ser preparado.

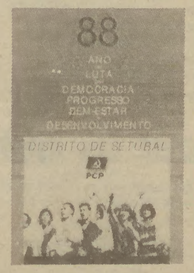
No mês de Março serão as imagens das diversas iniciativas em torno do 67.º aniversário do PCP, marcadas em todo o distrito, o «prato forte» da publicação.

Reunião da DORS

A Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do Partido Comunista Português reuniu no passado dia 27 de Fevereiro, no CT concelhio do Barreiro.

Na reunião foi analisada a situação política nacional e, particularmente, a situação sociopolítica no distrito de Setúbal. A propósito da **Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal**, a DORS emitiu um comunicado e decidiu a realização de um Seminário sobre o Desenvolvimento do Distrito de Setúbal para o próximo mês de Maio.

A DORS debruçou-se ainda sobre as comemorações do aniversário do PCP e apela à participação do povo de Setúbal nas realizações comemorativas que terão lugar por todo o distrito a partir de dia 6 de Março – data da criação do PCP, e na grande



demonstração da vitalidade e da força do Partido, que será o comício no Campo Pequeno – Lisboa, no próximo dia 5 de Março.

Em próxima edição contamos abordar pormenorizadamente as conclusões e decisões da DORS do PCP.

PCP 67 anos

Todos ao Campo Pequeno e ao Palácio de Cristal

*Sete meses depois do 19 de Julho, o Partido volta ao Campo Pequeno para um grande comício de massas. O significado desta realização, marcada para sábado, no fim-de-semana de comemoração dos 67 anos de vida e luta do PCP, é ponto destacado da actualidade política nacional e a sua notícia foi recebida com especial entusiasmo pelos comunistas, nomeadamente nos distritos de **Lisboa** e **Setúbal**.*

*A confirmação desse entusiasmo tivemo-la há dias aqui na redacção do Avante! em breve conversa com camaradas da DORL, da DORS e também da JCP. Falaram-nos das acções de divulgação deste comício (20 mil cartazes, 200 mil tarjetas), dos convites que estão a ser dirigidos a muitos democratas fora do Partido (personalidades e organizações), da afirmação política que resulta de ser um comício promovido por duas importantes Direcções Regionais do PCP, das excursões que estão a ser preparadas nos distritos mais afastados da região setubalense, do comboio especial da linha da Azambuja/Vila Franca e das 5 concentrações-desfiles previstos em Lisboa com direcção ao Campo Pequeno: Saldanha, Entrecampos, P.ª de Espanha, Areeiro e Picoas. Aqui será o ponto de encontro da **juventude** — com alegria, animação e criatividade, não faltando os bombos, o humor, o colorido, as bandeiras gigantes, as claques...*

Mais do que um comício, vai ser uma afirmação de confiança, uma oportuna acção de esclarecimento, um enorme espaço de convívio no coração de Lisboa.

Está tudo a postos para uma bela jornada!

E no Porto, que se vai passar no domingo?

Como já salientámos, a comemoração do 67.º Aniversário do PCP vai ser assinalada, no Porto, por um conjunto de iniciativas em que se destacam o comício, também com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e a Festa, que decorrerão na tarde de domingo, dia 6 de Março, a partir das 15 horas, no Palácio de Cristal, e as Corridas da Paz, na manhã do mesmo dia, com partida prevista do Centro de Trabalho da Boavista, pelas 10 horas.

Prossegue, entretanto, em todo o distrito do Porto, a preparação destas iniciativas que envolvem as várias organizações numa acção redobrada de esclarecimento e divulgação da opinião do PCP sobre questões de ordem regional e nacional. Trazer para a rua, uma vez mais, a voz do Partido, com a realização de

***distribuições de documentos nas empresas** e em locais de grande concentração de trabalhadores, **nas feiras, nos transportes, na hora da visita nos hospitais**, com a **venda da imprensa do Partido** em **bancas** instaladas em vários pontos do distrito, são apenas alguns exemplos das acções previstas, com particular incidência a partir de amanhã, sexta-feira, e sábado, no próprio dia 6 de Março, partirão **excursões** das organizações do Vale do Sousa, de Santo Tirso e de Campo/Valongo, entre outras. E partirão, igualmente de vários pontos do distrito, **caravanas**: no Porto, sairão da Praça da Liberdade, de Lordelo do ouro, dos Centros de Trabalho de Ramalde, Campanhã e Paranhos; na Maia, o local de concentração é no Centro de Trabalho da Areosa; a organização de Ermesinde, parte amanhã do Centro de Trabalho; e igualmente de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, do concelho de Gondomar e de Gaia se prevê a saída de caravanas. Ainda na cidade do Porto, os camaradas das organizações do Bonfim e das Zonas Ribeirinhas vão desfilar desde a Praça dos Leões até ao Palácio de Cristal. Integradas nas Comemorações as duas provas de atletismo denominadas Corridas da Paz continuam a receber inscrições até amanhã, dia 4 de Março, às 17 horas, no Centro de Trabalho da Boavista. As Corridas da Paz, abertas à participação de atletas de ambos os sexos, a título individual ou representando Comissões de Moradores, locais do trabalho, Colectividades ou Sindicatos, incluirão dois escalões — o **Escalão A** — dos 16 anos em diante, que correrá um percurso mais longo, com passagem na Rua Júlio Dinis, Rua D. Mnauel II, Rua Aires Gouveia, Rua da Restauração, Jardim da Cordoaria, Rua Filipe de Nery, Rua dos Clérigos, Praça da Liberdade, Av. dos Aliados, Rua de Camões, Rua Faria Guimarães, Rua da Constituição, Av. de França, Praça Mouzinho de Albuquerque e Av. da Boavista, terminando junto ao Centro de Trabalho; e o **Escalão B** — para jovens dos 13 aos 15 anos, cujo percurso é mais reduzido, passando pela Rua Júlio Dinis, Praça da Galiza, Rua do Campo Alegre, Rua Guerra Junqueiro e Av. da Boavista, terminando, igualmente, junto ao Centro de Trabalho.*

PCP

PORTO

DORP comenta evolução da situação política e social

A DORP na sua última reunião plenária discutiu a situação política, considerou os problemas relativos ao desenvolvimento da luta e abordou a preparação do Congresso do PCP marcado para Dezembro, à luz das conclusões da última reunião do Comité Central do Partido. Vejamos um breve apontamento sobre as conclusões da DORP, reunida no passado dia 27.

A evolução da situação no distrito do Porto confirma uma sensível mudança na atmosfera política, o ascenso da luta e da combatividade da classe operária e demais trabalhadores, a intensificação da luta popular e o aprofundamento do conflito insanável entre a política do Governo PSD/Cavaco Silva e os interesses de grande parte dos que nele votaram nas últimas eleições.

Unidade dos trabalhadores

A DORP analisou detalhadamente o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e do povo na região do Porto nas próximas semanas, nas suas diversas frentes e objectivos, com destaque para a continuação da luta contra o «pacote laboral».

A este respeito foi decidido procurar reforçar ainda mais a unidade dos trabalhadores, prosseguir activamente o esclarecimento nas empresas e nas ruas, alertar os trabalhadores contra combinações e manobras de bastidores dos dirigentes da UGT, que combatem em palavras o «pacote laboral» mas que aparecem ao mesmo tempo a acordar com o Governo as disposições do «pacote» mais favoráveis ao patronato e mais gravosas para os trabalhadores (como é o caso do despedimento por razões «económicas e tecnológicas»); o preparar activamente e de forma empenhada acções de luta mais vigorosas e massivas.

A DORP considerou também um conjunto vasto de questões que se prendem com a acção nas autarquias locais e os progressos verificados na dinamização da CDU, o reforço e dinamização de organizações, movimentos e organismos unitários, e os passos dados e perspectivas concretas no plano da convergência e da unidade dos democratas na região do Porto.

Por último, a Direcção Regional considerou que os problemas relativos a actividade e ao reforço do PCP, tendo constatado a crescente dinâmica e intervenção da maioria das organizações partidárias no distrito, a elevação da militância e os passos positivos que estão sendo dados na superação de deficiências e insuficiências e no reforço do trabalho colectivo aos diversos níveis.

As comemorações do 67.º aniversário do PCP no distrito do Porto com destaque para o comício com a participação de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, a realizar no domingo, 6 de Março, à tarde, no Palácio de Cristal, inserem-se numa ampla acção de esclarecimento sobre a política do Partido e as suas propostas para a solução dos problemas nacionais, sobre o imprescindível papel do Partido na defesa do regime democrático conquistado com o 25 de Abril, e sobre o reforço do Partido à luz dos seus princípios ideológicos, funcionamento e carácter de classe.

Novo Centro do PCP no Bom Sucesso (Alverca)

O Partido conta com mais um Centro de Trabalho, instrumento essencial para o desenvolvimento da acção e da luta em favor das populações e dos trabalhadores. No próximo domingo, dia 6, a prenda dos comunistas do Bom Sucesso/Alverca ao jovem de 67 anos que dá pelo nome de **PCP** é um simpático Centro de Trabalho, a inaugurar em clima de festa e confiança. Comício com a participação da camarada Marília Vilaverde Cabral, do CC, e espectáculo com Inocêncio Casquinha, Manuel Severino, grupo coral Unidos do Baixo Alentejo e rancho folclórico do Centro Social do Bom Sucesso são pontos altos da jornada festiva de domingo, a partir das 15 horas. Não faltes!

Comunistas do Bonfim em Assembleia

Realizou-se no passado sábado, durante a tarde, a 2.ª Assembleia da Organização de Freguesia do Bonfim, que se ocupou da análise do trabalho desenvolvido nos últimos anos, da acção a promover no futuro e da eleição de um nova Comissão de Freguesia, do PCP.

Particular destaque tiveram no conjunto de intervenções realizadas a discussão dos principais problemas com que se debatem os moradores da freguesia do Bonfim, uma das mais populosas da cidade do Porto, assim como das direcções fundamentais de trabalho de massas e o reforço do Partido.

Numa freguesia em que subsistem zonas como S. Vítor, Lomba, Póvoa e Eirinhas, as chamadas zonas degradadas, herança de um passado em que, em finais do século XIX, se estabeleceram grandes indústrias, sobretudo têxteis, com a consequente proliferação de casas de «ilha», zonas que foram acumulando enormes problemas de esgotos, de higiene, com ruas e vielas em péssimo estado, com casas arruinadas, com carências de todo o tipo, é natural que o problema da habitação surja como um dos primeiros a ser resolvido. Assim o consideraram os camaradas do Bonfim na sua Assembleia, que apontou como uma das suas direcções fundamentais para a acção futura «intensificar a luta e o trabalho para resolver os problemas da população», nomeadamente com a construção de habitação social e apoio à construção pelas Associações de Moradores, a juros bonificados e com o apoio técnico da Câmara. Igualmente, a falta de infra-estruturas de apoio à actividade das colectividades da freguesia, motivou o apontar da necessidade de construção de um polivalente. Estas e outras questões são amplamente desenvolvidas no documento/base da Assembleia, previamente discutido em toda a organização, que viria a ser aprovado por unanimidade no decorrer da reunião.

Mereceram, também, a atenção dos camaradas presentes na Assembleia as questões relacionadas com o reforço do Partido, tanto no que se refere a um amplo trabalho de recrutamento, integrado na campanha regional em curso, à entrega de 90 por cento de cartões de 88/89, no primeiro-semestre do corrente ano, e ao aumento do número de camaradas nos organismos, como a aspectos de direcção e estilo de trabalho, o funcionamento do Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme, de que é responsável a organização do Bonfim, a melhoria do trabalho de informação e propaganda, de incentivo da venda do Avante! e «O Militante», e o reforço da actividade de recolha de fundos.

A eleição da nova Comissão de Freguesia — com 21 camaradas e mais rejuvenescida — e a aprovação de uma saudação por ocasião do 67.º aniversário do Partido e da realização de um desfile no próprio dia 6, em direcção ao Palácio de Cristal, onde se realizará um Comício/Festa comemorativo, finalizaram os trabalhos da 2.ª Assembleia da organização de freguesia do Bonfim.

Conferência-debate na Boavista

Novas tecnologias e luta de classes

No último dia de Fevereiro realizou-se no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, uma conferência-debate subordinada ao tema «As novas tecnologias e a luta de classes, hoje, em Portugal», em que foi conferencista o camarada ***Franklim Pereira****, membro da Direcção do Sector Intelectual do Porto.*

Esta conferência-debate faz parte do conjunto de iniciativas que o Centro de Estudos a funcionar junto da DORP tem vindo a promover, com relevo para os Cursos Básicos de Quadros — no dia 2 de Março começou mais um, com sessões às quartas e sextas-feiras, durante três semanas — e para estas conferências, que se realizam, já há mais de um ano, na última segunda-feira de cada mês.

O que é a Revolução Científica e Técnica (RCT) contemporânea, o desenvolvimento científico e técnico em Portugal, as consequências sociais da RCT, a crítica das teses burguesas e pequeno-burguesas e as posições dos comunistas e do movimento operário face à RCT foram alguns dos aspectos debatidos durante a conferência.

Uma questão surgiu com muita força: os comunistas desde sempre têm defendido e têm em alto apreço a evolução científica e tecnológica, no entanto, é sabido que em capitalismo, as aplicações da RCT têm provocado desemprego, falências e outros males sociais para os quais é necessário encontrar as saídas, como vanguarda na defesa dos direitos dos trabalhadores. O movimento operário tem desempenhado um importante papel na luta para que os benefícios da RCT revertam a favor dos trabalhadores, sendo de destacar a luta pela redução dos horários de trabalho, por aumentos de salários que reflictam não apenas a inflação mas também os aumentos de produtividade, por melhores condições de trabalho, eliminando tarefas de alto risco e outras.

A próxima conferência-debate, no dia 24 de Março, será proferida pelo camarada Armando Castro e reverterá sobre o tema «A actualidade do marxismo-leninismo perante as recentes descobertas científicas».

Extracção de areia em S. Jacinto

Luta popular dá resultado

O povo quer obras. Polícia de choque, não! A exigência e o protesto vêm do concelho de Ovar, onde as populações se têm manifestado contra a indiscriminada extracção de areias em S. Jacinto. Tomando posição sobre o assunto e manifestando a sua inequívoca solidariedade com as comunidades locais, as organizações da Murtosa e de Ovar do PCP salientam num breve comunicado tornado público recentemente:

As populações ribeirinhas dos concelhos da Murtosa e de Ovar, quando recentemente, em luta pela defesa dos seus justos direitos, cortaram a estrada da Ria, foram vítimas de violenta carga de dezenas de GNRs, armados de viseira, cacetetes e com cães-polícia, de que resultaram numerosos feridos.

Pelas circunstâncias em que ocorreu, reprimindo tudo e todos – pessoas indefesas, mulheres e crianças – e pela sua gravidade, a carga policial mereceu o protesto e repúdio generalizado do povo da região. As organizações da Murtosa e de Ovar do PCP, associando-se a esse sentimento, manifestam inteira solidariedade com a justa luta das populações referidas.

Com efeito, a extracção de areia em **S. Jacinto**, feita indiscriminadamente por grandes camiões nos últimos anos, provocou profundas alterações na zona da costa ao Norte, até à praia do Furadouro. Esta zona precisamente por ser menos defendida do mar, está a ver destruir as suas praias e dunas e paira já a ameaça a bens e terras de cultivo, que lhe são próximas. Além disso e por tabela, o constante vaivém de cargas de areia degradou completamente o piso da estrada da Ria, tornando-a intransitável na sua maior parte.

Foi contra tudo isto, claramente lesivo dos seus interesses e perante a escandalosa indiferença dos órgãos competentes, que a população atingida se levantou, cansada de esperar e de promessas vãs. Sintomaticamente, a maior parte dos órgãos de imprensa local e nacional, com a clara intenção de abafar este acto repressivo e silenciar a luta das populações, nem lhe fizeram referência.

Entretanto, dos acontecimentos só é possível tirar uma conclusão. Ao contrário do que prometeu, o Governo Cavaco Silva não resolve nem este nem outros problemas com que os portugueses se debatem como recorre cada vez mais à repressão, à polícia de choque – o que se passou com a luta citada é um vivo exemplo disso – para tentar travar as justas reivindicações das populações.

A suspensão dos carregamentos de areia, entretanto verificado, é uma primeira e importante vitória das populações em luta. Luta que há agora que prosseguir pelo rápido início das obras de reparação da estrada e tomada de medidas eficazes para a defesa da costa.

Vila Real

Preparar as autárquicas

Dar início ao trabalho de preparação das listas para as eleições autárquicas de 1989 e promover a realização de encontros concelhios e de freguesia da CDU, que dinamizem esta coligação eleitoral e façam o levantamento dos quadros e problemas necessários ao trabalho eleitoral, contam-se entre as decisões tomadas pelos camaradas que participaram em Vila Real na recente reunião distrital de quadros do PCP em que foi abordada a situação regional e as conclusões do Comité Central do Partido.

Na ordem de trabalhos foi dada importância particular à situação nas autarquias da região e às eleições autárquicas do próximo ano. Feito um balanço crítico à gestão autárquica de direita e sobretudo do PSD, foram igualmente apontados os erros e deficiências das autarquias do PS, sendo referidos os problemas decorrentes do demissionismo de eleitos do PS, que assim têm contribuído objectivamente para facilitar a entrega ao PSD de algumas autarquias do distrito.

Relativamente às linhas de orientação do trabalho para as próximas eleições autárquicas, foi visto desde já o combate ao desenvolvimento das teorias do «voto útil», e mesmo do «eleito útil» etc., para derrotar a direita, com que o PS local costuma «chantagear» os comunistas e outros democratas da região. Esta posição é tanto mais legítima quando ainda bem recentemente o secretário-geral do PS excluiu as alianças com o PCP para as eleições autárquicas.

Não se pode aceitar que os socialistas defendam de boa-fé que a CDU não concorra em Trás-os-Montes para não dar a vitória à direita, enquanto se aliam à direita no sul para afastar os comunistas e outros democratas de inúmeras autarquias.

PCP BEJA

A tendência de desertificação económica e social ameaça o distrito

É preocupante a situação socio-económica do distrito de Beja. Esta a conclusão a que qualquer análise ou estudo rigoroso dos problemas e da actualidade naquela zona alentejana obrigatoriamente chegará. Reunida há dias, a Distrital do PCP vai mais longe e mostra as razões dessa grave situação.

A tendência de desertificação económica e social do distrito de Beja, estancada no período de 1975 e parte de 1976, voltou a verificar-se e mantem-se, devido ao fracasso das sucessivas políticas e governos de direita e sociais-democratas.

Cerca de 25% da população tem mais de 60 anos, enquanto o número de desempregados é de 16 000, o que corresponde a uma percentagem de 27,3%, mais do que o dobro da média nacional.

A economia do sector agrícola está a ser progressivamente destruída e encontra-se em franco retrocesso. Por um lado, a Reforma Agrária, que foi e poderia continuar a ser o seu componente mais dinâmico, já viu 58 UCPs/Cooperativas destruídas, o que representou a liquidação de 7000 mil postos de trabalho, sem que fossem criadas alternativas de emprego. Por outro lado, os pequenos e médios agricultores sentem de forma crescente grandes dificuldades em resultado da política do PSD e da adesão à CEE que os está a empurrar para um beco sem saída.

No sector mineiro falta uma política integrada que contribua para o desenvolvimento do Baixo Alentejo, constatando-se que as recentes decisões relativas ao Plano de desenvolvimento das Pirites Alentejanas de Aljustrel são o resultado da luta persistente dos trabalhadores e do PCP com vista ao concreto aproveitamento dos recursos do subsolo. A Comissão Distrital considerou que o Governo continua a fugir a uma tomada de decisão quanto à instalação de metalurgias (cobre, zinco, estanho) para transformação dos concentrados a extrair de Neves Corvo, a partir do 4.º trismestre de 1988.

E o Alqueva?

O Plenário da Comissão Distrital de Beja do PCP destacou que o Governo continua também, apesar das sucessivas declarações e promessas, a não tomar qualquer decisão sobre o Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo.

O Plano Integrado de Entre Mira e Guadiana foi um fracasso e o Governo, na prática, desactivou-o.

O Matadouro Industrial de Beja continua com uma gestão desadequada e alheada dos interesses dos consumidores e dos produtores.

A Metalúrgica Alentejana, a FORMA, a CONSOL, a Euroradial, foram encerradas.

Para culminar toda esta decisão, o Governo pretende ver aprovados e postos em prática um Pacote Laboral e um Pacote Agrícola que, não oferecendo quaisquer alternativas representarão um factor de extraordinário agravamento da vida económica da região e séria ameaça à estabilidade do emprego e das condições de vida dos trabalhadores.

O Governo prossegue também uma política contrária aos interesses do Poder Local, ao mesmo tempo que continua a travar a Regionalização, consagrada na Constituição.

Todas estas realidades mostram que as promessas eleitorais e os discursos de primeiros-ministros e ministros que monopolizam a televisão não resolveram nada. Mostram que a adesão à CEE está a acentuar o atraso das regiões interiores e desertificadas, como a do Baixo Alentejo.

Encontro sobre desenvolvimento

O PCP, preocupado com o rumo dos acontecimentos, quer dar um contributo real e significativo para, em conjunto com todos os democratas interessados no futuro da região, encontrar soluções para inverter esta tendência. Neste sentido, a Comissão Distrital vai promover um Encontro sobre o Desenvolvimento Económico e Social no Distrito de Beja, no próximo dia **14 de Maio**, na Casa da Cultura em Beja. Este Encontro é aberto à participação de outras forças políticas democráticas e de organizações e entidades distritais.

A Comissão Distrital aprovou ainda a proposta já feita a outros partidos e forças democráticas para reuniões a nível distrital para discussão da situação económica e social da região, visando a defesa do Poder Local e da Regionalização, e analisou a situação política nacional, salientando a intensa movimentação social de contestação ao Governo. Decidiu apoiar a manifestação convocada pelo movimento sindical para o próximo dia 27 em Beja. Da mesma forma expressou o seu apoio para com a **Marcha** decidida pelos trabalhadores da Reforma Agrária quando da discussão do «Pacote Agrícola».

A Distrital do PCP manifestou a sua opinião que nas negociações a travar com a RFA para a renovação do acordo militar luso-alemão, sobre a Base de Beja, devem ser garantidas contrapartidas à região. Expressou a sua frontal oposição à aceitação de maiores facilidades militares ao estrangeiro, seja na autorização da vinda dos caças F-16 para Beja ou na construção da Central de Rastreio de Satélites dos EUA, em Almodôvar.

Trabalho do Partido

O Plenário analisou também o trabalho partidário no distrito. Em primeiro lugar verificou que a situação socio-económica atrás descrita reflecte-se negativamente na organização e na acção do Partido. Continuando a ser o PCP a força determinante na vida do distrito, nem sempre tem conseguido encontrar soluções orgânicas, métodos e estilos de trabalho que tenham em conta as novas exigências da situação. Existem sérias deficiências em várias áreas de actividade do Partido.

O Plenário sublinhou que o reforço e estruturação do Partido passa por uma análise rigorosa do ponto de vista marxista-leninista da situação e pela tomada de medidas adequadas.

A Comissão Distrital denuncia e repudia a profunda campanha anti-comunista da qual se fazem eco vários órgãos de comunicação social.

No plano orgânico, decidiu, entre outras medidas, criar dois organismos de direcção de zona: um para os concelhos da Margem Esquerda, outro para os concelhos do Sul do distrito. Sublinhou o seu apoio à realização de Assembleias de Organizações Concelhias e ao reforço do trabalho de organização das células. A Comissão Distrital decidiu também que fossem tomadas algumas medidas para reforço do trabalho do Partido noutras frentes, como o Poder Local, o Trabalho Sindical, Reforma Agrária, Agricultores e Juventude.

A criação do Gabinete do Eleitor e do Munícipe é outra das acções tendentes a permitir uma maior ligação com as populações, como salientou os comunistas de Beja.

Na perspectiva das eleições autárquicas de 1989, foram debatidos aspectos do trabalho de dinamização da CDU no distrito, nomeadamente através da realização de encontros concelhios. Foi também manifestado o empenhamento para a vitória da CDU nas eleições a realizar em 25 de Abril para as Assembleias de Freguesia de **Canhestros** e **Figueira de Cavaleiros.**

A Comissão Distrital apelou à participação do Partido e dos democratas nas comemorações do 67.º aniversário do PCP, sublinhando as iniciativas previstas para **Moura, Aljustrel, Almodôvar** e **Mértola.**

A preparação do XII Congresso do PCP foi também objecto de intervenção no plenário. Sobre este aspecto, foi decidido promover um Encontro Distrital de Quadros do PCP, no próximo dia 13 em Beja, durante o qual será aprofundada a discussão sobre a preparação do Congresso e o reforço da organização partidária no distrito.

Comunistas nas CT's: encontro em Lisboa

Por iniciativa da DORL do PCP, decorreu no último sábado um encontro distrital sobre a acção dos comunistas nas comissões de trabalhadores (CTs). Esta iniciativa, realizada na sequência do encontro distrital de quadros da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP de Novembro passado, insere-se na preparação do XII Congresso e do Encontro Distrital sobre o trabalho do Partido nas empresas, que se realizará em Lisboa no mês de Maio.

Funcionando em secções e plenário, o encontro contou com a participação de mais de 150 quadros.

Os comunistas, com uma intervenção determinante nas CT's do distrito de Lisboa, sublinharam o papel essencial e insubstituível destas estruturas, como instrumento de intervenção e participação democrática dos trabalhadores e manifestaram a sua determinação de luta para impedir a concretização dos projectos do Governo Cavaco de liquidação dos direitos das CTs e das suas coordenadoras.

Com o seu debate, participado e colectivo, os comunistas procuram contribuir com as medidas necessárias que, ultrapassando debilidades existentes, reforcem e dinamizem ainda mais a intervenção do movimento das CTs no controlo de gestão, na defesa dos interesses dos trabalhadores, da sua unidade, da sua inserção, na luta contra o «pacote laboral» e na luta mais geral contra a política de direita, em defesa do regime de democrático e das suas conquistas.

O encontro encerrou com uma intervenção do camarada Octávio Pato, que analisou os aspectos fundamentais da situação política, do ascenso da luta de massas, das perspectivas que se abrem aos trabalhadores e ao povo e do intenso trabalho em que os comunistas, designadamente os da região de Lisboa, estão envolvidos com vistas à preparação do XII Congresso do Partido.

Ainda no âmbito da DORL, saliente-se que no próximo dia 12 (sábado) decorrerá um debate sobre transportes e circulação rodoviária em Lisboa. A iniciativa terá lugar no Hotel Berna.

Aveiro: os problemas continuam

«Balanço desastroso no distrito de Aveiro» — é assim que a resolução da Comissão Distrital do PCP caracteriza a política do Governo e os seus reflexos na região. Apontando algumas das questões mais graves da situação social, aquele organismo de direcção do Partido refere o mundo laboral, a vida nos campos, nas pescas, nas autarquias, no ensino, na saúde e entre a juventude. Os problemas específicos das mulheres são também abordados no documento dos comunistas de Aveiro, que alertam para as crescentes dificuldades impostas (ou propostas) pelo Governo nas áreas da justiça, fiscalidade e salários.

Salienta, a dado passo, a Comissão Distrital do PCP:

«O quadro de dificuldades e problemas sociais crescentes tem motivado, nos últimos tempos, importante fluxo de lutas e movimentações com tendências para aumentar e alargar a mais camadas e sectores.

«É sintomático e representativo o balanço de tais lutas desde a greve dos trabalhadores do Casino de Espinho em defesa das regalias pecuniárias, à elevada adesão à greve dos funcionários judiciais, a persistente e tenaz luta dos trabalhadores da corticeira A.P. Amorim, que desde greves a 100%, concentração em Espinho e defile em Aveiro, tudo têm feito para evitar o despedimento colectivo.

«Também os trabalhadores da Função Pública e os professores têm desenvolvido iniciativas em defesa dos seus interesses específicos, como é o caso recente da realização do Encontro Distrital de Professores sobre a Gestão Democrática das Escolas e de inúmeras reuniões realizadas, onde se têm debatido os problemas da carreira profissional dos professores e do ensino em geral.

«Os estudantes universitários sairam à rua na cidade de Aveiro em manifestação com várias centenas de participantes, em luta pela garantia da via profissionalizante.

«As populações desenvolvem lutas diversas pela resolução de problemas locais destacando-se a do bairro do Caião (Aveiro), pelo arranjo de infra-estruturas, e das populações do Préstimo pela distribuição diária do correio e das de Assequins pelo arranjo da EN 230, ambas no concelho de Águeda.

«Entre os camponeses surge a opinião de que é necessário modificar o actual estado de coisas. Exemplo disto foi a grande reunião distrital de agricultores realizada recentemente em Ovar, com a participação de mais de 300 agricultores, e na qual foi aprovada uma Carta/Reclamações que exige uma nova política para a agricultura. Mais recentemente ainda verificaram-se movimentações de Conselhos Directivos de Baldios do Distrito em defesa dos respectivos baldios.»

Distrital de Coimbra saúda lutas em curso

Na sua reunião plenária do último sábado, a Comissão Distrital de Coimbra do Partido Comunista Português analisou as conclusões da recente reunião do Comité Central do PCP e procedeu ao exame e análise da situação política e social do distrito.

Aquele organismos do Partido destacou os períodos e ameaças que se confirmam para o regime democrático decorrentes da ofensiva contra-revolucionária, agravada pelo Governo Cavaco Silva que se continua a mostrar incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais e do distrito.

A concelhia sublinhou a redução da base social de apoio ao actual Governo, que volvidos apenas 7 meses após as eleições se debate com o ascenso da luta e combatividade dos trabalhadores dos mais diversos sectores: os trabalhadores lutam contra o pacote laboral, contra os tectos salariais que o Governo quer impôr, contra a degradação do seu salário, pela defesa dos postos de trabalho, contra os despedimentos, pelo direito a uma segurança social condigna, contra a repressão e a violação dos direitos e liberdades.

A distrital de Coimbra do PCP saúda a luta dos trabalhadores da metalúrgia, da CP, da CELBI, da Foznave, da fábrica de papel de Ponte de Sotam, Armando Fernandes de Almeida/Intramafa, Viulf, Viufil/Palmondego, Fábrica de Papel de Serpins e dos Trabalhadores dos Serviços de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Coimbra. Assinala o ascenso da luta camponesa, em particular a justa luta dos povos da serra em defesa da lei dos baldios e por indemnizações pelos prejuízos dos incêndios ocorridos no verão passado, bem como a luta dos produtores de arroz no Baixo Mondego pelo pagamento de indemnizações pelos prejuízos causados pelas chuvas nas últimas colheitas e pelo pagamento do subsídio de gasóleo.

O desenvolvimento da luta de massas no distrito, o reforço da intervenção do PCP e o vasto conjunto de iniciativas programadas para o mês de Março, designadamente a realização de um encontro distrital de quadros (dia 12), inserem-se na preparação, no imediato, do XII Congresso do PCP.

Assembleia da República

Maioria impede combate eficaz ao trabalho infantil

Objecto de anteriores denúncias provenientes de vários quadrantes, algumas delas narradas em dramáticas imagens nos órgãos de comunicação social, a exploração do trabalho infantil voltou a merecer a atenção dos deputados da Assembleia da República, desta feita para apreciação das medidas a implementar por forma a erradicar esta chaga social.

Duas iniciativas estiveram em debate. Uma, sob a forma de autorização legislativa, foi proposta pelo Governo. Considerada manifestamente insuficiente, o seu conteúdo é meramente repressivo limitando-se a aumentar o valor das multas a aplicar a quantos utilizam mão-de-obra infantil. A segunda, sob a forma de projecto de lei, partiu do Grupo Parlamentar do PCP e nele se espelha uma visão global de toda esta problemática, reflectindo sobre áreas em que o Governo não toca, preconizando designadamente um conjunto de medidas e soluções coerentes.

Entre elas, sobressai a criação de comissões vocacionadas para desenvolver acções de esclarecimento junto dos estabelecimentos de ensino e junto das empresas no sentido de alertar quanto aos perigos decorrentes do abandono infantil e do trabalho precoce.

Simultaneamente, com vista à criação de condições para o cumprimento da proibição do trabalho infantil, o projecto prevê a atribuição de subsídios sociais escolares que permitam aos menores a frequência de estabelecimentos de ensino e ainda disposições especiais contemplando a situação dos filhos dos trabalhadores com salários em atraso e daqueles que perdem o seu posto de trabalho. A obrigatoriedade de criar cursos de formação profissional para os menores que foram sujeitos à exploração da sua mão-de-obra, constitui outra das mais importantes medidas previstas no projecto de lei do PCP que a maioria do PSD chumbou na passada terça-feira.

Neste quadro, tal como a deputada comunista Odete Santos alertou no decorrer do debate, e dado o carácter manifestamente insuficiente da proposta do Governo, é de prever que as coisas não se venham a alterar substancialmente, sobretudo se tivermos em conta, como então referiu, que o desenvolvimento da realidade social «aponta no sentido do agravamento» de algumas das condições que estão na base da exploração do trabalho infantil.

Enumerando-as, Odete Santos recordou o que se passa com a instabilidade no emprego e a precarização do vínculo laboral, o «pacote laboral» que o Governo não desiste a todo o custo de levar por diante, o alargamento da pobreza, a política de contenção de salários e a selectividade do ensino. A deputada comunista chamou ainda a atenção para o programa eleitoral do PCP no qual se inserem algumas medidas consideradas essenciais para o combate ao insucesso escolar, designadamente a garantia do pleno cumprimento da escolaridade obrigatória de nove anos, com reforço dos apoios sociais e materiais aos estudantes e famílias.

PCP impugna «pacote agrário»

Por violar frontalmente a Constituição da República, a proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária recentemente elaborada pelo Governo foi objecto de um recurso para a sua admissibilidade apresentado na Mesa da Assembleia pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Fundamentando o seu recurso, o PCP recorda que o Governo pretende com este diploma «reconstituir o latifúndio e a grande exploração capitalista» liquidando para o efeito as unidades colectivas de produção e as cooperativas agrícolas num processo que inverte completamente o «conceito constitucional de Reforma Agrária».

Sustentam os deputados comunistas que subscreveram a impugnação que o Executivo de Cavaco Silva com esta proposta «procura amnistiar implicitamente e dar forma de lei a todas as ilegalidades que têm sido praticadas no âmbito dos processos da Reforma Agrária» para lá de tentar resolver a favor dos agrários «todos os casos concretos em que o Governo e a administração têm sido condenados por afrontarem gravemente os direitos dos tribunais».

Na opinião do PCP a proposta de lei do Governo visa ainda condicionar a liberdade de decisão e a independência do poder judicial e pôr em causa o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, entendendo que ofende também os direitos e garantias dos administrados.

Por não definir no seu artigo 1.º o sentido da autorização, violando, por isso, o disposto no artigo 168.º da Constituição, também a proposta de lei n.º 32/V que autoriza o Governo a legislar em matéria de arrendamento rural foi alvo de um recurso de admissão igualmente apresentado pelo Grupo Parlamentar comunista.

A mesma sorte, e pelos mesmos motivos, teve a proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos e de explorações agrícolas.

PSD impõe menor protecção na doença

Insensível às críticas e apelos da oposição, mesmo reconhecendo a sua justeza e pertinência, a bancada da maioria continua a chumbar a quase totalidade das iniciativas dos partidos da oposição. Dócil e diligente, faz hoje oito dias, funcionou de novo, desta feita para rejeitar um projecto de lei do PCP que procurava repôr o direito à protecção na doença posto em causa por um decreto regulamentar do Governo de Cavaco Silva.

Alvo do protesto generalizado dos mais diversos sectores, o referido decreto desde a sua entrada em vigor em Junho do ano passado agravou drasticamente as condições de acesso ao subsídio de doença a milhares de trabalhadores em situação de trabalho precário, nomeadamente rurais e domésticas no desemprego e ainda trabalhadores em situação de doença ou acidentes prolongados, na maternidade e serviço militar obrigatório.

Ao definir, além de seis meses de registo de remuneração, 15 dias de contribuições por trabalho efectivamente prestado no terceiro e quarto meses anteriores à baixa, o referido decreto priva com efeito os trabalhadores nestas condições de usufruirem um direito constitucionalmente consagrado no seu artigo 63.º — o direito à protecção na doença.

Esta situação contrasta fortemente com o regime anterior, facto evidenciado pela deputada comunista Apolónia Teixeira que a este propósito recordou estar a assistir-se à «tentativa de restrição do sistema de segurança social já de si limitado», retirando direitos e regalias sociais fundamentais.

«A protecção na doença aos trabalhadores portugueses recuou a 1972», garantiu ainda a deputada comunista comprovando a sua afirmação com numerosos exemplos de trabalhadores que perderam o direito ao subsídio de doença.

O suposto aperfeiçoamento de algumas normas que regem o subsídio de doença em simultâneo com a alegada preocupação de «acautelar a utilização abusiva dos mecanismos legais» — objectivos enunciados pelo Executivo para justificar o enquadramento do presente diploma — foram entretanto desmontados no decorrer do debate por Apolónia Teixeira que acabou por considerar o argumento aduzido pela maioria como insustentável, classificando-o ainda de **«hipócrita e imoral»**. **«A existirem eventuais faltosos** — disse — **estes adaptar-se-ão facilmente ao novo articulado que, por si só, não obstará a tal utilização»**.

Reprovação por parte da bancada comunista mereceu ainda a fórmula de cálculo do salário médio para efeitos de subsídio de doença contida no decreto, alteração que na maioria dos casos, segundo foi afirmado, acaba por representar uma diminuição do valor efectivamente recebido pelo trabalhador.

Azeite falsificado consumido no País

Entre 15 a 20 milhões de litros do azeite consumido no nosso País é completamente falso, isto é, não passa de uma mixórdia normalmente transaccionada avulso sobretudo para a indústria hoteleira, cantinas, hospitais e outros estabelecimentos de assistência social. Constituído por óleo, corantes e alguns vestígios de azeitona, desse **«azeite»** não embalado e certificado, 52,2 por cento de acordo com dados de 1984, segundo consta, era perigoso para a saúde. O insólito caso foi dado a conhecer na Assembleia da República pelo deputado comunista Álvaro Brasileiro no decorrer de uma intervenção proferida no período antes da ordem do dia da sessão realizada faz hoje oito dias.

À baila, pela voz do deputado comunista, vieram ainda outros factos não menos curiosos como sejam a existência de uma campanha contra esta gordura vegetal a qual é responsável, segundo disse, pela diminuição para metade do consumo em menos de dez anos ou ainda o declínio da cultura olivícola em Portugal, hoje representando apenas 3,6 por cento do produto agrícola bruto (PAB) quando não há muitos anos esse valor rondava os dez por cento.

Enquadrando estas informações, Álvaro Brasileiro falou também da situação dos produtores de azeitona, designadamente do Nordeste Transmontano, a braços com dificuldades de escoamento e com baixos preços para o seu produto, cujos montantes se cifraram este ano em valores inferiores em vinte e trinta escudos por quilo relativamente ao ano passado.

O comportamento de organismos vocacionados para o apoio e ajuda à agricultura como o Complexo Agro-Industrial do Cachão ou o IAPO foram também severamente criticados por Álvaro Brasileiro — **«comportam-se como os intermediários»**, garantiu — que não deixou, por outro lado, de pôr em confronto estas dificuldades com a crescente importação de oleaginosas que só de Junho a Setembro de 1987 subiram em quantidade equivalente a 13 milhões de contos.

Em causa os inquéritos parlamentares

Recusa sistemática do PSD inquina credibilidade das instituições

A suspeita de irregularidades na conduta de entidades envolvidas nas ofertas públicas de vendas de acções (OPV's) voltou na passada semana a estar de novo em foco na Assembleia da República. Na sua origem, uma proposta de inquérito parlamentar apresentada pelo CDS tendente a averiguar designadamente o processo em que decorreram as OPV's lançadas em Dezembro passado por sete empresas do grupo SONAE, processo posteriormente alvo de um inquérito desencadeado pelo ministro das Finanças.

Para o CDS, segundo Nogueira de Brito, tratava-se de libertar as investigações ordenadas por Cadilhe do «constrangimento» imposto pelas suas próprias declarações a este respeito.

Na altura, recorde-se, o ministro das Finanças declarou publicamente estar certo de que o inquérito absolverá os intervenientes da operação, antecipando-se deste modo de forma insólita aos resultados da investigação.

João Amaral, definindo a posição do PCP, classificou este procedimento de «inadmissível» e mostrou-se perplexo quanto a uma tal antecipada «certeza», quando, simultaneamente, várias perguntas formuladas ao ministro continuam sem resposta.

Quis João Amaral saber, por exemplo, quais as razões que levaram o ministro a determinar uma reunião prévia à realização dessas OPV's entre o secretário de Estado do Tesouro e o presidente desse grupo económico ou ainda quais as razões que levaram o Auditor-Geral para o Mercado de Títulos a autorizar aquelas OPV's com PER's superiores ao máximo por ele próprio estipulado.

Mas o deputado comunista tocaria ainda numa outra questão que ultrapassa o âmbito restrito da investigação em causa, prendendo-se directamente com a posição do PSD face à realização de inquéritos parlamentares. Pertinente, a questão surge na sequência da sistemática recusa da bancada da maioria em aprovar inquéritos requeridos pelos partidos da oposição, o último dos quais foi solicitado pelo PS às verbas do Fundo Social Europeu.

Na opinião de João Amaral, a manter-se esta posição do PSD de inviabilizar os inquéritos parlamentares, legítimo é concluir estar-se em presença, eventualmente, de uma forma de **«prestar um bom "serviço" àqueles que seriam objecto das investigações requeridas»**.

«Inquestionável — conclui ainda o deputado comunista — **é que objectivamente está a deixar em suspeição o que suspeito seja e, com isso, está a inquinar a própria credibilidade das instituições e do regime democrático e a sua capacidade para defender a verdade e apurar responsabilidades»**.

Alterações à Lei de Imprensa

A análise de uma autorização legislativa ao Governo no sentido de rever o decreto relativo ao processo judicial por crimes de imprensa, no quadro das decorrências da entrada em vigor do novo Código de Processo Penal, ocupou grande parte dos trabalhos do plenário de terça-feira.

No decorrer do debate, José Manuel Mendes, definindo o quadro que caracteriza a situação presente neste domínio, chamou a atenção para as tentativas de esvaziamento das deliberações e a eliminação na prática dos Conselhos de Comunicação Social e de Imprensa, para o accionamento judicial de jornalistas por actos inerentes ao seu estatuto e à sua função social e ainda aos bloqueios ao direito de informar e ser informado.

Considerando estarem em causa direitos fundamentais, o deputado comunista manifestou a opinião de que o diploma enferma de inconstitucionalidade formal, adiantando ainda que foram claramente «frouxas» as justificações adiantadas pelo Governo para a sua iniciativa.

Terra

Anunciado em conferência de imprensa

Reforma Agrária pronta a lutar!

Há forças sociais, políticas e democráticas suficientes para defender a Reforma Agrária

O mais completo regabofe a favor dos agrários é como a Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA) caracteriza, sucintamente, a proposta de Lei do Governo de Cavaco Silva sobre a Reforma Agrária, conforme reafirmaram os seus representantes em conferência de Imprensa realizada anteontem em Lisboa, onde demonstraram, ponto por ponto, essa iniquidade legislativa, que vai ao cúmulo de **amnistiar** todas as ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária ao longo dos anos, com a cobertura do próprio Governo — além, é claro, de procurar reconstituir, sem disfarces, toda a zona do latifúndio.

Foram anunciadas formas de luta que passam, para já, pela denúncia deste escândalo a todos os órgãos de soberania e a nível internacional e pela realização de uma grande marcha da Reforma Agrária, partindo de Évora e Beja em direcção a Lisboa, com três dias de percurso e a concretizar quando o Decreto Lei do Governo começar a ser discutido na Assembleia da República.

E ficou, sobretudo, uma nota: os trabalhadores da Reforma Agrária advertem para que não haja ilusões — há forças sociais, políticas e democráticas suficientes para defender esta grandiosa conquista de Abril. A Reforma Agrária tem resistido a outras ofensivas. Vencerá, também, esta!

No encontro com os jornalistas a FENCA apresentou, em **sete pontos**, uma acutilante caracterização da proposta de Lei do Governo sobre a Reforma Agrária, que passamos a transcrever:

«O conhecimento do texto concreto da proposta de lei do Governo sobre a Reforma Agrária confirma e agrava a análise já feita anteriormente pelas organizações e trabalhadores da Reforma Agrária na base do que tinha vindo a público na imprensa.

«Assim, a proposta de lei do Governo:

1) é clara, **grosseira e frontalmente inconstitucional**, violando entre outros 10 artigos da CRP: Art.ºs 13.º, 80.º, 81.º alínea h), 83.º, 96.º, 97.º, 99.º, 100.º, 104.º e 268.º; pretende antecipar através de lei ordinária e esvaziar de conteúdo o processo de revisão constitucional onde é necessária uma maioria de 2/3

2) pretende **liquidar a Reforma Agrária** e reconstituir o latifúndio e a grande exploração capitalista

3) **inverte completamente o conceito constitucional de Reforma Agrária.** Se a Constituição refere no seu artigo 97.º que a Reforma Agrária se realiza através de "transferência da posse útil da terra e dos meios de produção... para aqueles que a trabalham... obtido através da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas e que as propriedades expropriadas serão entregues, para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores" toda a proposta de lei do Governo propõe-se "realizar a Reforma Agrária" através da "expropriação" das UCP's/Cooperativas e da "transferência da posse da terra para os agrários, para o sector privado latifundiário

4) procura "amnistiar" e dar forma de lei a todas as **ilegalidades que têm sido praticadas pelo MAP** e resolver a favor dos agrários todos os casos concretos em que o Governo e o MAP têm sido condenados nos tribunais. **Depreende-se pela sua análise que a proposta de lei foi elaborada tendo ao lado todos os casos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito e procurado fazer um articulado que desse resposta a todos esses casos concretos encontrando para cada caso-tipo o artigo da lei que permitisse resolver a questão a favor dos agrários.**

É como se o ministro da Agricultura ou o Primeiro-Ministro tivessem assaltado um banco ou sido multados por estacionamento proibido e no dia seguinte fizessem uma lei que legalizasse ou amnistiasse os assaltos aos bancos ou permitisse o estacionamento no local proibido

5) alarga amplamente os poderes pessoais; prepotentes e descricionários do ministro para decidir de reservas a atribuir, entregas de terras expropriadas, declarações de abandono de terras e inviabilidade de cooperativas, etc.

6) condiciona a liberdade de decisão e a independência do poder judicial; põe em causa o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei; ofende os direitos e garantias dos administrados, procura impedir as UCP's de recorrerem ao STA

7) é o mais completo regabofe a favor dos agrários.»

É fartar, vilanagem!

A FENCA fez também uma apreciação específica, artigo a artigo, do conteúdo do decreto Lei que o Governo pretende fazer aprovar. Transcrevemos algumas passagens dessa apreciação, pela gravidade das matérias em questão.

• Art.º 12.º (prédios não expropriados) – passa a excluir da situação de expropriabilidade áreas até aqui sujeitas a expropriação por

– pertencerem a determinadas entidades (ex. quaisquer cooperativas agrícolas e não só já as de produção; «instituições particulares de interesse público» como as Misericórdias, para além das Fundações que já vinha de lei anterior, etc)

– duplica a área não expropriada passando de 30 ha para 60 ha — independentemente da pontuação — os prédios não expropriados

– exclui áreas excedentárias das reservas que passariam assim a integrar estas. Isto é, se depois de demarcada a reserva, sobrar uma área até 91 000 pontos esta passa a ficar integrada na reserva. (Viola o art.º 96.º alínea a) da CRP)

• Art.º 14.º (conteúdo do direito de reserva) e 47.º – este artigo constitui um autêntico «regabofe» para os agrários. De facto e ao contrário da doutrina dominante quanto à natureza do direito de reserva (por exemplo, o parecer n.º 106/80 da Procuradoria Geral da República), este passaria agora a implicar a «Constituição de um **novo** direito de propriedade» o que significa que o agrário recebe a reserva sem quaisquer ónus ou encargos mesmo se sobre o prédio existisse, por exemplo, uma hipoteca por dívidas anterior à data da ocupação pelos trabalhadores.

Por esta via o Governo perdoa aos agrários 28,9 milhões de contos de hipotecas anteriores a 25 de Abril, resultantes de dívidas dos agrários ao Estado.

Por outro lado confere ao simples despacho de atribuição do direito de reserva «força probatória plena» facilitando ao agrário a imediata inscrição predial e, se o quiser, a venda a outrém da reserva recebida quando anteriormente era necessário um alvará passado pelo Estado.

Por fim ao considerar que «a execução da decisão final proferida nos processos de reserva... é considerada prioritária e de grande urgência para a realização do interesse público» (n.º 2 do artigo 14.º) o Governo pretende impedir que os tribunais decretem a suspensão da eficácia dos despachos de concessão de direito de reserva.

(...)

Este n.º 2 do art.º 14.º deve ser lido e conjugado com o art.º 47.º da proposta de lei que só admite a «suspensão da eficácia de actos administrativos», isto é, a suspensão das entregas de reservas nos casos em que a cooperativa requerente tem um contrato de uso da terra com o Estado — e neste momento só a 23 das 302 UCP's/Cooperativas é que o Governo concedeu tal contrato — e mesmo nestes casos só quando a reserva afectar em mais de 20% a pontuação total da área da cooperativa.

Isto é, pretende-se condicionar a liberdade de decisão e a independência do poder judicial; discriminam-se os cidadãos perante a lei e impede-se a possibilidade dos trabalhadores de recorrerem contenciosamente das ilegalidades praticadas e obterem o reconhecimento do seu direito, violando os art.ºs 13.º e 268.º n.º 3 da CRP.

Com isto o Governo quer, escandalosamente, tornear os mais de 70% dos casos em que o Supremo Tribunal Administrativo tem decidido a favor do recurso das UCP's/Cooperativas suspendendo a demarcação da reserva.

• Art.º 20.º (actos ineficazes) – este artigo amnistia 13 anos de fraude à lei por parte dos agrários.

De facto o Governo propõe que sejam considerados válidos e eficazes todos os actos (falsas doacções, etc) praticados pelos agrários entre 25 de Abril de 74 e Julho de 1975 como forma de dividirem falsamente o respectivo latifúndio e procurando escapar às medidas de expropriação, defraudando a lei.

• Art.º 22.º – acaba com o direito das UCP's/Cooperativas aos frutos pendentes nas reservas entregues.

• Art.º 24.º (que regula o processo das expropriações) – as expropriações passam a ser feitas exclusivamente na base do Código das Expropriações o que significa que o Estado só pode entrar na posse da terra expropriada depois de pagas as indemnizações.

• Art.º 27.º (demarcação da reserva) – deixa de haver notificação às UCP's/Cooperativas. Isto é, os trabalhadores só passariam a saber da reserva quando o MAP e a GNR entrassem pela terra dentro.

• Art.º 31.º (aplicação a reservas já demarcadas) – consagra o princípio da retroactividade da lei, aplicável a todos os casos, violando o art.º 12.º do Código Civil e amnistiando completamente todo o contencioso a correr no STA.

Este artigo dispõe que, a requerimento dos agrários, apresentado até 90 dias após a entrada em vigor da lei, esta aplica-se a todas as reservas demarcadas desde 1977 e mesmo (pasme-se!) nos casos em que o direito de reserva caducou por não ter sido requerido ou cujo requerimento tenha sido feito fora do prazo.

E a reabertura de todos, e todos, os processos de reservas de todos os agrários!

É fartar, vilanagem!

Povos de Coimbra em defesa dos seus baldios

Defesa intransigente da actual lei dos baldios e simultâneo repúdio pelos projectos de lei do PS, CDS e PSD que, a irem por diante, constituirão a mais flagrante usurpação destas terras comunitárias aos povos e compartes, constituiram as duas notas mais salientes do recente encontro dos Baldios realizado recentemente na Lousã. A iniciativa partiu do Secretariado dos Baldios do Distrito de Coimbra e nos trabalhos que decorreram sob o lema «não mexam na nossa lei» participaram cerca de 400 compartes em representação de 45 Conselhos Directivos de Baldios (CDBs).

Registando o maior número de adesões de sempre, segundo os seus organizadores, os trabalhadores do Encontro-Festa contaram com a presença de Manuel Rodrigues, dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e neles foram produzidas várias intervenções enaltecendo o valor das leis 39 e 40/76 – **«leis boas e justas»**, como são conhecida entre os povos serranos –, diplomas que depois do 25 de Abril satisfizeram uma reivindicação antiga, restituindo às comunidades locais a administração dos seus baldios.

A legislação então produzida, presentemente em vigor, constitui na opinião dos compartes **«um acto de elementar justiça»** ao permitir a devolução de bens e direitos espoliados aos seus legítimos utentes, acto de justiça que encontra o seu próprio suporte na Constituição da República, nomeadamente quando esta refere que o sector público é também constituído, dentre outros modos sociais de gestão, pelos **«bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais»**.

A administração democrática dos baldios pelos seus povos está de resto na origem dos notáveis melhoramentos introduzidos em muitas aldeias secularmente abandonadas (água, esgotos, estradas, caminhos, centros de convívio, luz, arranjo e construção de capelas, etc), facto salientado por vários oradores que não deixaram de lembrar por outro lado, que se mais não foi realizado tal se deveu apenas à desestabilização criada pelas 14 tentativas de revogação da actual lei levadas a cabo nos últimos doze anos.

Silvio Peneda, do Secretariado dos Baldios de Coimbra, salientaria a este propósito que os perigos e ameaças que continuavam a pairar sobre os baldios não demovem os povos de prosseguir a luta em sua defesa, acrescentando que existem boas razões para **«estar confiantes»** e resistir àqueles que **«insistem em retirar a administração e posse dos baldios para os entregarem às juntas de freguesia, às celuloses, enfim, a grandes empresas e grandes senhores»**.

«Somos muitos e temos connosco a razão que falta aqueles que nos atacam», salientou ainda Silvio Peneda para mais adiante dar a conhecer algumas das acções previstas para breve em defesa da lei em vigor, nomeadamente uma jornada de esclarecimento da opinião pública abrangendo também os distritos de Viseu e Aveiro e pedidos de audiência com os órgãos de soberania.

Numa das moções aprovadas por unanimidade, os participantes no III Encontro dos Baldios do Distrito de Coimbra convidam os deputados eleitos pelo distrito a visitarem «a obra» realizada e, para lá da referida jornada de esclarecimento, mandatam o Secretariado para que, caso os intentos do Governo se mantenham, convoque os CDBs, compartes e povos para **«mostrar de viva voz»** a vontade e determinação que os anima em defender os seus baldios.

Por unanimidade e aclamação foi ainda aprovada uma moção que mandata o Secretariado para encetar diligências no sentido da urgente realização de escritura pública dos seus estatutos.

Nos trabalhos participaram os deputados comunista Álvaro Brasileiro, presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, e Rogério Brito. Convidados, não puderam comparecer, justificando no entanto a sua ausência, o Presidente da República, o CDS, o PS e o PRD.

Momentos de agradável convívio foram ainda proporcionados no decorrer do Encontro pela actuação dos ranchos folclóricos «Os Corações», da Casa do Povo da Lousã, o Rancho Estrelinhas Ponte do Areal, o Rancho Típico Serra da Lousã e a Filarmónica Lousanense.

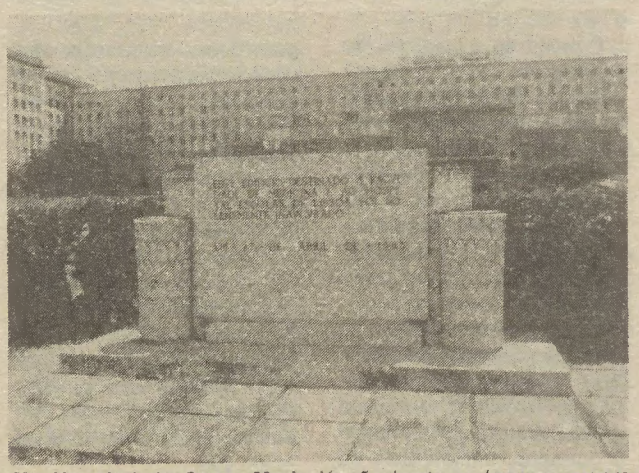
Nacional

A fome ronda Hospital de Santa Maria

Enquanto Cavaco Silva continua a gritar aos quatro microfones que os portugueses estão felicíssimos com o Governo que têm, a gravidade dos problemas sociais impostos pela política reaccionária do executivo continua a desabar sobre o País. O que se passa no sector da Saúde e, concretamente no Hospital de Santa Maria, é apenas um dos exemplos da actualidade: nesta unidade hospitalar (a maior do País) até a fome já ronda os doentes...

Como consequência de restrição de cerca de um milhão de contos no orçamento do Hospital de Santa Maria para o ano de 1988, começa-se a verificar carências que põem em risco o diagnóstico das doenças, o tratamento e o mínimo de bem-estar.

Muitas das análises absolutamente necessárias para o diagnóstico de algumas doenças (por exemplo: doenças de sangue e doenças metabólicas) não são executadas no Hospital de Santa Maria (em princípio um hospital de «medicina de ponta», universitário, o maior do País) por falta de investimento em pessoal e em material de laboratório. Em face disto há muitas análises que são enviadas para fazer fora do hospital, pagas por este. Mas a partir do dia 26 de Janeiro de 1988 as coisas deixaram de se passar assim, pois só muito excepcionalmente será autorizada tal medida. Porque é preciso poupar. Isto significa que há actualmente, doentes cujo diagnóstico não se faz, pois os médicos ficam reduzidos ao «olho clínico».



***No Hospital de Santa Maria** já não basta a doença... agora há também o espectro da fome a pairar sobre os doentes*

A restrição nos medicamentos faz-se também sentir de forma importante, havendo sérias limitações a medicamentos tão importantes como a hormona de crescimento, que veio resolver o problema de muitas crianças com atrasos graves de desenvolvimento.

A partir do dia 5 de Fevereiro os doentes ficaram reduzidos à seguinte ração diária: leite – 7,5 dl, pão – 4 papo-secos, manteiga – 15 g, fruta – 2 unidades, bolachas – 3, chá – 1/4 de pacotinho, açúcar – 2 pacotinhos. Para temperar a comida apenas 0,5 dl de azeite e de vinagre por semana. E não setrata de doentes a fazer dieta de emagrecimento... pela lista de alimentos é fácil perceber que vai ser muito difícil aos doentes distribuir a sua ração de bolachas (3...), manteiga e açúcar (dois pacotinhos) por pequeno-almoço, lanche e ceia (que é obrigatória porque o jantar é às 18 horas), para já não falar na impossibilidade de fazerem pequenos lanches ao longo do dia. A agravar esta situação deve referir-se que diariamente chegam aos serviços novos doentes vindos do serviço de urgência os quais não foi ainda atribuída alimentação e que não partilham a dos outros.

Mas o mais grave é que se encontra esgotado neste momento, para 3 meses, o «stock» de carne de vaca para os doentes e os técnicos de alimentação daquele hospital encontram-se a braços com um problema que não sabem como será resolvido.

É este o «Portugal feliz» de Cavaco Silva...

Praça da Liberdade

Todos ao Palácio!

Comemorar o aniversário de um partido lutador como o PCP, significa, naturalmente, assinalar o seu passado, mas é também, e sobretudo, uma acção virada para o presente e para o futuro.

Num momento em que o Governo procura levar para diante velhos planos de liquidação dos direitos e conquistas dos trabalhadores e pôr em causa o próprio regime democrático alcançado com o 25 de Abril.

Num momento em que o «pacote laboral», com o objectivo declarado de liberalizar completamente os despedimentos e de pôr em causa a estabilidade do emprego, constitui uma gravíssima ameaça que pesa sobre todos os trabalhadores portugueses.

Num momento em que a luta da classe operária e dos trabalhadores, e a resistência popular e democrática contra a política da direita, adquirem uma expressão impressionante, mas em que é indispensável reforçar mais a unidade dos trabalhadores e preparar activamente acções de luta ainda mais vigorosas e massivas.

Neste momento, para os comunistas, como para muitos trabalhadores sem partido e outros democratas que reconhecem a insubstituível contribuição do PCP para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e da democracia, o aniversário do PCP não podia deixar de ser o que vai ser – uma jornada de luta.

São 67 anos de luta ininterrupta ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

Ao lutar pela defesa do 25 de Abril e das suas conquistas, ao defender a independência nacional contra a submissão de Portugal ao imperialismo, os comunistas mantêm sempre presente a luta pelo futuro socialista de Portugal, por uma sociedade moderna e justa, livre da exploração, e que proporcionará finalmente a todos os trabalhadores e a todo o povo português a paz, a abundância, a liberdade, a cultura, a igualdade e a felicidade.

É neste sentido que serão assinalados os 67 anos do Partido, no domingo, dia 6 de Março. No Porto, no Palácio de Cristal, às 15 horas, com a Festa e o Comício, com o camarada Álvaro Cunhal.

Todos ao Palácio!

■ ANT

Comunistas apreciam Serviço de Saúde na URSS

A convite do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, visitou a URSS, entre 16 e 22 de Fevereiro, um grupo de estudo do PCP no domínio da Saúde, composto por **Orlando Leitão, Casimiro Marques, Abreu Barreto, Fernanda Vital** e **Merlinde Madureira.**

Durante a sua estadia na União Soviética, a delegação foi recebida por responsáveis do Partido e do Estado soviético por este sector e teve oportunidade de conhecer de perto o Serviço de Saúde gratuito e ao serviço do povo, particularmente no contexto da reestruturação em curso.

Esta visita teve lugar no quadro das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os dois partidos.

Delegação da URSS em Portugal

No dia 26 de Fevereiro, a delegação do Conselho de Defesa da Paz da União Soviética que, a convite do CPPC, visitou o nosso país, foi recebida no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, por Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional. A delegação soviética era composta por **Igor Fessunenko**, vice-presidente do Comité de Paz de Moscovo, **Monsenhor Iltan**, bispo de Kaluga, e **Alexandra Pistunova**, escritora e redactora do jornal «Rússia Literária».

No Porto

Criado Movimento de Defesa da Constituição

A criação na região do Porto de um Movimento de Defesa da Constituição foi anunciada no passado dia 27 de Fevereiro, numa conferência de imprensa promovida por subscritores de um Apelo às Forças Democráticas Representadas na Assembleia da República, divulgado em Dezembro e já então apoiado por um numeroso grupo de democratas, abrangendo um largo leque de sensibilidades políticas.

O Movimento, que se propõe «promover o esclarecimento cívico sobre o processo de revisão em curso e empenhar-se na mobilização dos democratas do distrito do Porto em defesa da Constituição», actuará, conforme foi tornado público, no espírito do referido Apelo que considera, nomeadamente, que «rever a Constituição não pode significar alterá-la em aspectos substanciais», que «a fidelidade das forças democráticas ao essencial da herança do 25 de Abril será suficiente para impedir que o regime seja subvertido» e que «é preciso reafirmar os consensos que deram corpo à democracia portuguesa».

Para assinalar o 12.º Aniversário da Constituição, o Movimento de Defesa da Constituição tem programada uma sessão pública, a realizar na cidade do Porto no dia 8 de Abril, e prevê a concretização de iniciativas noutras localidades, em datas que, oportunamente, irão sendo anunciadas. «Contribuir com a sua voz para que as Comemorações do 25 de Abril, no distrito do Porto, constituam, uma vez mais, este ano, uma jornada de defesa da democracia e da Constituição da República» é outra das propostas deste Movimento que considera que «o processo de revisão da Constituição em curso não pode limitar-se a um debate circunscrito à Assembleia da República, pois respeita e interessa a todo o povo português».

Ao chamar a atenção para o processo de revisão, o Movimento considera ainda importante atender «ao comportamento do Governo que, através de diversas medidas legislativas, actua com pleno desrespeito pela Constituição e como se ela pudesse ser alterada pelo partido do Governo (que não dispõe, sequer, de maioria bastante para o efeito), o que constitui uma actuação claramente abusiva e ilegal».

O Movimento de Defesa da Constituição, que conta já com numerosos apoios, tornados públicos na conferência de imprensa, considera-se «aberto à adesão e participação de todos os democratas e organizações sociais do distrito do Porto que, na pluridade de opiniões políticas e ideológicas, comunguem dos objectivos enunciados».

MDM comemora Dia Internacional da Mulher

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, é uma data que o Movimento Democrático das Mulheres comemora há já quase 20 anos. Este ano não é excepção, como é evidente!

Das comemorações deste ano, destacamos 3 momentos importantes:

— **Jantar-convívio** comemorativo do Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de Março, pelas 20 horas, no Restaurante Itau — Rua Vítor Cordon, n.º 1, 1.º, em Lisboa. Este jantar é aberto a todos quantos queiram estar presentes neste dia, bastando para tal inscreverem-se no MDM — Av. Duque de Loulé, 111, 4.º, Lisboa, telefone: 55 48 75 / 55 78 53.

— Na **Assembleia da República**, irá estar em destaque esta data através da apresentação e discussão de um projecto-lei sobre Associações de Mulheres, proposta essa feita pela Coordenadora Nacional de Mulheres (AMS, CEM/IDM, GML, LDM, MDM, UMAR). Para este dia, o MDM convida todas as mulheres a estarem nas **galerias da Assembleia da República.**

— **«Tribunal: A mulher e violência»**, dia 19 de Março às 9.30 horas, no Centro de Estudos Judiciários.

Reunião da Distrital de Lisboa

Entretanto a Direcção Distrital de Lisboa reuniu recentemente para proceder à análise da situação da mulher.

Em debate estiveram as propostas da revisão constitucional apresentadas pelo MDM, com destaque para a Provedoria da Igualdade cuja função visa a defesa da igualdade de direitos, deveres e oportunidades previstos na Constituição; Artigos relativos à família, direito de antena para as organizações de mulheres, entre outras propostas, como importantes contributos para o aperfeiçoamento da igualdade de direitos.

À «família» o MDM propõe que a lei assegure aos que vivam em união de facto adequada protecção, reconhecendo-lhes designadamente o direito à segurança social e ao arrendamento.

«Liberdade de imprensa e meios de comunicação social» — propõe o MDM a proibição de transmissão de programas ou mensagens que veiculem as discriminações sexuais, pornografia e a violência sexual.

A Direcção Distrital de Lisboa considerou ainda extraordinariamente gravosas as propostas de revisão das leis laborais que a serem aprovadas constituiriam uma séria ameaça aos direitos das mulheres trabalhadoras e traduzir-se-iam no aumento da sua exploração e discriminação, aumento do trabalho precário e clandestino e levaria ao aumento da instabilidade e violência, já hoje vividas no emprego e aos despedimentos arbitrários.

As dirigentes do MDM, quanto ao decreto-lei 36/87, mais conhecido pelo «decreto das baixas», considerando que a sua aplicação traduz-se numa retirada de direitos às mulheres trabalhadoras, põe em causa a «protecção da maternidade e da paternidade», que reafirma a maternidade como um direito na sociedade portuguesa e não como uma doença.

Internacional

Desobediência civil na África do Sul

Mais de uma centena de sacerdotes sul-africanos, entre os quais o arcebispo Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, foram detidos na passada segunda-feira pela polícia racista quando participavam numa marcha de protesto contra a proibição das actividades dos grupos anti-*apartheid*.
Juntamente com Desmond Tutu foram detidos o reverendo Allan Boesak, presidente da Aliança Mundial de Igrejas da Reforma, Frank Chikane, dirigente da Frente Democrática Unida (UDF) e secretário-geral do Conselho das Igrejas da África do Sul, e o arcebispo católico Stephen Naido.

Os dirigentes religiosos, que foram libertados após interrogatório, pretendiam desfilar até ao Parlamento para entregar às autoridades uma petição contra a proibição da actividade de 17 organizações sociais do país, entre as quais a UDF, que engloba mais de 700 organizações, e do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos, que conta com mais de 750 mil filiados e se encontra igualmente integrado na UDF.

Esta acção intimidatória da polícia racista, reveladora das dificuldades crescentes com que se debate a nível interno o regime sul-africano, longe de desmobilizar os que se batem contra o *apartheid* contribuiu para estimular a conjugação de esforços.

O que se passou hoje – disse Allan Boesak após ser libertado – **é histórico. Nunca antes um tão grande número de líderes religiosos se juntou para um acto de desobediência civil. É um acto que estou disposto a repetir frequentemente. A Igreja decidiu que deve levantar-se pelo que é justo. Dissemos ao governo que não vamos aceitar o que se está a passar neste país.**

Este claro apelo à desobediência civil, subscrito pelas diversas organizações democráticas em posições tomadas a semana passada, logo após ser conhecida a proibição governamental, é também apoiado a nível internacional.

Desmond Tutu participa na desobediência civil

O Conselho Mundial das Igrejas, em documento divulgado em Genebra no passado dia 25 de Fevereiro, manifestou a sua indignação pela decisão sul-africana de interditar a actividade das organizações que reclamam transformações pacíficas do país e salientou que tais medidas deitam por terra as esperanças de soluções não violentas, sendo prenúncio de uma nova vaga de repressão.

O Conselho considerou ainda que, nesta situação, é necessário redobrar os esforços com vista à aplicação de sanções globais contra o regime sul-africano e ao seu isolamento.

Em Moscovo, por seu turno, o Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática condenou severamente a intenção de Pretória de sufocar o movimento democrático de massas na África do Sul e reprimir os direitos mais elementares do homem, como a aspiração à liberdade, à igualdade e ao progresso social.

Em documento divulgado a propósito, o Comité salienta que a nova onda de repressão, assim como a agressão contra Angola e outros países da Linha da Frente, prova que em vez de se procurar a regularização política da situação, Pretória recorre à violência, demonstrando uma vez mais que o regime de *apartheid* é a principal causa da tensão no Sul do continente africano.

Em Washington, o subsecretário de Estado para Assuntos Africanos, Chester Crocker, comunicou ao representante diplomático de Pretória «o choque e o desapontamento» da administração Reagan, enquanto em Londres a primeira-ministra Margaret Thatcher dizia «deplorar» as medidas tomadas pela África do Sul. Como de costume, tais manifestações não têm qualquer tradução prática, uma vez que tanto os EUA como a Grã-Bretanha se recusam a prestar apoio às organizações anti-*apartheid*.

Entretanto, em Adis-Abeba, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização de Unidade Africana (OUA) voltaram a condenar o regime sul-africano. Em comunicado distribuído no sábado, no final de uma conferência de seis dias, a OUA apelou de novo às nações industrializadas para que imponham sanções económicas globais e obrigatórias ao regime racista, cúja acção classifica de «imoral e ilegítima».

CGTP-IN alerta para manobras de Israel

Dirigentes da CGTP-IN, da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis e da Federação dos Sindicatos da Construção Civil denunciaram na segunda-feira em Lisboa, num encontro com jornalistas, as tentativas que as autoridades israelitas vêm desenvolvendo para recrutar trabalhadores estrangeiros, nomeadamente portugueses, para substituir os palestinianos em greve geral há mais de dez semanas.

Num comunicado sobre a questão, recorda-se a luta de resistência do povo palestiniano nos territórios árabes ocupados à política de terror de Israel, salientando-se a importância que nesse contexto tem a greve geral cumprida pelos cerca de 120 mil trabalhadores palestinianos que diariamente costumam trabalhar para Israel, com salários 60 por cento mais baixos do que os auferidos pelos trabalhadores israelitas.

Esta forma de luta, refere o documento, **apoiada por todo o povo palestino e pelas nações árabes, tem tido tanto mais efeito quanto é do conhecimento geral que a economia israelita é profundamente dependente da mão-de-obra barata.**

Por isso as autoridades israelitas, procurando por um lado pressionar os trabalhadores palestinianos e, por outro, minorar os efeitos da greve geral, estão a desenvolver esforços para os fazer substituir por trabalhadores estrangeiros.

Tendo conhecimento de contactos que estão a ser estabelecidos por empresas estrangeiras, em particular italianas e da Alemanha Federal, junto de trabalhadores têxteis e da construção civil, bem como do aumento do pedido de vistos na embaixada de Israel em Lisboa, as citadas Federações decidiram alertar os trabalhadores em geral e os trabalhadores dos seus dois sectores em especial, para um eventual recrutamento para Israel.

Em primeiro lugar, sublinham-se **os perigos que representariam para os trabalhadores que hipoteticamente viessem a aceitar ser contratados para trabalhar numa região em guerra, sem quaisquer garantias em termos de protecção física e contratual, como aliás já aconteceu muito recentemente com trabalhadores portugueses da construção civil em Israel.**

Em segundo lugar, faz-se notar **a consequente incompreensão em que esses trabalhadores se iriam confrontar face à população palestiniana, vítima de repressão sistemática e empenhada numa luta de sobrevivência e de reconhecimento pelos seus direitos nacionais.**

A terminar, o alerta dos sindicatos da CGTP-IN acentua **a necessidade de os trabalhadores portugueses, mau grado a grave situação económica e social com que se debatem no nosso país, manifestarem através de uma recusa colectiva a esta manobra das autoridades de Israel, toda a sua solidariedade de classe aos trabalhadores palestinianos e todo o seu apoio à luta pela justiça e pelo reconhecimento do direito dos povos à sua independência e soberania.**

Neste encontro com a imprensa, em que participaram Carlos Carvalho, da Comissão Executiva da CGTP-IN, António Marques e Rita Marcelino, da Federação dos Têxteis, e Valério Dinis, da Federação da Construção Civil, entre outros, foi ainda feito um breve relato do boicote israelita à iniciativa «Barco da Paz/Barco de Regresso» promovida pela OLP.

Recorda-se que aquela iniciativa, apoiada por diversas personalidades a nível internacional e em que a CGTP-IN se fez representar através de Carlos Carvalho, visava fazer regressar à pátria exilados palestinianos. O que Israel impediu, temporariamente, com boicotes de toda a ordem que culminaram num atentado bombista, expressão inequívoca da política de terrorismo de Estado praticada por Israel, como salientou Carlos Carvalho. A viagem do Barco de Regresso foi «adiada, mas não anulada», disse, manifestando a firme disposição da CGTP-IN em participar em futuras iniciativas que a OLP se proponha levar a cabo.

Em preparação está entretanto a comemoração do dia 30 de Março, Dia da Palestina, com a participação de diversas personalidades europeias e norte-americanas, com o objectivo de pressionar Israel para aceitar o regresso dos exilados palestinianos e pôr cobro à situação que se vive nos territórios ocupados.

Debate nas Filipinas sobre armas nucleares

O Senado filipino iniciou a semana passada o debate de três projectos de lei sobre a proibição da instalação no país de armas de extermínio em massa. Aquela legislação prevê também a interdição aos navios com armas nucleares a bordo em escalarem portos filipinos.

No âmbito deste debate, os congressistas não excluem a possibilidade de, após ter expirado o prazo de vigência do acordo com os EUA sobre as bases militares, em 1991, a questão da presença militar norte-americana nas Filipinas ser sujeita a um referendo nacional. Entretanto, em carta enviada a Corazón Aquino, a nova aliança das forças democráticas das Filipinas exigiu a liquidação de todas as bases e instalações militares dos EUA no território filipino.

Na citada carta, salienta-se a necessidade de constituir uma comissão governamental independente e competente, encarregada da verificação do cumprimento das cláusulas da Constituição que estipulam para as Filipinas uma política de desnuclearização.

Países centro-africanos debatem cooperação

Dirigentes dos países centro-africanos, recentemente reunidos em Lomé sob a égide do centro regional teiriços.

Segundo o documento final desta Conferência Regional, foi avançada a hipótese de criação de forças armadas conjuntas, bem como a criação, com base nos estabelecimentos de ensino civil e militar, de um centro regional de estudos estratégicos e a realização de exercícios militares conjuntos. Estas medidas, na óptica dos intervenientes, poderiam contribuir para melhorar a cooperação entre os Estados da África Central em matéria de segurança, defesa e reforço das medidas de confiança.

Presos políticos no Chile

Encontram-se actualmente presos no Chile mais de 9500 chilenos, entre dirigentes e activistas de partidos políticos, sindicatos e figuras públicas progressistas, denunciou recentemente em Viena o representante do Comité Coordenador das Organizações Políticas de Esquerda Chilenas.

Segundo aquele responsável, prosseguem no país as perseguições e o terror, visando sobretudo as pessoas conhecidas como defensoras do restabelecimento da democracia. Ao mesmo tempo, continuam a «desaparecer» representantes da oposição condenados à morte, recusando-se as autoridades a proceder a investigações.

Ainda o representante daquele Comité, o dito «referendo popular», anunciado para Dezembro deste ano, não passa de mais uma farsa, cujo objectivo é o de manter no poder o ditador Augusto Pinochet.

Presos em greve de fome no Kurdistão

Dois mil presos da prisão militar de Diyarbakir, no Kurdistão turco, cumprem uma greve de fome contra a forma desumana com que são tratados e em protesto contra a condenação à morte de vinte pessoas, em sentença proferida em 5 de Fevereiro passado. Segundo o Comité de apoio, os presos políticos kurdos são submetidos a toda a espécie de torturas, proibidos de falar com os seus familiares e sujeitos às piores condições sanitárias, de alimentação e de saúde.

Desde o início da greve de fome as torturas aumentaram, o que provocou a morte de Mehmet Emin Yavuz e levou outros seis presos a estado de coma. Em muitas outras prisões, tanto na Turquia como no Kurdistão, registam-se acções de solidariedade com os presos em greve de fome, enquanto os familiares dos presos de Diyarbakir ameaçam imolar-se pelo fogo caso alguma coisa lhes aconteça.

Manobras militares nas Malvinas

As manobras militares britânicas nas região das Ilhas Malvinas, previstas para o período de 7 a 31 de Março, estão a suscitar protestos e preocupações entre os dirigentes dos países latino-americanos daquela zona.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, em recente declaração, salienta que esta decisão do governo britânico atenta contra as resoluções das Nações Unidas de transformar o Atlântico Sul numa zona de paz e pode provocar o aumento da tensão na região. As autoridades colombianas defendem o diálogo na resolução do diferendo entre a Argentina e a Grã-Bretanha sobre esta questão. Idêntica posição foi tomada pelo Equador.

Internacional

Checoslováquia

Há 40 anos no caminho do socialismo

Em 24 de Fevereiro, o povo checoslovaco comemorou o 40.º aniversário da vitória popular sobre a reacção. As comemorações deste acontecimento histórico assumiram particular importância, e incluíram nomeadamente a realização, em Praga, de uma sessão solene do CC do Partido Comunista da Checoslováquia (PCCh), do CC da Frente Nacional, da Assembleia Federal (parlamento) e do governo da República Socialista da Checoslováquia.

A importância de que se revestiram as comemorações da vitória de Fevereiro, tem a ver, simultaneamente, com a importância do facto histórico, que definitivamente abriu caminho à construção do socialismo na Checoslováquia. E com a particularidade do momento que hoje se vive na Checoslováquia, como noutros países socialistas, em que se aposta em importantes saltos qualitativos, no quadro do reforço do socialismo.

Há quarenta anos, os trabalhadores, encabeçados pelo Partido Comunista, levaram ao fracasso a tentativa de resintauração do capitalismo, intentada por partidos burgueses, através do desencadear de uma crise política. Foi então, por via pacífica (muito embora os trabalhadores não tivessem armados para poder fazer frente a qualquer eventualidade), com um esmagador apoio popular, e com base numa vasta união de forças patrióticas, politicamente organizadas na Frente Nacional (que inclui, para além dos comunistas, os Partidos Social-Democrata, Nacional-Socialista, Popular e Democrático Eslovaco), contando com o papel decisivo do PC – que vingou a revolução socialista, num país industrialmente desenvolvido, dominado por uma burguesia com larga experiência política.

O poder político passou para as mãos do proletariado organizado. Os bancos e a indústria pesada foram nacionalizados, expropriados os bens dos que durante a segunda grande guerra haviam colaborado com os nazis, criados novos órgãos de administração estatal e de poder popular: os comités nacionais. A 9 de Maio a Assembleia da República aprova a nova Constituição do país, que consagra as conquistas revolucionárias de Fevereiro.

A vida dos povos da Checoslováquia (e em particular da Eslováquia, antes mantida num relativo atraso) sofreu profundas transformações. Antes do mais foi erradicada a exploração do trabalhador. A nova Constituição garante o direito ao trabalho. Nos planos do ensino, cultura e ciência, saúde e segurança social – naturalmente com base num forte impulso do desenvolvimento económico – registaram-se progressos muito sensíveis.

Isto de forma alguma significa que tenham sido lineares os caminhos percorridos. A crise de 1968 é um testemunho também de erros e dificuldades.

Na sessão comemorativa do 40.º aniversário de Fevereiro, o camarada Milos Jakes, novo secretário-geral do PCCh ao referir-se à crise dos anos 60, sublinha a actual posição do PCCh: «alguns representantes da chamada "Primavera de Praga" tratam de apresentar o processo checoslovaco do ano de 1968 como o antecessor da reestruturação e exigem a sua reavaliação... Entre a reestruturação na União Soviética e no nosso país e os objectivos da direita de então existe uma diferença abismal. Enquanto o nosso objectivo é desenvolver a herança revolucionária do grande Outubro e do Fevereiro de 1948... A actividade das forças direitistas em 1968, embora o tentassem ocultar das mais diversas maneiras, estava orientada para a destruição do sistema socialista».

Novos desafios e respostas

Os anos 60 marcam um período de dificuldades no plano da política económica. Também posteriormente não se soube corresponder à premência com que se colocam as novas exigências ligadas à revolução técnico-científica. Impunha-se um passo consequente no sentido do desenvolvimento intensivo da economia, da aceleração do desenvolvimento técnico-científico, da introdução de novos métodos de direcção.

Em Abril de 1986, o XVII Congresso do Partido Comunista traça uma linha estratégica de aceleração do progresso económico e social da Checoslováquia, linha estratégica que viria a ser desenvolvida no 7.º plenário do CC do PCCh, realizado em Dezembro último.

No regresso da sua recente viagem à URSS, Milos Jakes, numa referência ao 7.º plenário do CC do PCCh, afirmou entretanto: «o plenário reconheceu que, no período decorrido após o XVII Congresso, teria sido possível fazer muito mais progressos do que aqueles que fizemos, que os resultados alcançados poderiam ser mais importantes».

O plenário orientou-se dedicididamente no sentido de um novo impulso para a reestruturação de fundo do mecanismo económico e novo aprofundamento da democracia socialista.

Reportamo-nos à resolução aprovada nesta reunião plenária, para melhor compreensão do processo em curso hoje na Checoslováquia: «A reestruturação do mecanismo económico torna-se desta forma uma das condições decisivas e premissa de transição da nossa economia para o tipo intensivo de desenvolvimento. A implementação desta premissa e a consecução das metas traçadas, e também, simultaneamente, o sucesso da própria reestruturação são condicionados pela consequente realização de uma tal política económica e social em cujo âmbito a aceleração do desenvolvimento seja vinculada principalmente com **a mudança da qualidade do crescimento**, tendo em vista os resultados económicos finais.

«Outro traço essencial desta política é o aprofundamento da interligação recíproca entre o desenvolvimento social e económico. Por um lado, destaca-se a subordinação imediata do crescimento económico ao cumprimento do programa social. Por outro lado, **o gradual cumprimento deste programa converter-se-á num importante impulso, incentivando a iniciativa de largas, massas de trabalhadores**, a qual é o factor decisivo e condição necessária do desenvolvimento intensivo da economia.»

Coreia do Sul

Não haverá paz para a ditadura

Manifestações de rua e repressão, acompanharam a cerimónia de posse de Roh Tae-Woo como presidente da Coreia do Sul. Na véspera, um grupo de estudantes ocupou o edifício do centro cultural norte-americano de Seul, acção empreendida como forma de protesto contra a tomada de posse do novo homem da ditadura. Em Portugal, a TV utilizou a ocasião, não para a denúncia da ditadura, mas para atacar a República Popular Democrática da Coreia, como «agressor» potencial, de que o regime-fantoche do Sul seria forçado a defender-se, naturalmente com o benévolo auxílio dos Estados Unidos...

Tudo factos — diferenciados embora — particularmente significativos.

De um lado a contestação popular de resultados eleitorais falsificados, e fruto da desunião das forças antiditatoriais, que reafirmam no poder um homem da ditadura, ao arrepio do importante processo de luta de massas que entretanto tinha imposto a realização destas eleições. E simultaneamente, pela acção simbólica desenvolvida pelos estudantes, a identificação clara de qual o maior obstáculo no caminho da paz e da democracia para a Coreia do Sul — o domínio e o peso da presença militar dos Estados Unidos.

De outro, os que alinham com as posições do imperialismo, e não apenas na Coreia do Sul, e pretendem justificar com imaginárias ameaças, o esmagador potencial militar norte-americano concentrado na Península. Nas palavras do dirigente norte-vietnamita, Kim Il Sung, «a densidade de armas nucleares na Coreia do Sul é quatro vezes maior que nós países membros da NATO». Um facto que aliás constitui uma ameaça para todo o planeta.

A tomada de posse do novo homem da ditadura representa, sem dúvida, um golpe na grande batalha popular antiditatorial. Mas as manifestações destes dias significam também que a luta vai continuar. E que o levantamento de Kwangju, em 1980, esmagado com a mais brutal repressão, as impressionantes lutas populares de Junho de 1987 — terão hoje continuidade.

E não apenas continuidade, mas uma acrescida consciência dos objectivos e obstáculos. Basta relembrar aqui que no grande movimento que impôs o acto eleitoral, se exigiu nas ruas de Seul e Kwangju «Abaixo a ditadura e o imperialismo americano», e se colocou mesmo como perspectiva «elevar a luta e unificá-la até à instauração de uma democracia e à reunificação com a Coreia do Norte».

Tudo indica que, apesar de todas as manobras e da repressão, não haverá paz para a ditadura.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

«A história destes quarenta anos de vida do Partido Comunista é a história do amadurecimento da consciência revolucionária de classe do proletariado português, da sua ascensão a um papel dirigente da luta popular contra o fascismo e pelas liberdades democráticas.

O PCP é uma criação da classe operária portuguesa e o seu destacamento de vanguarda. O Partido vive no coração das massas trabalhadoras de Portugal, tem as suas raízes mais sólidas nas fábricas e oficinas, nas herdades e aldeias e nos bairros proletários das cidades e vilas do País.

O Partido Comunista só pôde guindar-se a esse papel de vanguarda e radicar-se nas amplas massas trabalhadoras, pela sua acção abnegada e intransigente em defesa das reivindicações mais sentidas dos trabalhadores.

Mas o Partido não é somente a vanguarda de classe do proletariado português, é também o mais extrénuo defensor das melhores tradições progressistas e culturais do nosso povo. Durante os 40 anos da sua existência o Partido tem lutado incansavelmente pelo acesso à cultura das amplas massas populares, pela valorização da actividade intelectual, pelo florescimento da ciência, da literatura e da arte nacionais.

Ao mesmo tempo o Partido Comunista tem combatido (...) contra a expoliação e esmagamento das classes médias.

O Partido Comunista é o maior baluarte da luta contra o poder dos grandes financeiros, monopolistas e agrários que há 35 anos oprime e escraviza o povo português. É isso que faz dele um grande Partido popular e nacional.»

(«40.º aniversário do PCP» — «Avante!», VI Série, n.º 298, Março 1961)

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!

«Na sua resolução de Novembro passado, o CC do PCP afirmara considerar preenchidas as condições objectivas e subjectivas para a criação de uma organização nacional dos estudantes comunistas, estreitamente ligada ao PCP e com autonomia orgânica.

Tal organização, sob a designação de União dos Estudantes Comunistas (UEC) acaba de ser criada.

Na sua Declaração, datada de Janeiro, a UEC (...) "propõe-se desenvolver o movimento dos estudantes pelos seus objectivos específicos, unir, organizar e mobilizar os estudantes em torno dos grandes objectivos políticos do povo português, estreitar a ligação da luta estudantil com a luta da classe operária e das massas populares e dar-lhe uma perspectiva revolucionária". (...)

Os comunistas, que têm acompanhado de perto o desenvolvimento, os sucessos e adversidades do movimento estudantil e o consideram a justo título um dos mais aguerridos sectores da luta popular e antifascista, não ignoram que na base de toda a acção desenvolvida está a acção firme, corajosa e abnegada dos estudantes comunistas. Por isso acolhem com entusiasmo e alegria a notícia da criação da UEC, confiantes em que o ardor revolucionário dos estudantes comunistas, orientados pelos princípios definidos na Declaração da UEC, constituirá um factor de esclarecimento e mobilização da juventude progressista das escolas, rasgando novas e empolgantes perspectivas para a luta estudantil.»

(«Criada a União dos Estudantes Comunistas» — «Avante!», VI Série, n.º 439, Março 1972)

Em Foco

Avante!

Ano 57 – Série VII
N.º 740
3 de Março de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

José Ernesto Cartaxo ao «Avante!»:

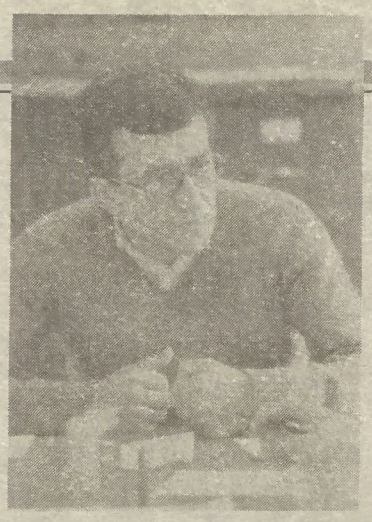
«A experiência recente confirma que a unidade na acção é a força dos trabalhadores»

«Concretizou-se na prática e de uma forma sem precedentes na história recente do movimento sindical o lema da CGTP-IN desde a sua fundação: "Unidade na acção, a força dos trabalhadores"» – afirmou ao «Avante!» José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Numa extensa entrevista, este dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional comenta o ascenso das lutas dos trabalhadores; a contradição entre as promessas feitas pelo PSD nas eleições e, depois, a sua autêntica prática política e as medidas que toma no Governo; o pacote laboral e a luta dos trabalhadores em defesa dos direitos e liberdades conquistados com o 25 de Abril; as tentativas de imposição de um tecto salarial; o papel da UGT e as encenações em que participa; a vida e a actividade da CGTP-IN e o reforço do movimento sindical unitário.

Estas são algumas das questões tratadas na entrevista e que, certamente, terão desenvolvimento no plenário nacional de sindicatos convocado de emergência pela CGTP-IN e a decorrer hoje, em Lisboa.

➔



José Ernesto Cartaxo:

«A unidade na acção é a força dos trabalhadores»

«Avante!»: Como interpreta a CGTP o ascenso das lutas laborais que se regista, sobretudo desde Novembro-Dezembro do ano passado, tendo em conta que poucos meses passaram desde as eleições de 19 de Julho, com os resultados conhecidos?

José Ernesto Cartaxo: No plenário nacional de sindicatos que a CGTP-IN realizou em 17 de Dezembro fez-se a apreciação da situação social e laboral e na altura afirmámos que estava a vir ao de cima a contradição entre as promessas feitas pelo PSD nas eleições e, depois, a prática política e as medidas que ia tomando no Governo.

Embora tivesse havido do Governo o cuidado de, nos três meses iniciais, manter alguma moderação para não afectar, não assustar, certo tipo de camadas que votaram no PSD, entrou-se depois na fase do desencanto, com o Governo a tomar medidas de acordo com os seus reais objectivos de classe. A partir daí começou-se a somar o descontentamento e o repúdio... Mas não havia ainda, propriamente, a sua tradução em acção.

À medida que o tempo foi passando, e com o levantar de lutas importantes — como os casos da CEL-CAT, da Petrogal, da função pública, da administração local, dos professores e outros sectores e empresas onde patronato e Governo tentaram impor limites aos aumentos salariais e à liberdade de negociação colectiva —, começa a crescer a movimentação dos trabalhadores, como resposta à política que vinha sendo desenvolvida contra os seus interesses.

«Os trabalhadores querem realmente progresso, justiça, estabilidade. Muitos deles foram iludidos atrás de promessas. Só que a vida encarregou-se de demonstrar que as coisas não eram bem assim como pareciam pelas promessas e este Governo pelas suas características de classe, não está virado para esses objectivos»

Para além desta questão do tecto salarial, dos limites aos aumentos salariais, houve questões que se mantiveram e para cujo agravamento o Governo anterior do PSD contribuiu, como os encerramentos de empresas, despedimentos colectivos, salários em atraso, precaridade do emprego, trabalho infantil, a limitação aos exercícios dos direitos sindicais, os ataques ao sector empresarial do Estado e à Reforma Agrária... Tudo isto levou a que os trabalhadores não tivessem outro caminho senão responder de uma forma mais activa, passar do descontentamento para a acção.

Daí as movimentações que se desenvolveram até ao dia 17 de Dezembro e que foram muitas mais que as que referi. Nesse plenário, feito o balanço, perspectivámos as coisas para a necessidade de, a partir do início de 1988, se desenvolver uma grande acção de esclarecimento, mobilização e organização para fazer frente a tal política, prevendo que se iria acelerar a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, contra conquistas importantes conseguidas com o 25 de Abril e contra o próprio regime democrático.

«A!»: Entretanto, o Governo avança também com a ofensiva no plano legislativo...

J.E.C.: Nesse mesmo dia foi tornado público o pacote laboral e o próprio plenário se deslocou ao Ministério do Trabalho para aí entregar uma moção de repúdio muito firme por essas propostas do Governo. Em Janeiro realizaram-se plenários de activistas sindicais em todos os distritos, com a participação de centenas e centenas de dirigentes e delegados, membros de comissões de trabalhadores; foi analisada a situação a nível geral, regional e sectorial e apontou-se para o prosseguimento e intensificação da luta.

Foram sobretudo estes dois factores — o pacote laboral e a tentativa de impor um tecto salarial, mesmo mascarado de «política de rendimentos» — que se tornaram o pólo aglutinador das acções que se desenvolveram depois destes plenários de activistas a nível distrital.

«A!»: Mas, logo após as eleições, quase ninguém previa a possibilidade de uma luta desta amplitude. O que se alterou?

J.E.C.: Criou-se alguma expectativa em muitos trabalhadores que acreditaram nas promessas e votaram no PSD pretendendo contribuir para a resolução dos problemas que os afectavam, votaram na perspectiva e na ilusão de que o Governo iria responder às suas aspirações. Votaram nas promessas de estabilidade, progresso, justiça social, modernização, desenvolvimento... Os trabalhadores querem realmente progresso, justiça, estabilidade. Muitos deles foram iludidos atrás dessas promessas. Só que a vida encarregou-se de demonstrar que as coisas não eram bem assim como pareciam pelas promessas e este Governo, pelas suas características de classe, não está virado para aí.

Entretanto, o tempo vai passando, o verniz cai e assiste-se a uma aceleração da ofensiva contra tudo o que é direitos dos trabalhadores e contra tudo o que tem a ver com a essência do regime democrático português. É a política dos pacotes, com o pacote laboral, o pacote do SEE, o pacote agrícola, o pacote da justiça, já se fala nos pacotes da saúde, do ensino.

«A!»: Fala-se mesmo num segundo pacote laboral.

J.E.C.: Já foi anunciado pelo Governo que, também no plano da legislação laboral e para além do pacote que é conhecido, tem intenção de rever a lei sindical e a lei das comissões de trabalhadores. E já o Governo anterior tinha anunciado que pretendia discutir a flexibilização dos horários de trabalho, a lei da contratação colectiva e outros diplomas.

«A!»: Falavas da política dos pacotes...

J.E.C.: A par da política dos pacotes assiste-se a uma política de afrontamento e de hostilização declarada em relação aos trabalhadores. Foi o que se passou, por exemplo, na INDEP — onde o próprio Governo viola a legalidade democrática, não paga salários, recorre às forças policiais para reprimir os trabalhadores, procede ao *lock-out*; é o caso da Carris — onde o Governo recorre à requisição civil para limitar o direito à greve e o direito de acção colectiva dos trabalhadores; e é também o caso, exemplar, da forma como tratou os representantes da CGTP-IN no Conselho de Concertação Social — mandando a sua segurança impedir que explicassem por que não assinámos o acordo sobre política de rendimentos a que chamamos acordo do tecto salarial.

Isto são apenas alguns exemplos da política e da prática a que os trabalhadores têm respondido com uma unidade, uma firmeza, uma combatividade e uma determinação muito grandes, traduzidas nas últimas lutas em curso e, designadamente, nas manifestações contra o pacote laboral.

«A!»: Há muito tempo que não se via uma resposta com estas características?

J.E.C.: Sim, há mesmo bastante tempo. Sobretudo se tivermos em conta a unidade muito ampla que nelas se reflecte. Este movimento é um facto ímpar e sem precedentes na história recente do movimento sindical, pelos sectores e camadas sociais e profissionais que envolve — sobretudo em relação ao pacote laboral.

«A experiência tem demonstrado que iniciativas, ou anúncios de iniciativas feitos pela UGT são mais, por vezes, para português ver, do que propriamente para executar»

«A!»: Na vossa opinião, a que se deve isso?

J.E.C.: Antes de mais, à gravidade da ofensiva do Governo e do patronato e ao que ela põe em causa. Com o pacote laboral são ameaçados direitos e conquistas importantes de todos os trabalhadores e do regime democrático.

O pacote laboral e o tecto salarial são dois factores aglutinadores de toda esta movimentação e que permitem de facto esta unidade tão profunda e tão sentida.

Ainda nesta apreciação das lutas dos últimos tempos, das que estão em curso e das que se perspectivam, concretizou-se na prática e de uma forma sem precedentes na história recente do movimento sindical — sublinho — o lema da CGTP-IN desde a sua fundação: «Unidade na acção, a força dos trabalhadores.»

A unidade é um dos princípios fundamentais por que a CGTP se rege, tal como a democracia sindical e a independência. O sentimento generalizado de unidade na acção nos locais de trabalho, abarcando trabalhadores dos mais diversos quadrantes e profissões, é uma experiência riquíssima da aplicação prática destes princípios da CGTP e daquele lema.

Nesta movimentação há uma questão importantíssima no momento actual e que, devido à campanha de manipulação e intoxicação da opinião pública que o Governo desenvolve com o colaboracionismo da UGT, é susceptível de levantar algumas confusões: retirando a experiência das lutas recentes, nós consideramos que a unidade é o pressuposto fundamental para o êxito da luta dos trabalhadores; mas a unidade na acção, a unidade com os trabalhadores.

Para isso é necessário garantirmos autonomia dos nossos processos de luta, autonomia sindical, é necessário em cada processo reivindicativo manter a autonomia e tomar a iniciativa tendo em conta o conteúdo das propostas, avançar com objectivos que motivem os trabalhadores e levem à sua participação empenhada — criando a nossa própria dinâmica, por forma a que não sejamos arrastados pela dinâmica do patronato, dos nossos adversários.

Esta experiência das lutas recentes mostra que a autonomia, a iniciativa e a dinâmica própria da CGTP têm sido a chave para congregar na acção o sentimento generalizado de unidade que se verifica nos locais de trabalho em torno dos problemas concretos que afligem todos os trabalhadores, independentemente — e é isso que se verifica — de eles serem comunistas, socialistas, social-democratas, democratas-cristãos, trabalhadores sem partido, católicos...

«A!»: Além da unidade entre os trabalhadores, que referiste, tem-se registado, sobretudo em relação ao pacote laboral e às lutas nas empresas de transportes, uma unidade na acção de sindicatos que estão na CGTP, sindicatos da UGT e sindicatos não filiados. Há alguma modificação na apreciação que a CGTP-IN faz no papel divisionsita da UGT e no seu relacionamento com esta?

J.E.C.: Na linha do que eu disse, há uma questão importante que não quero deixar de frisar: a unidade na acção, muito ampla, é o oposto de algumas tentativas que se fazem para dar a entender que é necessária a unidade entre a CGTP e a UGT. São tentativas de substituir a acção unitária nos locais de trabalho por compromissos de cúpula com organizações que não foram criadas para defender os interesses dos trabalhadores, mas para dificultar a sua acção colectiva e enfraquecer a unidade. Recordo que ainda a UGT era «Carta Aberta» quando um dos seus ideólogos disse

«A par da política dos pacotes assiste-se a uma política de afrontamento e de hostilização declarada em relação aos trabalhadores. Foi o que se passou, por exemplo, na INDEP — onde o próprio Governo viola a legalidade democrática, não paga salários, procede ao lock out; é o caso da Carris — onde o Governo recorre à requisição civil para limitar o direito à greve e o direito de acção colectiva dos trabalhadores; e é também o caso, exemplar, da forma como tratou os representantes da CGTP-IN no Conselho da Concertação Social — mandando a sua segurança impedir que explicassem por que não assinámos o acordo sobre política de rendimentos a que chamamos acordo do tecto salarial.»

que pretendia quebrar a espinha à Intersindical.

Não houve evolução na UGT que desminta esta afirmação da altura. O que sentimos é que este sentimento generalizado de unidade nos locais de trabalho criou uma dinâmica e um movimento que arrastam e têm reflexos no comportamento de dirigentes da UGT.

É conhecido — o próprio Primeiro-Ministro o afirmou — que altos dirigentes da UGT estão de acordo, em privado, com as propostas do Governo e depois, em público, «deixam-se arrastar», como ele disse, pela CGTP. Temos diversas informações que comprovam a existência de negociatas de bastidores que os protagonistas depois têm dificuldade em assumir perante a opinão pública, porque a unidade na acção dos trabalhadores os obriga a ponderar qual a melhor altura para divulgar o acordo.

«A!»: Podes dar exemplos?

L.E.C.: Na Carris são os próprios dirigentes de um dos sindicatos da UGT a dizer que o Torres Couto fez o acordo de rendimentos com o Governo e que eles não têm nada a ver com isso. Em relação ao pacote laboral, a UGT apresentou uma contraproposta que admite como motivo lícito de despedimento individual a «necessidade de extinguir o posto de trabalho com fundamento económico ou tecnológico» e a «inadaptação do trabalhador às modificações tecnológicas», coincidindo com o que se afirma na proposta do Governo. Temos razões para duvidar se não teriam já vindo a público dar o seu acordo ao pacote — como fizeram em relação à política de rendimentos — se não fosse a grande unidade na acção que se verifica.

Também na Petrogal, com a encenação que fizeram a propósito da imposição da tabela salarial, dizendo que não se sentariam no CPCS enquanto o probmema não fosse resolvido. O certo é que estão fartos de se sentar no Conselho de Concertação, nos bastidores, nos corredores, e o problema da Petrogal não está resolvido, não houve ali negociação nem concertação.

É conhecida também a posição que assumiram na função pública. Publicamente vieram dizer que não aceitariam os aumentos propostos pelo Governo, que estariam dispostos a lutar por valores superiores... Entretanto, o que se veio a verificar é que assinaram os 6,5 por cento e esse aumento foi imposto pelo Governo sem respeitar o direito à negociação.

Estes são apenas alguns exemplos que dão uma ideia das dificuldades que existem em termos de convergência. São conhecidas as origens da UGT, os apoios, os objectivos, as posições que tomou em relação a outras questões importantes, como a recolha da quotização sindical, e em lutas de vulto.

Recordo apenas, já que se fala agora muito em greve geral, que em 1982 também foram dos primeiros a levantar a lebre mas, depois, estiveram na greve geral para a contrariar, como sucedeu na Carris. Para já não falar no comportamento que tiveram no Porto, no 1.º de Maio desse ano.

«A!»: Mas há na UGT sindicatos com representatividade...

J.E.C.: É um facto, e nós distinguimos a UGT e alguns dos seus dirigentes dos sindicatos de origem representativa — bancários, seguros, engenheiros técnicos do Norte, entre outros... Em questões concretas, como agora se verifica com o pacote laboral, esses sindicatos têm assumido posições correctas, coincidentes com as da CGTP. Distinguimos as posições destes sindicatos das da UGT e seus dirigentes máximos, com a consciência também de que há trabalhadores que esses sindicatos representam e que nas acções em torno dos problemas concretos lutam lado a lado com os trabalhadores inscritos nos sindicatos da CGTP.

«A!»: Entretanto a CGTP-IN continua a ser discriminada nos principais órgãos de comunicação social e mesmo no CPCS. Como se reflecte toda esta situação na vida da Confederação Geral dos Trabalhadores Portuueses?

J.E.C.: Há uma campanha contra a CGTP, tentando dar uma imagem de isolamento da central. A movimentação de que falámos e a influência, a implantação e o prestígio que de facto e CGTP-IN tem nos locais de trabalho e no mundo laboral contrariam essa imagem que pretendem dar. Os factos falam por si e nas eleições para sindicatos e comissões de trabalhadores, por exemplo, o que se vê é o reforço da votação nas listas unitárias.

Um recente balanço de eleições para CT's em 16 grandes empresas, com cerca de 80 mil trabalhadores, mostra que as listas unitárias identificadas com os princípios da CGTP-IN aumentaram a votação e o número de mandatos e em 15 dessas empresas conquistaram a maioria absoluta — quase esmagadora em muitos casos.

Tem-se verificado a sindicalização de trabalhadores dessindicalizados e mesmo passagens sucessivas de trabalhadores inscritos em sindicatos da UGT para sindicatos filiados na CGTP. Aconteceu isso na Carris, aconteceu no Metro, está a acontecer na CP como resultado do comportamento dos sindicatos dos maquinistas e outros da UGT na encenação do fim-de-semana para evitar a greve de segunda-feira. Mas acontece também noutras empresas e sectores.

Outro lado interessante é que, com esta dinâmica que se verificou ultimamente, há muitos activistas que até aqui punham algumas reticências em assumir cargos de responsabilidade como delegados ou dirigentes sindicais e que, com o ascenso das lutas, têm-se sentido estimulados e animados para participar com mais empenho nas lutas e reforçar a unidade e organizçaão dos trabalhadores em torno da CGTP.

«A!»: Queres dizer que essa ofensiva contra a unidade dos trabalhadores e a CGTP-IN não está a ter resultados?

J.E.C.: É evidente que não ignoramos a gravidade, a brutalidade mesmo, da ofensiva. Temos consciência de que tem alguns reflexos na nossa organização, sobretudo por questões objectivas resultantes do encerramento de empresas — já na ordem das centenas e que têm levado para o desemprego milhares de trabalhadores; os muitos milhares de despedimentos e ameaças de despedimento noutras empresas; a precarização do emprego — que abrange fundamentalmente os jovens e é uma chaga impressionante; a manutenção de salários em atraso — afectando actualmente cerca de 50 mil trabalhadores; a pressão e a limitação do exercício dos direitos nos locais de trabalho, a discriminação de dirigentes e activistas sindicais, a instituição de prémios com vistas a impedir o exercício de direitos... Isto é uma realidade objectiva que nós não ignoramos.

«Ainda um dia destes dizia um camarada num plenário que a nova versão do pacote laboral é a publicação do texto anterior com as gralhas corrigidas. Ainda não nos foi dado conhecimento pelo Governo»

«A!»: Há, então, debilidades?

J.E.C.: O grave não é reconhecermos as nossas debilidades, é não se tomarem as medidas necessárias para ultrapasá-las. Ainda no último Conselho Nacional tomámos medidas e definimos objectivos para continuar a esclarecer, mobilizar e organizar os trabalhadores, atacando as condicionantes que dificultam a acção sindical, quer as que resultam da acção do patronato, quer as dificuldades subjectivas que resultam do estado de espírito que a ofensiva pretende criar.

É tento isso em conta que o nosso trabalho vai continuar. Vamos realizar um debate nacional sobre a precaridade do emprego e os seus reflexos sociais, em 20 e 21 de Maio; temos acções e lutas relacionadas com a comemoração do Dia Internacional da Mulher; apoiamos activamente e estamos empenhados em assinalar o dia nacional da juventude, 28 de Março; já estamos a trabalhar com vista à realização do 1.º de Maio, para que seja de facto uma grande jornada de unidade e um ponto alto de toda esta movimentação dos trabalhadores; vamo-nos integrar nas comemorações do aniversário da Constituição e do 25 de Abril.

E, como grande decisão do Conselho Nacional, temos a realização de um dia nacional de luta contra o pacote laboral e pela defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, em princípio convocado para 17 de Março. O plenário nacional de sindicatos convocado de emergência para 3 de Março vai confirmar a data, definir os contornos desta importante jornada e dinamizá-la, como empenhamento de toda a estrutura.

«Apesar das encenações que têm por objectivo confundir e desmobilizar os trabalhadores, a luta contra o pacote laboral vai prosseguir»

Enfim, pelo que conhecemos através da imprensa – uma vez que ainda não nos foi dado conhecimento do texto pelo Governo –, podemos afirmar que se mantém o fundamental e que se confirma a justeza da nossa posição: o projecto é inegociável e deve ser abandonado.

A propósito, soube há pouco que foi indeferido o despedimento colectivo (oito trabalhadores em doze) solicitado pela Kevel, uma empresa do grupo Ferraz da Costa. Este dirigente da CIP, tal como a confederação patronal, é dos que criticam o pacote laboral por pretenderem que as leis vão ainda mais longe na limitação dos direitos dos trabalhadores e na concessão de poder ao patronato. Se sem pacote já queria despedir mais de metade dos trabalhadores, o que não faria ele com o pacote que pretende?

Apesar das encenações que têm por objectivo confundir e desmobilizar os trabalhadores, a luta contra o pacote laboral vai prosseguir. ■

«À política e à prática do Governo e do patronato os trabalhadores têm respondido com uma unidade, uma firmeza, uma combatividade e uma determinação muito grandes, traduzidas nas últimas lutas em curso e, designadamente, nas manifestações contra o pacote laboral. Este movimento é um facto ímpar e sem precedentes na história recente do movimento sindical.»

«A!»: A propósito da luta contra o pacote laboral ouve-se muito falar, nomeadamente dirigentes da UGT, de uma greve geral. A CGTP-IN já tem uma posição sobre isso? Esta é uma das questões que o plenário nacional de sindicatos vai analisar?

J.E.C.: De acordo com a deliberação do Conselho Nacional de dia 25, foi avançado este dia nacional de luta; e avança-se com um dia nacional de luta depois de termos analisado de forma objectiva, séria e realista a movimentação que se verifica e a disposição de luta dos trabalhadores, sobretudo em relação ao pacote laboral.

No plenário vamos discutir os contornos desse dia nacional de luta, vamos confirmar a data; naturalmente, somos sensíveis ao que outros decidem e anunciam e temos isso em conta; contudo, a experiência tem demonstrado que iniciativas, ou anúncios de iniciativas feitos pela UGT são mais, por vezes, «para português ver», do que propriamente para executar. O que vamos discutir é tendo em conta e garantindo a nossa autonomia, a nossa vida própria, a nossa dinâmica própria. E as acções que decidirmos são, efectivamente, para fazer, no espírito de unidade na acção com todos os trabalhadores.

Pela nossa parte, tudo faremos para – principalmente em relação ao pacote laboral – movimentar todas as forças, todas as energias, sem preconceitos.

«A!»: Há já uma nova versão do pacote laboral. O que traz de novo?

J.E.C.: A nossa posição é conhecida: há alterações de pormenor, mas o essencial e o mais grave mantém-se. Mantém-se a imperatividade, mantém-se a revogação da legislação que protege os representantes eleitos dos trabalhadores, mantêm-se todas as razões objectivas para o despedimento, tal como se mantém a desconfiança em relação aos quadros técnicos, a penalização dos jovens à procura do primeiro emprego e dos desempregados de longa duração com os contratos a prazo... Ainda um dia destes dizia um camarada num plenário que isto é a publicação do texto anterior com as gralhas corrigidas.

A propósito do «desafio»

A propósito do desafio *lançado por Cavaco Silva às organizações sindicais para que apontassem «um só exemplo» de onde, nos países da CEE, a legislação seja mais favorável aos trabalhadores do que em Portugal (mesmo com a pretendida aprovação e aplicação do pacote laboral), José Ernesto Cartaxo chamou a atenção para declarações de Omar Karim, dirigente da Associação Industrial Portuguesa, ao «Jornal do Comércio» (23 de Fevereiro), em que surgia uma resposta – **de um dirigente patronal!** – ao tal* desafio.

Reproduzimos alguns extractos dessas declarações:

- *(...) «respondemos afirmativamente a uma modificação da legislação laboral que não seja feita à custa de um clima de instabilidade social. Porque então tem-se tudo, mas não se tem o essencial: os homens que fazem a vida das empresas.»*
- *«O primeiro argumento que qualquer cidadão (enquanto trabalhador, empresário ou gestor) dispõe é de que ao discutir-se a legislação laboral em Portugal há que ter em conta a carência de recursos sociais que caracteriza o País. Fazer-se em Portugal legislação daquele género equivale a mandar as pessoas para a valeta. Na Europa pode discutir-se este tipo de questões, porque existem fundos, pensões, reformas, caixas de reintegração que permitem a uma pessoa estar desempregada seis meses ou um ano sem ver ameaçada a sua sobrevivência.»*
- *«Há três coisas que podem ser ditas de forma muito clara: primeiro, as principais reestruturações industriais foram feitas em Itália, em França e mesmo na Alemanha. Em particular em Itália e em França, sem o tipo de legislação laboral que se propõe agora em Portugal. O "tatcherismo" configura o único caso em que se afectou à mutação económica um determinado figurino de legislação laboral. Os resultados ainda não estão à vista. Na Bélgica é mais difícil despedir um trabalhador do que em Portugal. E digo-o com conhecimento de causa, já que fui administrador na Bélgica.»*
- *«Em suma: esta legislação, em termos de mutação industrial e modernização, não perde nada em ser mais maturada para que se conserve um clima de estabilidade e confiança social.»*

«Imperialismo perdeu a guerra não há paz que lhe não venha...»

...Continuarão a inspirar-se da convicção, solenemente afirmada, segundo a qual uma guerra nuclear jamais deve ser desencadeada e que nela não haverá vencedores. Estão decididos a prevenir toda e qualquer guerra entre a URSS e os Estados Unidos — nuclear ou clássica. Não procurarão obter a superioridade militar — são palavras da Declaração conjunta da cimeira soviético-americana, realizada em Washington, e que consagrou, num acordo para a eliminação de mísseis de médio e mais curto alcance na Europa, o primeiro passo rumo ao desarmamento. Foi no dia 8 de Dezembro.

Quinta-feira passada, dia 25 de Fevereiro, os mísseis soviéticos «SS-12», e respectivas rampas de lançamento e aparelhagens auxiliares, começaram a ser retirados dos territórios da RDA e da Checoslováquia.

Ao sublinhar a importância da iniciativa soviética, o jornal «Pravda» afirma que o tratado assinado em Washington «não é apenas o início de um desarmamento real, mas também **o resultado da luta** dos países socialistas, países amantes da paz e organizações públicas, cientistas e homens da cultura e religião contra a ameaça nuclear, a consequência de uma posição sensata assumida por muitos políticos, militares e empresários, um indicador do potencial de paz e uma prova de que a nova mentalidade política já começou a influir na política mundial».

Em Bruxelas, um porta-voz da NATO felicitou o gesto soviético. Mas acrescentou que a Aliança Atlântica não tenciona adoptar idêntica posição...

Para ser claro, tudo se passa como se imediatamente a seguir à cimeira de Washington, se tivesse desencadeado o processo, já anteriormente em gestação, para torpedear o que em Washington foi acordado. Como aconteceu em Reykjavik — quando, rigorosamente no dia seguinte, se dava o dito por não dito. Ou em Helsínquia, para referir outro exemplo maior na batalha pelo desanuviamento.

Iremos então concluir que a batalha pela paz é em vão, um círculo vicioso de conversações e sua sabotagem, esperanças e desilusões?

De forma alguma. Muito pelo contrário. O que hoje se está a passar testemunha antes outra realidade. Mesmo os que manifestamente não têm como sua qualquer política de desarmamento e desanuviamento, se vêem levados a dar passos — e por vezes mesmo passos importantes — nesse sentido.

Antes do mais porque tal é a lógica da realidade política da nossa época. Ainda em 1965, na revista «Newsweek», dizia-se: «A Aliança Atlântica, tal como tem existido depois do fim da guerra, deve agora adaptar-se a uma situação em rápida evolução. O que nós chamávamos a Europa nos anos 50 era na verdade a sua parte ocidental, e a sua fronteira estava confinada à «cortina de ferro» (...) O problema é que a Europa que eles e nós devemos ter em conta hoje inclui a Europa oriental, e desta forma também a União Soviética. As palavras de ordem e os dogmas conhecidos e cómodos dos anos 50 foram esvaziados de conteúdo, envelheceram nos anos 60».

Porque na era nuclear a guerra deixou de ser uma forma de fazer política para se assumir como uma dramática fórmula suicidária.

E é exactamente neste contexto, porque não podemos reconhecer a Washington ou Bruxelas o «direito» de decretarem a sentença de morte da Humanidade, que se regista hoje o maior movimento pela paz alguma vez existente. Movimento que soma ao papel decisivo dos países socialistas e da URSS, um crescente movimento pela paz, com particular expressão em países europeus em que maior é o peso das armas e a política de Estado está longe de alinhar pelos objectivos da paz.

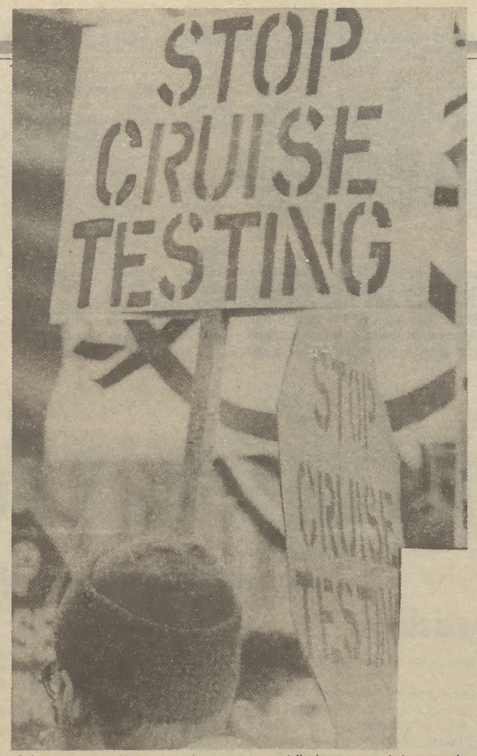
Só neste quadro se entende que um Reagan que subiu à presidência agitando o espantalho do «império do mal», chegue por fim a participar num processo de encontros ao mais alto nível com a União Soviética e assine o primeiro acordo de desarmamento da História.

E assim eis-nos defrontados a esta contraditória realidade, feita de avanços e recuos. E em que a decisiva lição que nos é imposta pelo dia-a-dia é — mais e mais luta — não deixar nunca cair os braços.

Adaptando o nosso Camões, será caso para dizer: Imperialismo perdeu a guerra, não há paz que lhe não venha.

■ LC

Na cimeira realizada em Washington, deu-se o primeiro passo efectivo rumo ao desarmamento. O que é de inegável importância – tanta que desde logo se fizeram sentir as resistências e a acção sabotadora das forças militaristas



A luta e as manifestações de massas, contribuíram para abrir o caminho para o primeiro tratado de desarmamento. E são uma força também fundamental para que se possa prosseguir nesse caminho

Cenários...

«Os europeus sabem, por experiência própria, que só conseguiram uma paz de 43 anos pela dissuasão nuclear» (!) — são palavras do ministro português dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, numa significativa dissertação, no Porto, sobre as «grandes linhas» da política externa do Governo Cavaco. Declarações perfeitamente idênticas a sectores do capital particularmente empenhados em que prossiga a suicidária corrida aos armamentos.

Declarações de defesa de uma política que no nosso tempo pura e simplesmente confinam com o absurdo.

E aqui vale a pena transcrever um curto extracto do livro **«A noite seguinte»**, das palaras do vice-presidente da Academia de Ciências da URSS, E. Velikhov.

Refere Velikov os «cenários» estudados por cientistas de todo o mundo, em particular soviéticos e norte-americanos, para avaliar do que seriam as consequências de uma guerra nuclear.

E diz-nos: «O primeiro caso, "duro", prevê o uso de quase dois terços da potência total ao dispor das potências nucleares. Trata-se pois de uma guerra global, na qual só os efeitos primários, imediatos, causariam destruições e morte em grandes proporções. O caso das 100 Mt? Embora ominosa em sentido absoluto, representa menos de um por cento do potencial nuclear existente no mundo. Porém, 100 Mt são equivalentes a 8200 Hiroximas. Só se considera o cenário "suave" porque o cenário "duro" corresponde a quase um milhão de Hiroximas.»

Compensar o quê?!...

No mesmo dia — 8 de Dezembro — em que foi assinado o Tratado soviético-americano para a liquidação dos mísseis de médio e mais curto alcance, o primeiro-ministro da Holanda, Rudolph Lubbers, declarou que no seu país se iria rever a decisão de recusar a continuação da permanência dos aviões F-16 e «Orion» em solo holandês. Facto simbólico apenas, ou sintoma mais fundo da reacção das forças militaristas à «perda» dos mísseis? Os factos testemunham que as resistências são grandes e que as forças militaristas se precipitam para evitar que o acordo de desarmamento venha a concretizar-se como passo efectivo de desarmamento.

Ou seja, o complexo militar-industrial trata de colmatar rapidamente a «falha» aberta no armamento nuclear instalado na Europa, apostando em novos caminhos da corrida aos armamentos.

No plano da aprovação do Tratado, a NATO ficou-se pelo voto piedoso dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros, ao expressar a esperança de que a sua assinatura «abrisse o caminho do progresso noutras esferas do controlo das armas». Ou antes pretenderiam dizer — «outras esferas» da corrida aos armamentos?!

Não havia ainda passado uma semana sobre a cimeira quando, em Londres, os ministros da Defesa da Grã-Bretanha e da França anunciavam a sua intenção de conjugar esforços para a criação de um míssil de cruzeiro de estacionamento aéreo.

A 17 de Dezembro, os Estados Unidos anunciaram o início da produção de armas químicas binárias.

No mesmo dia, o Comando da Aviação Estratégica (CAE) dos EUA confirma os seus planos de «compensar» a próxima liquidação dos «euromisseis». O general John Chain, que dirige o CAE, propôs concretamente que 150 bombardeiros estratégicos B-52 fossem armados com mísseis de cruzeiro não nucleares da nova geração.

Segundo o jornal «New York Times», também a Força Naval dos Estados Unidos se prepara para colmatar a «brecha euro-estratégica». A Força Naval adquiriu um número significativo de mísseis de cruzeiro de longo alcance equipados tanto com ogivas nucleares como convencionais.

John Galvin, comandante supremo das Forças Armadas Aliadas da NATO na Europa defendeu em encontro com jornalistas realizado em Washington no passado dia 22 de Janeiro, que os Estados Unidos devem criar um **novo** arsenal de **armas nucleares tácticas** para a Europa (as mesmas armas que a NATO não quer «perder»...).

Simultaneamente se aposta no reforço do armamento convencional da NATO, invocando naturalmente, e como já é clássico, a «esmagadora superioridade» da URSS.

Mas note-se que enquanto se vai defendendo o reforço do armamento convencional, para «compensar» a perda do nuclear, simultaneamente se defende a «necessidade» de armas nucleares.

Lorde Carrington, secretário-geral da NATO, defende que mesmo com a paridade entre as partes, as armas convencionais nunca preveniram guerras... Como tal, as «armas nucleares, quer tácticas quer estratégicas, continuam a ser indispensáveis».

Nesta avalanche de planos de «compensação» dos mísseis que vão ser desmantelados, fica esquecido, deliberadamente esquecido por quem aposta em novas corridas aos armamentos, que os mísseis americanos que vão desaparecer pretenderiam, a seu tempo, ser a «resposta» aos mesmos mísseis soviéticos que agora igualmente irão ser destruídos. De que «compensação» se trata então? Estamos apenas perante um exemplo mais da lógica infernal do militarismo.

E no entanto ela gira...

No dia 8 de Dezembro de 1987, foi objectivamente dado o primeiro passo para a concretização do programa para a liquidação total dos armamentos nucleares até ao ano 2000, apresentado por Gorbatchov em 15 de Janeiro de 1986.

É verdade que se começou por onde era mais fácil avançar. É verdade que já depois da assinatura do Tratado, em Washington, obstáculos múltiplos se desdobram no caminho do desarmamento. Mas não será de mais sublinhar que sobre o tratado de Washington já ninguém pode passar uma cruz, ignorar a sua força, a sua realidade bem objectiva. E o apoio imenso dos povos de que sem dúvida goza.

«No intuito de dar finalmente o primeiro e, por conseguinte, extraordinariamente importante passo rumo ao desarmamento, propusemos um acordo sobre os mísseis de médio alcance, levando em conta a opinião pública mundial e o desejo, expresso pelos nossos parceiros ocidentais, de eliminar todos estes mísseis do continente europeu. Todavia, surgiu uma situação paradoxal: certos políticos e até governos recusam-se categoricamente a aplicar a «opção zero» que eles próprios inventaram, levantando todo o tipo de reservas e condições prévias para a resolução do problema dos mísseis de médio alcance» — afirmava Gorbatchov em Praga, em Abril de 1987.

Oito meses depois o Acordo era assinado. Não porque não sobrem posições contra. Dos mesmos agora empenhados em «tornear» o que em Washington foi acordado. Mas porque — face ao dinamismo e empenhamento da política soviética de paz, e a uma opinião pública amplamente favorável ao desarmamento — a persistência do **não** tenderia a voltar-se contra os que se enquistassem nessa posição.

Assim, apesar de todas as oposições, e dos obstáculos adicionais que depois se levantaram — está aberto o caminho do desarmamento.

Também em Praga, Gorbatchov reafirmou as propostas soviéticas nas diferentes direcções do desarmamento. *Dossiers* de desarmamento em aberto, outros tantos caminhos por onde decidida e laboriosamente se há-de avançar.

São eles, em síntese:

• **Armas nucleares estratégicas** (intercontinentais) — A questão-chave, nas palavras de Gorbatchov. Trata-se de reduzir estas armas em 50%, na condição de evitar que a corrida aos armamentos se projecte no Espaço, ou seja, estrito respeito pelo tratado ABM. Este *dossier* estará no centro das atenções quando da próxima cimeira Reagan-Gorbatchov em Moscovo. O maior obstáculo com que depara é a aposta de Washington em prosseguir, sem restrições significativas, o seu projecto da «guerra das estrelas».

• **Armas nucleares tácticas**. No dia 18 de Janeiro, em Bona, o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, salientou a disposição por parte da União Soviética de entabular negociações sobre a liquidação dos arsenais nucleares tácticos na Europa.

• **Armas convencionais e efectivos militares na Europa**. A organização do Tratado de Varsóvia propõe que as Forças Armadas e os armamentos convencionais sejam reduzidos paralelamente à redução dos mísseis tácticos, da aviação de assalto, da artilharia atómica e de outros armamentos nucleares tácticos. As reduções teriam em conta as assimetrias no tipo de armamento.

• **Armas químicas**. Conclusão imediata de uma convenção internacional proibindo as armas químicas. A URSS já suspendeu o seu fabrico e está a construir uma empresa especialmente destinada à destruição de tais armas.

O *dossier* dos «euromísseis» foi formalmente encerrado em Washington. O caminho da sua concretização estará sem dúvida bem longe de ser linear. Mas o primeiro passo está dado. E com ele abertas as portas para que outros *dossiers* de desarmamento venham a ser igualmente encerrados na mesa das conversações. Cortando objectivamente cada vez mais caminhos de fuga para as forças militaristas.

Este o caminho único. O caminho da vida. E da luta.

Custas judiciais

Aumentos exorbitantes

Entendido como um violento ataque ao exercício da advocacia e uma verdadeira denegação da Justiça para os cidadãos, o decreto-lei que aumentou para valores incomportáveis as custas judiciais continua a ser alvo de contundentes críticas provenientes de todos os quadrantes, designadamente por parte dos profissionais do foro.

No debate suscitado na semana passada em torno da sua ratificação por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP isto mesmo esteve de novo patente, sendo generalizado na ocasião o repúdio das bancadas da oposição por um diploma que transforma a Justiça numa Justiça de luxo em todos os graus de jurisdição.

A deputada comunista Odete Santos lembraria mesmo que esta filosofia de encarecimento a todo o custo subjacente no decreto do Governo de Cavaco Silva é a ***«pulverização do direito de acesso aos tribunais»*** *e a inversão do disposto no artigo 20.º da Constituição, constituindo desse modo o* ***«mais desvairado abrir de portas à resolução selvagem dos litígios, ao predomínio da força bruta nas relações civis, económicas e sociais»****.*

Exagero? Atente o leitor nos brutais agravamentos previstos no referido diploma que a bancada do PSD em votação realizada terça-feira insiste teimosamente em manter em vigor sem alterações e ajuíze se é ou não legítimo o alerta feito para o risco de um aumento de conflitualidade à margem dos tribunais.

Elaborados pelo Grupo Parlamentar do PCP e dados a conhecer aos jornalistas no decorrer do debate, os exemplos que a seguir transcrevemos ajudam a compreender a exacta dimensão deste exorbitante encarecimento da Justiça.

O caso do João despedido

João foi despedido. Verbalmente à face da lei trata-se de um despedimento sem justa causa.

João propõe a acção em Tribunal, porque estavam presentes 2 colegas que indica como testemunhas. O valor da acção é de **2 mil contos**. Até 31/12/87 pagaria de preparos **20 560$00**. Hoje, com as alterações ao Código das Custas Judiciais, pagará **34 600$00**. Trata-se de um aumento (modesto!) de **68,28%.**

Entretanto, as testemunhas faltam à audiência pois que continuam ao serviço do patrão e por temor, não querem prestar depoimentos.

O advogado de João ainda requer o adiamento. Antes de 1/1/88 pagaria pelo adiamento **5350$00**.

Agora ele vai pagar **17 300$00**, mais do triplo.

Mas João suporta o encargo na esperança de conseguir que as testemunhas compareçam no novo dia designado para a audiência. O que não se verifica. O temor reverencial perante a entidade patronal leva-as a faltar de novo à audiência.

João fica privado de provar que foi despedido.

E como é ele que tem o **ónus da prova**, ele que é o perdedor cheio de razão, paga as custas do processo para o vencedor. Custas que até 31/12/87, num processo com 60 folhas totalizavam **50 090$00**. Agora com o novo sistema de custas judiciais, as custas contadas totalizam **86 250$00**, um modestíssimo aumento de **72,19%** numas custas em que é o vencedor que não tem razão!

Quem é o pai de Rita?

Joana propôs em Tribunal uma acção de investigação de Paternidade para provar que a sua filha Rita é filha de António.

A acção, que até 31/12/87 tinha o valor de ***400 001$00****, tem agora o valor de* ***2 milhões e um escudos****, valores que só o juiz poderá reduzir se o processo for simples, tomando ainda em consideração a repercussão económica sobre o vencido.*

Mas o processo revela-se complexo. É contestado.

O advogado de Joana, reserva para juntar em audiência, tirando assim maior efeito com a surpresa sobre a parte contrária, uma carta que António lhe escreveu reconhecendo a paternidade.

Por tal, é-lhe aplicada uma multa, legalmente fixada.

Apesar de todas as evidências, Joana perde a acção porque, de acordo com recente Assento do Supremo Tribunal de Justiça, ao arrepio de toda a doutrina e Jurisprudência, Joana deveria provar que não teve relações sexuais com mais ninguém durante o período de concepção. Joana não consegue fazer essa prova negativa extremamente difícil.

É condenada nas custas, e o valor da acção não é reduzido dada a complexidade do processo.

Até 31/12/87, Joana pagaria por esta acção que então teria o valor de ***400 001$00, 45 150$00*** *partindo do facto de se tratar de um processo com 60 folhas e de multa de 5000$00 pela junção tardia de documento, montante situado no ponto médio do escalão das multas aplicáveis.*

Com as alterações ao Código das Custas Judiciais, Joana terá de patar (tomando igualmente como base para a multa o ponto médio do escalão, 15 000$00) ***89 000$00****. Houve um modestíssimo aumento de* ***97,12%****.*

E, se Joana quiser recorrer, ela que pagaria segundo as custas em vigor até 31/12/87, ***3290$00*** *de preparos para o recurso, terá de pagar agora* ***37 000$00*** *de preparos!*

Trata-se de um modestíssimo aumento de ***1024,62%****.*

O acidente de Joana

Joana ficou sem uma perna em acidente de viação.

Pretende ser indemmizada, pedindo no processo crime, a referida indemnização no valor de 15 mil contos.

Em audiência é-lhe concedida a indemnização de 10 mil contos.

Joana pretende recorrer da decisão.

Ate 31/12/87 Joana pagaria de custas, no máximo, cerca de 35 contos.

Agora com os aumentos modestíssimos das custas, Joana vai ter de pagar 93 contos.

As custas quase triplicaram.

Francisco e o empreiteiro

Francisco celebrou com um empreiteiro da construção civil um contrato — promessa de compra e venda, para aquisição de casa própria, pelo preço de 5 mil contos.

Deu dinheiro de sinal (pouco, que Francisco aufere 90 000$00 ilíquidos por mês) e os encargos que suportava com o pagamento da renda da casa que habitava, o preço da alimentação e do vestuário, o pagamento dos impostos, não lhe permitiram poupanças.

Francisco acciona o processo junto de uma instituição de crédito para obtenção de um empréstimo para aquisição da casa. Entretanto, o empreiteiro permite-lhe que se instale desde logo na casa que vai comprar.

Obtido o empréstimo e quando diligencia para marcação da escritura, o empreiteiro protela a realização da mesma, pois sobre o prédio já impende uma vultuosa hipoteca constituída pelo empreiteiro, que este não pode liquidar.

Na iminência de ficar despojado da casa, e do dinheiro que entregou de sinal, Francisco decide propor em Tribunal a competente acção para lhe ser garantido o direito de retenção no valor de 5 mil contos. Se tal direito lhe for garantido ninguém o poderá desalojar do prédio em que habita, até que ele, Francisco, receba de facto os 5 mil contos.

Francisco contacta o advogado em Novembro de 1987 e informa-se do montante dos preparos e das custas a final.

Mas só em Janeiro de 1988 pode concretizar a propositura da acção.

Constata então que os montantes dos preparos e das custas já não são os mesmos.

Ora vejamos qual a diferença de situações com que Francisco se deparou.

Tomando como base que o processo poderá ter 2 incidentes, uma reclamação contra a especificação e questionário e uma carta precatória para inquirição de uma testemunha fora da Comarca.

O valor da acção é de 5 mil contos, o processo poderá atingir as 60 folhas.

Até 31/12/87

Preparos		**Custas a final**	
Inicial	8 190$00	Imposto de Justiça	54 600$00
Subsequente	8 190$00	Imposto de Selo	1 960$00
Julgamento	10 920$00	Tributação pelo papel	1 980$00
Carta Precat.	9 100$00	Imposto de Justiça e de selo dos incidentes	14 140$00
Total	36 400$00	Agravamento do imposto de Justiça pela carta precatória	6 560$00
		Total	79 240$00

Depois de 1/1/88

Preparos		**Custas**	
Inicial	29 800$00	Taxa de justiça do Processo	119 000$00
Para Julgamento	29 800$00	Taxa de justiça da reclamação	29 800$00
Para Carta Precatória	29 800$00	Taxa de justiça da C. Preparatória	29 800$00
Para recla. com esp. e questionário	29 800$00	Taxa de justiça dos 2 incidentes	59 600$00
Total	119 200$00	Total	238 200$00

Conclui Francisco que entre o final do ano de 1987 e o princípio de 1988, num caso como o seu, os preparos aumentaram 227,147% e as custas aumentaram 200,60%.

Francisco não acusa o advogado de ser aldrabão porque entretanto ouvira dizer que as custas judiciais tinham aumentado brutalmente.

As dificuldades do Joaquim

Joaquim é um médio empreiteiro da construção civil. Há tempos foram-lhe adjudicadas duas obras de construção de escolas pelo Ministério da Educação.

As obras foram concluídas. Entretanto, o Joaquim tinha ainda a receber do Ministério a quantia de 10 000 contos.

Passaram-se os meses. O Ministério foi protelando o pagamento. O nosso empreiteiro está em sérias dificuldades económicas. Muito próximo da falência. Não tem outro remédio senão accionar o Estado para obter o pagamento, sabe-se lá quando.

Joaquim compara o que teria de gastar antes e depois de 1 de Janeiro de 1988 em preparos. Compara também as custas no final que serão pagas pelo que perder a acção, antes e depois de 1/1/88.

Preparos

Antes de 1/1/88
Inicial — 11 570$00
Subsequente — 11 570$00
Julgamento — 15 420$00
Total — 38 560$00

Depois de 1/1/88
Inicial — 81 000$00
Julgamento — 81 000$00
Total — 162 000$00
(Aumento dos preparos — 320,12 por cento)

Custas

Antes de 1/1/88
191 000$00

Depois de 1/1/88
323 750$00

■ *José Barros Moura*

A revisão e os direitos dos trabalhadores

Os projectos

Atendendo só às disposições sobre os direitos dos trabalhadores (direitos, liberdades e garantias e direitos sociais) parece que deverão «arrumar-se» os projectos apresentados na AR em **três categorias:**

— Os que implicariam retrocesso através de uma revisão anuladora. São os projectos do CDS e do PSD que limitam os direitos das CTs, suprimem o controlo de gestão, reduzem os direitos sindicais e a protecção dos representantes dos trabalhadores, limitam o direito à greve e desfiguram a proibição do despedimento sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos. O do CDS elimina também a proibição do *lock-out*

— Os que, com uma ou outra **nuance**, implicariam a manutenção do dispositivo constitucional. São os projectos: do PS (que nada altera, a não ser com o aditamento de uma referência à participação em órgãos de «concertação social» e com a substituição do Conselho Nacional do Plano pelo Conselho Económico e Social); do PRD (que, reflectindo opções do sinal oposto, ao mesmo tempo que elimina o controlo de gestão, define a regra da duração indeterminada do contrato de trabalho); da ID e dos Verdes (que aditam melhorias de pormenor).

— E um que aperfeiçoa, melhora e **explicita** alguns direitos já consagrados em lei ou que já resultam de uma interpretação da Constituição em vigor: É o projecto do PCP, que se mantém nos limites do compromisso constitucional de 1976.

De notar ainda que:

— Os projectos do PSD e do CDS eliminam os direitos dos trabalhadores das Comissões de Trabalhadores e das associações sindicais como limte material da revisão constitucional (art. 290.°, e, em vigor), enquanto todos os outros projectos mantêm esse limite.

— Além do PSD e do CDS, também o PRD elimina o elemento do compromisso constitucional de 1976 que é a definição da liberdade sindical e do seu exercício como **«condição e garantia» da unidade dos trabalhadores.** Sem significativa eficácia perceptiva (a não ser para proscrever ao Estado a promoção da divisão sindical — o que já resultaria de outras normas, entre as quais as da OIT), o elemento tem importância por corresponder, historicamente, à superação da **unicidade sindical.** A alteração teria um significado, **mais emblemático do que prático,** de retrocesso.

As perspectivas

Não se verifica, pois, a maioria de 2/3 requerida para a revisão. O que :

— Permite augurar que a «constituição do trabalho» não venha a ser alterada nas suas características fundamentais;

— Ou, em todo o caso, cria condições para pressionar o PS a não aprovar uma revisão contrária ao seu próprio projecto.

Desligados do sistema de organização económica, e do projecto de transformação social, consagrados na Constituição — os direitos dos trabalhadores e das suas organizações não se distinguiriam **qualitativamente** da regulamentação dos direitos dos trabalhadores nos Estados de capitalismo monopolista.

Isto significa que um **novo** compromisso constitucional que suprimisse o pricípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e a eliminação dos monopólios e latifúndios, não deixaria de ser qualitativamente diferente, e um retrocesso, em relação ao compromisso constitucional de 1976 renovado em 1982 — só pelo facto de, eventualmente, manter intocados dos direitos dos trabalhadores.

Por outro lado, a regulamentação dos direitos dos trabalhadores feita na Constituição em vigor é importante em si, mesmo num sistema económico em que fosse restaurada, de facto e/ou de direito, a lógica do capitalismo monopolista, Efectivamente, o regime em vigor é mais limitativo das prerrogativas jurídicas e fácticas do dono da empresa do que a generalidade dos regimes jurídicos do trabalho assalariado. Basta considerar: o controlo da gestão; os direitos sindicais e das CTs na empresa; a exclusiva determinação pelos trabalhadores do âmbito dos interesses a defender pela greve; a proibição do *lock-out*; a proibição do despedimento sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos.

Isto mostra a importância de se defender **estes** direitos dos trabalhadores em qualquer circunstância e de não os considerar «moeda de troca». A sua proclamação constitucional vale, ao menos, como apoio às lutas dos trabalhadores.

Também, se fosse reduzida a democraticidade do Estado (revisão das leis eleitorais, do sistema proporcional, etc.) e limitados os direitos fundamentais (pessoais ou de participação política) — os direitos dos trabalhadores perderiam, ainda mais do que hoje, condições de efectividade prática, mesmo que formalmente continuassem formulados na Constituição. Ficariam, ainda mais, à mercê da discriminação de classe do poder do capital, à espera do primeiro «pacote laboral» que viesse «legitimar» a permissividade da Administração perante as violações e as fraudes, e libertar o «poder judicial» da incomodidade de algumas fórmulas herdadas de uma revolução longinquamente realizada em 1974.

Isto confirma a importância de defender a Constituição como um todo.

A «constitucionalização» das relações de trabalho

A defesa dos direitos constitucionais dos trabalhadores não se faz, apenas através da luta política, parlamentar e de massas, contra a revisão/rotura da Constituição.

Faz-se, também, lutando contra a revisão inconstitucional da legislação. É o que os trabalhadores estão a fazer, opondo-se ao «pacote laboral».

E faz-se, ainda, lutando com propostas pela constitucionalização» das relações de trabalho. A este propósito, é necessário considerar que os mais importantes diplomas em vigor, formando o sistema de legislação individual e colectiva do trabalho assalariado, são produto de regimes políticos muito distintos: A matriz da relação individual, da empresa, da organização temporal do trabalho e da contratação colectiva está ainda, na legislação corporativa (1969/70). A liberdade sindical, as CTs, a greve os direitos de acção colectiva, de participação e de luta laboral são conquistas autênticas do 25 de Abril. Leis de diferentes conjunturas políticas acentuaram as antinomias do sistema: A lei dos despedimentos 1975 — que aplica no essencial a proibição constitucional do despedimento sem justa causa — foi a seguida (1976) pela lei do contrato a prazo feita com o propósito expresso de a defraudar. A própria lei dos despedimentos (1975) introduziu (art.° 31) a proibição de contratação colectiva, que, iniciado o processo de recuperação capitalista e até hoje cumpriu e cumpre uma função diferente da que se lhe atribuia em 1975... Até porque a lei de 1975, cujo regime a contratação colectiva ficou impedida de melhorar, continha uma regulamentação do despedimento, no essencial, satisfatória para os trabalhadores, bem ao invés do «pacote laboral» agora anunciado, que retoma a mesma proibição.

O conjunto não é satisfatório para os principais interessados e é falso que os beneficiários sejam os trabalhadores. Na inefectividade e na fraude chegou-se ao extremo dos salários em atraso e do trabalho infantil. Como já alguém disse, os carrascos (ou seja, os que não respeitam os direitos dos trabalhadores) pretendem apresentar-se como vítimas de uma legislação que, bem vistas as coisas, não serve os interesses de quem trabalha.

A situação só pode interessar aos sectores do patronato que procuram viabilizar, com a «lei da selva», uma estratégia de acumulação baseada na sobrexploração do trabalho e no aniquilamento das liberdades, que contraria o desenvolvimento económico e agrava a dependência do País.

É, pois falso que **toda** a legislação do trabalho em vigor seja uma «conquista» do 25 de Abril. **Alguma** é-o a justo título.

Existe uma alternativa

A exigência de «constitucionalização» das relações de trabalho e de efectividade dos direitos sociais (segurança social, seguro de desemprego, serviços sociais e de saúde, etc.) abre possibilidades de proposta, de ofensiva, de **alternativa** — no quadro de uma reconsideração global da legislação do trabalho — perante o «pacote laboral».

Um novo sistema de relações de trabalho teria de ser **compromissório**. Como compromissória é a Constituição a que ele deveria dar aplicação.

Linhas de fundo: (a) Redefinição dos papéis respéctivos da lei e da autonomia colectiva com diminuição da densidade regulamentar da lei (que deveria só garantir com carácter mínimo os direitos fundamentais dos trabalhadores) e correspondente alargamento do papel da contratação colectiva, nomedamente na empresa. Isto implica substituir o modelo de contratação colectiva ainda baseado na experiência corporativa e, nomeadamente, abolir a proibição a ele inerente de negociar matérias económicas e a organização do trabalho e da empresa. (b) Uma concepção democrática, conflitual e participada da empresa com proscrição dos modelos autoritários de gestão baseados na construção «comunitário-pessoal» e no «princípio da mútua colaboração» inscritos na legislação corporativa de 1969. (c) A modalidade interna (categoria, função, local e organização temporal do trabalho), baseada no acordo individual do trabalhador e na negociação e participação colectivas, com garantia da segurança do emprego e dos direitos fundamentais dos trabalhadores, sendo de notar que os verdadeiros factores de indesejável rigidez interna da relação de trabalho também derivam da legislação corporativa. (d) A neutralização da fraude decorrente da precarização do emprego, o que implica só permitir o emprego temporário ou a prazo quando objectivamente justificado, e garantir aos respectivos trabalhadores a igualdade de direitos e de tratamento com os que têm emprego certo. (e) A plena efectividade da liberdade sindical, dos direitos das CTs, da participação, da greve, de todos os direitos colectivos como factores insubstituíveis de promoção da igualdade entre as partes.

Uma tal revisão pressupõe a efectividade dos direitos sociais (segurança social, seguro de desemprego, serviços sociais e de saúde, etc.). Um exemplo simples: a lei das faltas (1.° Governo PS) que regula disfuncionalmente o direito do trabalhador à disponibilidade pessoal, foi neutralizada com os prémios de assiduidade; o seu regime mais acusado de favorecer o absentismo corresponde a penalizar economicamente o empregador pelas carências dos serviços sociais e de saúde. É visível, como se vê, reclamar em Portugal o desmantelamento de um «Estado-providência» que nunca chegou a existir...

Uma revisão de estabilização

A proibição do despedimento individual sem justa causa disciplinar com direito do trabalhador à reintegração em caso de despedimento ilícito é, nas condições actuais da legislação, o único factor do equilíbrio precário entre trabalhadores e empregadores, desde logo, na empresa. O projecto do Governo destruiria este equilíbrio. Em síntese, pode caracterizar-se pela fórmula: **Transformar todos os trabalhadores em contratados a prazo.** Esse resultado pode ser atingido ainda que o Governo, retire do projecto alguns aspectos mais «chocantes» — se com o acordo da UGT, ficar legitimado o despedimento individual por alegada «causa económica».

Rompendo unilateralmente o equilíbrio actual, o Governo pretende furtar-se à negociação que uma revisão global implicaria e viabilizar, desde já, uma revisão de **retrocesso social**, quando é certo que a **estabilização** das aquisições laborais da democracia portuguesa poderia suscitar um largo consenso.

A orientação e a alternativa acima defendidas têm esse objectivo: **estabilização** das conquistas dos trabalhadores, para impedir o **retrocesso.**

Esta é também, segundo penso, uma forma de defesa da Constituição contra a fossilização das suas belas fórmulas numa realidade que cruelmente as desmente. Antes que uma qualquer lei, sem dúvida inconstitucional, venha «legitimar» a **posteriori** todos os atropelos até agora, acometidos.

Pontos Cardeais

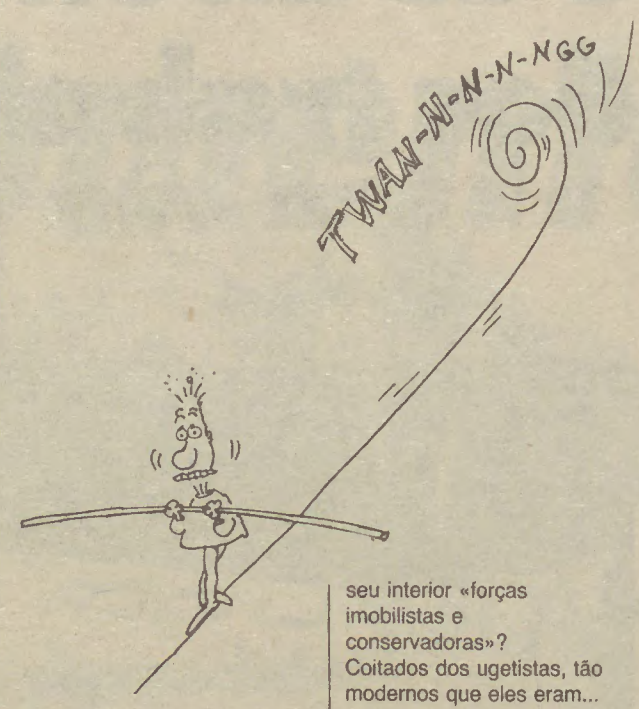
Protesto e luta

A propósito das retumbantes declarações de Cavaco Silva proferidas perante a imprensa, no Porto, a SIP do PCP divulgou o comentário que aqui vai na íntegra:
A conferência de imprensa do Primeiro-Ministro não trouxe qualquer novidade e sobretudo não trouxe qualquer anúncio de rectificação de uma política comprovadamente errada e injusta que está provocando um tão largo descontentamento.
A conferência de imprensa do Primeiro-Ministro foi o que foi: mais uma encenação propagandística, caracterizada pelas doses habituais de autoconvencimento e arrogância, e que foi desencadeada exactamente porque o Governo sabe que o descontentamento cresce e que a sua base de apoio se reduz.
As tiradas demagógicas do Primeiro-Ministro não mudam a realidade de uma política apostada no saque dos bens do Estado em favor da reconstituição das grandes fortunas, na guerra às conquistas democráticas do povo português, no agravamento das condições de vida da população, na violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, na generalização dos despedimentos e da insegurança no emprego, no sacrifício dos interesses nacionais.
Ou seja: onde o Primeiro-Ministro afirma ver uma política que estaria a construir «um Portugal novo» e que faria Portugal «arrancar para uma nova era», os portugueses só têm razões para ver uma política que pretende impor à sociedade portuguesa um intolerável retrocesso social, económico e político.

Tudo visto, confirma-se plenamente que o protesto e a luta são o melhor caminho para a defesa dos interesses populares e nacionais.

O sonho americano

Com certeza que foi por ter ido à América e vindo de corrida que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva disse o que disse na passada segunda-feira, no Porto. Segundo a imprensa, disse ele assim: «A modernidade já não é uma utopia longínqua, uma luz no fim de um túnel sem fim, um anseio de satisfação sempre adiada. O acesso à modernidade é agora uma realidade que começa a concretizar-se»...
Terá sido a mudança brusca de fuso horário que fez Cavaco confundir o tempo e pensar que o País estava a viver no passado e que, com ele, o relógio vai avançar?
De qualquer modo ele mostrou estar completamente a sonhar alto: «Portugal», disse, «está a arrancar para uma nova era. Isso é ainda incompreendido por alguns, mas é apoiado pela maioria do povo português»...
Completamente a sonhar. Especialmente se nos lembrarmos de que disse o que disse no momento em que, por todo o lado, se afirma que é profunda a quebra de popularidade deste Governo. Mas sonhos são sonhos. E não é que foi o próprio Cavaco a anunciar o que o «Diário Popular» puxou para título da primeira página? — «O sonho está ao nosso alcance», anunciou ele.
Estará a sonhar com ladrões? Isto é, com aqueles a quem quer entregar de mão beijada as nacionalizações e a Reforma Agrária?



Os imobilistas

Ainda na mesma conferência de imprensa, Cavaco, ladeado por silenciosos ministros — como ele gosta — acusou a oposição de não ter uma ideia nova e de ter pouca imaginação. É claro que, desta feita, tem as suas razões: os partidos da oposição, para além de fazerem o que se espera deles, que é opor-se, nem sequer precisam para isso de ideias novas. Essas vai o Governo dando em abundância. Se é que se podem chamar novas a ideias que são as do passado.
E, por outro lado, imaginação tem Cavaco. Que sobre.
Então não se lembrou de acusar a UGT de possuir no seu interior «forças imobilistas e conservadoras»?
Coitados dos ugetistas, tão modernos que eles eram...

Sinais de saúde

Imaginação é também o que revela possuir a ministra Beleza. Certamente que esta não é um dos «burocratas» que Cavaco admitiu ter no seu Governo. Pessoa despachada em acabar com hospitais e vendê-los, Leonor Beleza tem conseguido o que nem todos se podem orgulhar — pôr contra a sua política toda a gente, dos médicos aos doentes.
Mas a imaginação de Beleza vai longe. E fez com que a ministra dissesse em Setúbal: a saúde em Portugal «tem denotado melhorias sensíveis, após a minha entrada para a pasta. Há uma maior consciencialização por parte dos profissionais da saúde e há sinais de que as coisas estão a melhorar»!!!

Gazetilha

por Ignotus Sum

Pacotes

Sabe-se, por nosso mal
quanto vale o pacote laboral.

E o pacote agrícola? Senhores,
é dos crimes maiores.

Está aí o pacote dos tribunais.
É demais! É demais!

Não iremos no bote.
Faremos um pacote
de tais pacotes, zás!, um despejo
no Tejo.

(Já agora, no Tejo, não,
por causa da poluição...)

A pátria sob as Lajes

Foi à América, o Cavaco, com afecto
para umas conversinhas.
Como se diz em Português com bom aspecto:
foi pedir batatinhas
ou para ser mais correcto:
pedir potatozinhas...

Carlucci tranca o ferrolho
franze o sobrolho
por cima das lanternas.
Cavaco gagueja
recolhe, vazia, a bandeja,
com o rabo entre as pernas:
«O acordo, perdão, não está em causa...»

Homem, pra dizer isto,
está visto,
não era preciso sair de casa...

O Peneda é tão bonzinho...

O que é que o Peneda diz
do pacote laboral?
Diz que é um pacote feliz
pacote bestial...

Diz que os trabalhadores vão ficar
a ganhar com o serviço.
E eu cá fico a pensar
como é que o povo ainda não deu por isso...

Ó Peneda!, é imensa
a lista das «beneficiações».
Está bem, está bem. Mas a gente dispensa
tantas «atenções»...

Maneiras de falar

Sabem os portugueses
que muitas vezes
há nas palavras grande confusão.
Basta um quase nada
pra ficar transtornada
a significação.

Governo cavaqueia
na TV volta e meia.
Em tal serviço
o ministro assombrado
quer dizer com isso
que está **ocupado**.

A CNA, porém,
que sabe bem
o terreno que lavra
com o seu suor regado,
dá um jeito à palavra:
o Governo está, sim, **preocupado**...

Ao «yes» dos parceiros
nos poleiros
chamam eles **concerto**.
Mas a CGTP
diz que isso o que é
é um grande **desconcerto**...

Como é que o Governo há-de
ter a palavra exacta
se tão maltrata
a realidade?...

Agenda

Avante!
Ano 57 – Série VII
N.º 740
3 de Março de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

PCP 67 anos

PCP COMÍCIO
CAMPO PEQUENO
SÁBADO 5 MARÇO 15.30
ÁLVARO CUNHAL

Quinta 3

• LOUSÃ

Plenário de militantes, às 18.00, no Centro de Trabalho, com o camarada **Dias Lourenço,** membro da CP do CC do PCP.

• PIAS

Sessão, às 20.00, no Cine-Teatro, com a presença do camarada António Murteira, membro do CC.

• COSTA DE CAPARICA

Plenário de Pescadores, às 14.00, no Grupo Amigos da Costa.

• LISBOA

Plenário de militantes do Comércio e Hotelaria, a partir das 20.00, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, com a presença do camarada Carlos Grilo, membro do CC.

• PAIALVO/TOMAR

Reunião, às 21.00.

• SALVATERRA DE MAGOS

Reunião de quadros, às 21.00, no Centro de Trabalho.

• CORUCHE

Jantar, no restaurante o Farnel, intervenção política por **Carlos Pinhão,** membro do CC.

• LISBOA

Jantar, organizado pelos sectores de: Escritórios, Comércio e Hotelaria, a partir das 20.00, no CT da Duque de Loulé, com a participação do camarada **Abílio Martins,** membro do CC.

Sexta 4

• PÓVOA DE VARZIM

Jantar-convívio, no restaurante Enseada, com a presença do camarada **Dias Lourenço.**

• PENACOVA

Reunião plenária da comissão concelhia, às 21.00, no lugar da Ronqueira.

• IDANHA

Jantar-convívio, com a presença do camarada **António Gervásio,** membro da CP do CC do PCP.

• FEIJÓ

Plenário da Organização de Freguesia, às 21.30, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **João Bernardino,** membro do CC.

• ARRONQUELAS/ /RIO MAIOR

Reunião, às 21.00.

Sábado 5

• TORTOSENDO

Jantar-convívio, com a presença do camarada **Armando Morais,** membro do CC.

• FUNDÃO

Jantar-convívio, com a presença do camarada **António Gervásio,** membro da CP do CC do PCP.

• SEIA

Jantar-convívio, com o camarada **Dias Lourenço.**

• PINHEL

Plenário, com a presença do camarada **José Paleta,** membro do CC.

• COIMBRA

Almoço-convívio, às 13.00, no lugar das Carvalhosas, freguesia de Torres do Mondego.

• MANTE|GAS

Almoço-convívio, com a presença do camarada **Dias Lourenço.**

• SANTIAGO

Almoço, na Casa do Povo de Ermidas

• CERCAL DO ALENTEJO

Tarde de convívio.

• SANTO ANDRÉ

Tarde de convívio

• LISBOA

Jantar-convívio dos sectores profissionais da OLL.

• S. JOÃO DA MADEIRA

Tarde de convívio, a partir das 17.00, no Centro de Trabalho.

• PINHEIRO GRANDE/ /CHAMUSCA

Reunião, às 20.00, na Sociedade.

• CARREGUEIRA/ /CHAMUSCA

Reunião, às 20.00, na Junta de Freguesia.

• VISEU

Sessão, às 21.00, no Salão da Assembleia Municipal, com a presença do camarada **Domingos Abrantes,** membro da CP do CC do PCP.

• FARO

Sessão de vídeo, às 21.30, no Centro de Trabalho.

• FUNCHAL

Convívio, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **António Casmarrinha,** membro do CC.

Domingo 6

• PÓVOA DE ST.ª IRIA

Lanche-convívio no Centro de Trabalho.

• BOM SUCESSO/ /ALVERCA

Inauguração do Centro de Trabalho.

• LISBOA

Almoço-convívio da 2.ª zona da OLL, Alcântara e Ajuda.

• CAMARATE

Almoço-convívio no Centro de Trabalho.

• DAMAIA

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• BRANDOA

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• AMADORA

Lanche e passagem de vídeo, no Centro de Trabalho.

• COVILHÃ

Sessão-convívio, com o camarada **Dias Lourenço.**

• CASTELO BRANCO

Encontro CDU, no Centro de Trabalho, com o camarada **José Soeiro,** membro da CP do CC do PCP.

• GUARDA

Almoço-convívio, com a presença do camarada **António Gervásio.**

• TRANCOSO

Plenário-convívio, no Centro de Trabalho, com o camarada **António Gervásio.**

• FIGUEIRA DA FOZ

Almoço-convívio, às 13.00, na Escola professor Rui Martins.

• PINHAL NOVO

Almoço-convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho.

• PALMELA

Sessão-convívio, às 15.00, no salão dos Bombeiros, com a presença do camarada **Domingos Abrantes,** membro da CP do CC do PCP.

• SEIXAL

Almoço-convívio, na Sociedade Filarmónica Seixalense, com a presença do camarada **Octávio Pato,** membro da CP do CC do PCP.

• SETÚBAL

Almoço-convívio, no Parque das Escolas, com a camarada **Luísa Araújo,** membro da CP do CC do PCP.

• AZEITÃO

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• ALCOCHETE

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho, seguido de inauguração de uma exposição no salão dos serviços socio-culturais da Câmara.

• GRÂNDOLA

Almoço-convívio, no Pavilhão da Feira, com a presença do camarada **Blanqui Teixeira,** membro da CP do CC do PCP.

• SARILHOS GRANDES

Almoço-convívio, com a presença do camarada **Jorge Matos,** do CC.

• MOITA

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• BAIXA DA BANHEIRA

Almoço-convívio, na colectividade «Os Alentejanos».

• BARREIRO

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• SANTO ANDRÉ

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• SESIMBRA

Inauguração do Centro de Trabalho, seguido de almoço.

• ST.º ANTÓNIO DA CHARNECA

Comício, às 16.00.

• MOURA

Um dia de convívio dos concelhos de Moura, Serpa e Beja no quintal da Lili.

• COUÇO

Almoço-convívio, no salão da Tabaqueira.

• ALJUSTREL

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

• ALJUSTREL

Almoço-convívio, no Café do Caetano.

• MÉRTOLA

Almoço-convívio, na cafe do futuro Centro de Trabalho.

• ALMEIRIM

Almoço-convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **Raimundo Cabral,** membro da CP do CC do PCP.

Encontro de eleitos e activistas da CDU, às 9.30, na Casa do Povo.

• BENAVENTE

Almoço-convívio, às 13.00, no Centro de Trabalho.

• ALPIARÇA

Almoço-convívio, seguido de intervenção política por **Carlos Carvalhas,** no Centro de Trabalho.

• LAMEGO

Almoço, às 12.30, com a presença do camarada **Fernando Rodrigues.**

• MANGUALDE

Inauguração do Centro de Trabalho e almoço, às 12.30, no Café Avis, com a presença do camarada **Jaime Serra,** membro da CP do CC do PCP.

• COSTA DE CAPARICA

Plenário, às 15.30, no Centro de Trabalho.

• TRAFARIA

Almoço-convívio, às 13.00, no restaurante Verde Mar, com a presença do camarada **Ilídio Esteves,** membro do CC.

• ANADIA

Almoço-convívio, às 13.00, na Escola Preparatória, intervenção política pelo camarada **Vidal Pinto,** membro da CP do CC do PCP, à tarde inauguração do Centro de Trabalho.

• BOM SUCESSO/ /ALVERCA

Inauguração do Centro de Trabalho, às 15.00, intervenção política pela camarada **Marília Vilaverde Cabral,** membro do CC.

• FARO

Tarde cultural na Coopofa e jantar-convívio, com a participação de **Ruben de Carvalho,** membro do CC.

• OLHÃO

Almoço-convívio, no Sindicato das Conservas, com a presença do camarada **Carlos Luís Figueira,** membro do CC.

• VILA REAL DE ST.º ANTÓNIO

Almoço-convívio, na Escola Secundária, com a participação de **José Freitas,** membro do CC.

• SILVES

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho, com a presença do camarada **José Vitoriano,** membro da CP do CC do PCP.

• PORTIMÃO

Almoço-convívio na Escola António Aleixo, com a presença do camarada **Carlos Brito,** membro da Comissão Política do CC do PCP.

• LAGOS

Almoço-convívio no salão dos artistas com a participação de **Margarida Tengarrinha,** membro do CC.

• QUARTEIRA

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho, com a participação da camarada **Lurdes Cunha.**

• TAVIRA

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho, com a participação de **Albino Quaresma.**

• S. BRÁS

Almoço-convívio, no Centro de Trabalho.

Álvaro Cunhal

Sessões comemorativas do 67.º aniversário do PCP em:

Loures, sexta-feira, dia 4, com os trabalhadores da Câmara Municipal, no refeitório municipal, às 19.15.

Gondomar, domingo, dia 6, às 13.00, almoço na Escola Preparatória do Monte da Burra, em Rio Tinto.

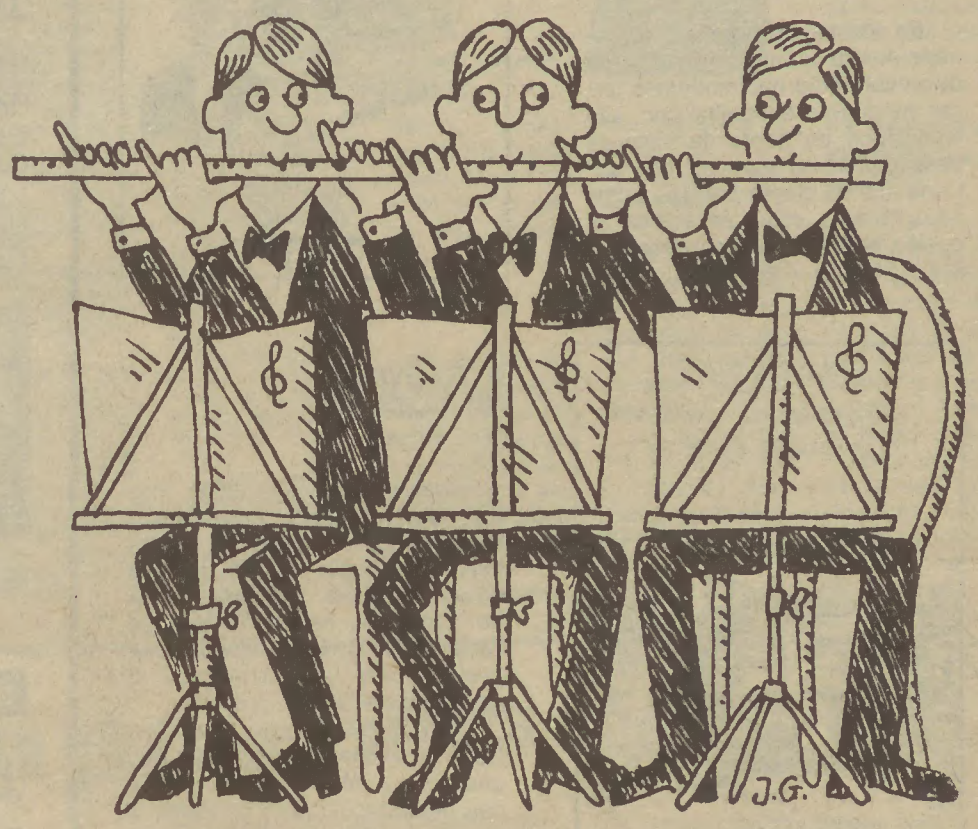
Tempo de Antena

PCP

SEXTA-FEIRA, 4 DE MARÇO
RTP-1
a seguir ao Telejornal
RDP – ANTENA UM – às 13.30 horas

67.º ANIVERSÁRIO DO PCP

ANTOLOGIA



JÖRG GUTT: in *«Mit Saitenspiel ünd spitzer Feder», Verlag Neue Musik Berlin, 1982*

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 17.00. **Noites de Anto**, de Mário Cláudio, enc. de Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O Destino Morreu de Repente**, de Alves Redol, enc. de João Mota.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. De 3.ª a dom., às 21.30, dom., às 16.00. **O Baile**, adaptação e enc. de Helder Costa, pelo grupo **A Barraca**.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Bruscamente no Verão Passado**, de Tennessee Williams, enc. de Carlos Fernando.

Teatro Nacional, Sala Garrett. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Bicho e o Tempo Feminino**, de Miguel Rovisco, enc. de Norberto Barroca.

Teatro Vasco Santana, Av. da República, **As Duas Cartas**, de Júlio Dinis, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00, 20.30 e 23.00. **Festa no Parque**, de José Viana.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. **O Balcão**, de Jean Genet, enc. de Carlos Avilez.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, Rua Balneário Dr. Paula Borba. De 5.ª a dom., às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **O Médico à Força**, de Molière, pelo Teatro de Animação de Setúbal, enc. Carlos César e Asdrúbal Teles.

Para Crianças

• LISBOA

Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 6-A. **A Moda da Minha Avó**, pelo Teatro de Animação os Papa-Léguas.

TIL – Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. e dom. e feriados, às 16.00. **O Avestruz Mecânico**, de Carlos Manuel Rodrigues. Enc. Bento Martins.

edições Avante!

A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL
V. Kniazhinski

A Integração Europeia Ocidental é um estudo sobre os problemas políticos fundamentais da integração na Europa Ocidental, que faz uma análise crítica das concepções ocidentais em voga, assim como uma ampla exposição dos fundamentos em que assentam as posições do socialismo científico quanto a este problema.
63.10 / 300 pp. / 750$00

AS NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO CAPITALISTA
E. D. Vilkhovtchenko

Os elementos racionais do conhecimento científico ligados ao desenvolvimnto das modernas forças produtivas do capitalismo, são analisados do ponto de vista da possibilidade da sua utilização tanto na luta da classe operária pelos seus direitos como na prática da gestão socialista da economia.
61.08 / 304 pp. / 650$00

A TELEVISÃO NO OCIDENTE
N.S. Biriukov

Falar de televisão exige, nos dias que vivemos, um conhecimento razoável de alguns aspectos da revolução técnico-científica e uma reflexão profunda acerca dos enormes desequilíbrios que caracterizam a ordem internacional prevalecente na informação, no sentido mais lato do conceito.

Nada disso poderá, entretanto, fazer sentido sem que primeiro se analisem a génese e a evolução das organizações que moldaram a actividade televisiva, tal como hoje a conhecemos, e as circunstâncias históricas em que o fizeram.
61.07 / 240 pp. / 650$00

A diferença de uma visão científica do mundo

TV — O Programa

Quinta 3

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo ou Nada», 128.º epis.
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.55 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Você Sabia Que...**
18.55 – **Série** – «Império de Carson»
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela** – «Roque Santeiro», 101.º epis.
21.05 – **Primeiro Andamento** – «33 Valsas de Amor»
21.30 – **Telemundo**
22.00 – **Série** – «A Clínica da Floresta Negra»
22.55 – **24 Horas**
23.25 – **Especial Rally de Portugal**
23.50 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.00 – **Rally de Portugal**
15.00 – **Pano Para Mangas**
16.30 – **Série** – «Horizontes de Glória»
17.20 – **Telenovela** – «Imigrantes», 201.º epis.
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Formula One**
20.00 – **Série** – «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Já Está!**
23.00 – **Série** – «As Teias da Lei».

Sexta 4

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.55 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.25 – **Série** – «Império de Carson»
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela** – «Roque Santeiro»
21.15 – **Série** – «Sonhos de Ontem»
22.15 – **O Programa das Festas**
22.40 – **Richard Clayderman**
23.10 – **24 Horas**
23.40 – **Especial Rally de Portugal**
23.55 – **Remate**
00.05 – **Pela Noite Dentro** – «A Casa da Rua Kirov».

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.20 – **Rally de Portugal**
15.40 – **Série** – «Século Americano»
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela** – «Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Formula One**
20.00 – **Série** – «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Clube de Jornalistas**

22.00 – **Série** – «Fontamara»
22.55 – **Troféu.**

Sábado 5

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
12.05 – **Série** – «A Água e a Vida»
12.30 – **TV Mulher**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Série** – «A Vida e o Mundo»
14.00 – **Parlamento**
14.30 – **Concurso** – «Sobe e Desce»
15.40 – **Série** – «Petzy», 1.º epis.
15.45 – **Sessão da Tarde** – «Entre a Morte e a Vida», real. Peter Levin (EUA/1985)
17.20 – **Desenhos Animados**
17.40 – **Quem Cala Consente**
18.10 – **VivaMúsica**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.00 – **Boletim Meteorológico**
21.05 – **Série** – «Cobardias»
22.00 – **Espectáculo**
23.30 – **Especial Rally de Portugal**
23.50 – **Cinema da Meia-Noite** – «O Dragão Ataca», real. Robert Clouse.

RTP2

09.00 – **Compacto Totally Live**
13.00 – **Compacto Tudo ou Nada**
16.00 – **Troféu**
20.00 – **Música N'América**
21.00 – **Uma Boa Ideia**

21.30 – **Série** – «Melba»
22.25 – **Concordo ou Talvez Não** – «A Prostituição».

Domingo 6

RTP1

09.00 – **Programação – Emissão do Porto**
11.30 – **Missa**
13.00 – **Notícias**
13.15 – **«História da RTP»**
14.15 – **Encontros Imediatos do 3.º Grau**
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Estúdio 1**
22.00 – **Domingo Desportivo**
22.50 – **Espectáculo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
10.00 – **Troféu**
12.30 – **Série** – «O Meu Carro Tem 100 Anos», 1.º epis.
13.00 – **Music Box Especial**
14.00 – **Caminhos**
14.30 – **Novos Horizontes**
15.00 – **Troféu**
17.05 – **Série** – «A Cura em Casa»
18.00 – **Série** – «5.ª Dimensão»
18.55 – **Piano Bar**
20.00 – **Série** – «Quem Sai aos Seus...»
20.25 – **Artes e Letras**
21.25 – **Cineclube** – «Eu Claudius, o Épico Inacabado».

Segunda 7

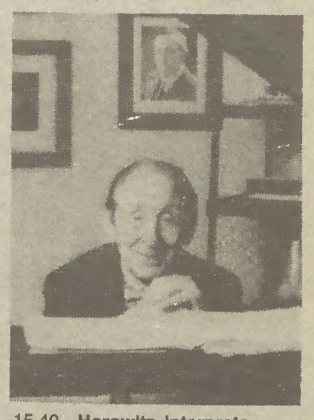
RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.55 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Série** – «Um Certo Sorriso»

18.55 – **Série** – «Guilherme Tell», 1.º epis.
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela** – «Com Pés e Cabeça»
22.55 – **24 Horas**
23.25 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**



15.40 – **Horowitz, interpreta Mozart**
16.30 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela** – «Os Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Formula One**
20.00 – **Série** – «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.55 – **Ópera** – «Wozzeck».

Terça 8

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.35 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.25 – **Passeio Taurino**
18.55 – **Série** – «Guilherme Tell»
19.00 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.10 – **Vamos Jogar no Totobola**
20.25 – **Telenovela** – «Roque Santeiro»
21.20 – **Programa da Direcção de Informação**
22.15 – **Série** – «Acção em Miami»
23.10 – **24 Horas**
23.40 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Dois Dedos de Conversa**
15.45 – **Série** – «Dallas»
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela** – «Os Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Formula One**
20.00 – **Série** – «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.35 – **Série** – «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 – **CinemaDois** – «O Prado».

Quarta 9

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.15 – **Telenovela** – «Tudo ou Nada»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.55 – **Ciclo Preparatório TV**
17.35 – **Sumário**
17.40 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Espeleologia** – «A Prospecção do Desconhecido»
18.55 – **Série** – «Guilherme Tell»
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela** – «Roque Santeiro»
21.15 – **Lotação Esgotada** – «O Atirador»
23.15 – **24 Horas**
23.45 – **Remate.**

RTP2

13.15 – **Totally Live**
14.10 – **Agora, Escolha!**
15.40 – **Piano Bar**
16.35 – **Trinta Minutos Com...**
17.10 – **Telenovela** – «Os Imigrantes»
18.00 – **Ponto Por Ponto**
19.00 – **Formula One**
20.00 – **Série** – «Cidade Nua»
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Fantasia e Realidade**
22.00 – **Clube de Imprensa**
22.45 – **Série** – «O Fim do Império Britânico».

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Atracção Fatal	—	★★	★★	—	★★
B	As Asas do Desejo	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
C	Debaixo de Olho	—	★★	★★	—	—
D	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
E	Wall Street	★★★	★★★	—	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Adrian Lyne – **Alfa/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/1** (14.00 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Mundial/1** (14.00, 1.30, 19.00, 21.30), **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.30), **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

B — Real. Wim Wenders – **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

C — Real. John Badham – **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); **Amoreiras/6** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Berna** (14.00, 16.30, 19.00, 21.00); **Mundial/2** (14.00, 16.45, 19.00, 21.45); **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa.**

D — Real. Bernardo Bertoluci – **S. Jorge/3** (14.15, 17.45, 21.00) – **Lisboa**

E — Real. Oliver Stone – **Hollywood/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **Las Vegas/2** (14.00, 16.15, 18.45, 21.30, 24.00); **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00) – **Lisboa.**

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Na **Gulbenkian** — Grande Auditório — **hoje** às 21.30 e **amanhã** às 18.30, concertos preenchidos com a interpretação da Sinfonia n.º 4 («Italiana») de **Mendelssohn**, do Concerto op. 61 para violino e orquestra de **Beethoven** e da abertura de «D. Giovanni» de **Mozart**. Pela **Orquestra Gulbenkian** sob a direcção do maestro **Michi Inoue** e a violinista**Mayumi Fujikawa.**

Na mesma sala, recital de **Robert Holl**, barítono, e **Konrad Richter**, pianista: canções sobre poemas de Heine. De Schumann, Brahms, Schubert. Segunda, **dia 7** às 18.30.

Finalmente, na quarta-feira, **dia 9**, às 18.30, ainda no Grande Auditório da Gulbenkian, recital de piano por **Tania Achot**, que interpreta obras de J.S. Bach, Berg Schönberg e Liszt.

Outros concertos em Lisboa:

— da **Banda da GNR** no **Teatro da Trindade, domingo** às 11 da manhã, com entrada gratuita;

O concerto integrado no **ciclo Mozart-Beethoven** que está a decorrer no **S. Luiz** — esta semana com obras para canto e piano interpretadas por **Liliana Bizineche** e **Adriano Jordão**. Às 11.00, com entrada livre.

Igualmente com entrada livre, os concertos — extensões deste ciclo Mozart-Beethoven — que se realizam no dia 5 às 17.00 no Clube de Teatro 1.º Acto em **Algés** (obras para piano de Beethoven) e no dia 6, também às 17.00, no Teatro Gil Vicente em **Cascais** (obras para canto e piano de Mozart).

Em **Queluz**, no Palácio Nacional, domingo às 17.30, os **Segréis de Lisboa** interpretam música barroca.

Quanto a **jazz**:

— de hoje a sábado actuará à noite no **Hot Club de Portugal** o quinteto de professores da escola de jazz do Hot;

— o mesmo grupo estará no domingo às 16.00 em **Sintra** para um concerto no Palácio Valenças.

Café-concerto do CESL

Nesta sexta-feira a festa faz-se com **Maria Guinot** e um espectáculo de teatro: «Com Fernando Pessoa à Mesa do Café». A partir das 21 horas.

O Café-concerto do CESL é um espaço de convívio criado pelo Sindicato do Comércio Escritórios e Serviços na sua sede, (R. Almirante Barroso, 3, à Estefânia), aberto diariamente das 17.00 às 20.00 e às sextas-feiras também à noite.

Bailado

No **Teatro de S. Luiz** a **Companhia Nacional do Bailado** apresenta o programa que recentemente estreou: **Variações de Paganini** (coreogr. Carlos Trincheiras) e **Carmina Burana** (coreog. de Armando Jorge para a música de Carl Orf). Espectáculos nos dias 3, 4 e 9 às 21.30 dia 6 às 16.00.

No **Centro de Arte Moderna** da Gulbenkian prossegue a Mostra de Dança Contemporânea — esta semana com **dança brasileira contemporânea:**

— os bailarinos Sonia Mota e Zeca Nunes nos dias **3** às 21.30, 49S 18.30, **5** às 16.00 e 21.30, **6** às 16.00;

— Patrícia Galvão, Soraya Sabyne e Mara Borba nos dias **8** e **9** às 21.30.

Cinema

Na **Cinemateca Portuguesa** programação variada, momentos de vários ciclos que ali decorrem simultaneamente:

— Hoje às 18.30 **Star 80** (1983) de Bob Fosse; às 21.30 **O Fantasma do Moulin Rouge** (1924) de **René Clair.**

— amanhã às 18.30 **O Veredicto** (1982) de Sidney Lumet com Paul Newman.

— sábado às 15.30 **O Inferno na Terra** (1953) de Billy Wilder; às 18.30 **O Segredo da Porta Fechada** (1948) de Fritz Lang; às 21.30, em versão original, «**In The Meantime Darling** (1944) de Otto Preminger;

— dias 7 às 18.30 e 8 às 21.30, filmes de Jean Vigo de 1923 e princípio dos anos 30; também no dia 8 às 18.30**Boudu Querido** (1933) de Jean Renoir.

Bilhetes na Cinemateca a 125$00.

Quanto ao **Forum Picoas**, destaque para filmes japoneses programados: de Nagisa Oshima **O Império dos Sentidos** (1976) no sábado e **O Império da Paixão** (1978) no domingo; de Akira Kurosawa **Os Sete Samurais,** realizado em 1954 — este na segunda-feira.

No Picoas sessões às 19.00 e 22.00 bilhetes a 200$00.

Em **Almada** , na Academia, sessões especiais para sócios às quintas-feiras. Hoje, 15.30 e às 21.30, exibe-se **Era Uma Vez na América**, de Sérgio Leone. A preços reduzidos: 50$00 para sócios, 100$00 para não-sócios.

«Encontros Imediatos» na TV

A RTP – que, como o PCP, faz anos no domingo — teve a boa ideia de incluir no programa das festas **Encontros Imediatos do Terceiro Grau,** o filme realizado em 1977 por Steven Spielberg e só há poucos anos exibido entre nós na sua versão integral.

O início da exibição no 1.º canal está anunciado para as 14.15.

Para quem vive no Porto e arredores, e porque ali, no domingo, **a nossa festa** é outra! o recurso é gravar ou pedir para gravar. E ver depois — no Centro de Trabalho, por exemplo.

Exposições

• **LISBOA**

Acender a Noite — Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101.

«30 Anos RTP» — Palácio Foz. Restauradores (até 7/3).

Arqueologia — Fundação Calouste Gulbenkian.

Azulejos — Colectiva (Bartolomeu, Pomar, Paula Rego, Menez, Lurdes Castro, João Vieira). R. Academia das Ciências, 2-C. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Batarda — Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113.

Brinquedos Cabo-Verdianos — Museu Nacional do Traje (ao Lumiar). De 3.ª a dom. das 10.00 às 12.30 e das 14.30 às 17.00 (até 15/4).

«A Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro». — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Colecção da Livraria Buchholz, Lda. — Galeria Arcada. Arcadas do Parque, 18. De 4.ª a 6.ª, das 11.00 às 20.00.

Colectiva — Galeria Artex, Rua Nova do Almada, 85-87. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 09.00 às 13.00 (até 5/3).

Colectiva — Novo Século. Rua do Século, 23-A. De 3.ª a sáb. das 14.00 às 20.00 (até 7/3).

Colectiva — Fotografia. Junta de Freguesia de Santiago, Rua de Santiago. De 3.ª a 6.ª das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 18.00 (até 19/3).

O Corpo e a sua Imagem — Instituto Franco-Português, Av. Luis Bivar, 91.

Cristina Ataíde — Escultura. Galeria Diferença, Rua S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00.

Domingos Rebelo — Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 19.00 (até 22/3).

Fotografia e Ambiente — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 23.30, sáb. e dom. das 12.00 às 23.30 (até 21/3).

Francisco Simões — Pintura. Galeria São Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb. (até 15/3).

Gravura Brasileira — Centro de Arte Moderna.

Ivo — Pintura. Galeria Quadrum. Coruchéus. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 26/3).

José Vieira — Pintura. Atelier 2, Rua da Emenda, 66-3.º. De 2.ª a 6.ª, das 14.30 às 20.00.

Leonel Moura — Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 26/3).

Luís Alexandre — Fotografia. Junta de Freguesia de Carnide, Largo das Pimenteiras, 26-A-r/c. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 24.00.

Luís Gonçalves Óleos. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 5/3).

Museu da Água de Manuel da Maia — Recinto dos Barbadinhos, Rua do Alviela (à Calçada dos Barbadinhos), n.º 12.

Pedro Fazenda — Escultura. Galeria Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19.30.

Retrospectiva Aureliano Lima — Fundação Calouste Gulbenkian.

Restrospectiva de António Dacosta — Fundação Calouste Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

Rui Cunha — Pintura. Galeria Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 22.00 (até 12/3).

Ruth Rosengarten — Pintura. Galeria Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56-5.º Dt.º. Diariamente das 16.00 às 20.00 (até 26/3).

Sérgio Pombo — Desenho. Loja do Desenho, Rua Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 20/3).

Tapeçaria e Têxtil — Atelier Troufa Real, Rua da Horta Seca, 11-2.º. Diariamente das 14.30 às 18.30.

«Têxteis Mexicanos» — Museu Nacional do Traje. Parque do Monteiro-Mor. De 3.ª a dom., das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.30.

Vagner de Marchi — Pintura. Adelas, Rua do Norte, 23 de 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.30, sáb. das 10.00 às 16.00 (até 4/3).

Vieira-Baptista — Pintura «O Trapo Vermelho». Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 19/3).

Luís Alexandre — O mundo rural – fragmentos do Nordeste Transmontano

• **PORTO**

Colectiva — Galeria Antiqua, Rua do Salgueiral, 62. Diariamente das 61.00 às 22.00 (até 7/3).

Domingos Pinho — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Fernando Távora — Desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, loja 8. Diariamente das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00 (até 8/3).

Isabel Pavão — Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1.

Julien Chaves. Pintura. Galeria Nasoni, Sala Atlântica, Rua Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

Manuel Botelho — Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 17/3).

«Do Tear à Moda» — Centro Regional de Artes Tradicionais, Rua da Reboleira, 37. De 3.ª a dom. das 10.30 às 12.30 e das 15.00 às 19.00.

• **OUTRAS LOCALIDADES**

Ward Janssen — Pintura e desenho. Centro Cultural São Lourenço (até 18/3) ALMANSIL.

Gravuras da Colecção Calouste Gulbenkian — Museu (até 6/3) AVEIRO.

«As Festas» — Convento de Verderena. Aos sáb. e dom. das 15.00 às 18.00 (até 30/4) BARREIRO.

Maria Antónia Santos — Tapeçarias. Galeria da Universidade (até 9/3) BRAGA.

Luís Rodrigues — Pintura e desenho. Sala do Castelo da Ass. de Artes Plásticas (até 28/2) CAMPO MAIOR.

Cláudia Lima — Pintura. Galeria do Teatro Municipal Mirita Casimiro. De 3.ª a sáb. das 18.00 às 24.00, dom, das 15.00 às 20.00 (até 11/3) CASCAIS.

Vasco Elói — Desenho. Teatro Municipal Mirita Casimiro. CASCAIS.

Avelino Sá — Pintura. Círculo de Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00, das 15.00 às 18.00 e das 22.00 às 24.00. COIMBRA.

Colectiva — Escultura. Mus. Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 – COIMBRA

Paulo Frade — Pintura. Círculo de Artes Plásricas. COIMBRA.

Contrapontos — Arcada. Arcadas do Parque, 18. Diariamente das 11.00 às 20.00 (excepto à 3.ª) ESTORIL.

João Duarte — Escultura. Galeria Lapub, Rua D. Luís I, bloco 2-B-r/c. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 18.00 e das 21.00 às 23.00, sáb. e dom. das 15.00 às 19.00 (até 18/3) FIGUEIRA DA FOZ.

Vitorino de Sousa — Escultura. Casa do Adro, Museu Municipal. Diariamente das 10.00 às 17.00 (até 6/3) LOURES.

Manuel Filipe — Pintura. Galeria Municipal do Palácio dos Anjos. Diariamente das 14.00 às 20.00 (até 11/3) OEIRAS.

Colectiva — Centro de Arte, Rua Alão de Morais, 473. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 23.00, dom. das 14.00 às 20.00 (até 10/3). S. JOÃO DA MADEIRA.

Sérgio Eloy — Fotografia. Forum do Centro Cultural Regional, Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16. SANTARÉM.

Colectiva — Catália, Galeria de Arte, Pousada de S. Filipe (até 4/3). SETÚBAL.

Helder Cerqueira — Casa do Bocage/ /Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª das 09.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30, sáb. e dom. 15.00 às 18.00.

Manuela Cardoso — Pintura. Catéria, Galeria de Arte, Pousada de S. Filipe (até 4/3). SETÚBAL.

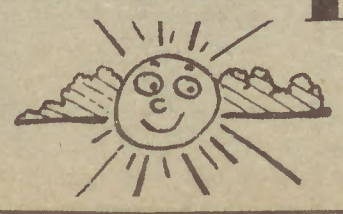
Maria e Carlos Santos — Galeria de Exposições Temporáris do Museu Regional. SINTRA.

Manuela Portellnha — Fotografia. Casa-Museu Álvaro de Campos, Calçada da Galeria, 12. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00, TAVIRA.

Pedro Tudela — Pintura/Instalação. Forum/Viseu, Casa Museu Almeida Moreira (até 6/3) VISEU.

Tempo

Fim de Semana



Céu com períodos muito nublado. Aguaceiros fracos nas regiões do Norte, de neve nas terras altas. Vento moderado. Descida de temperatura.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

aTV

O PCP, a independência nacional e o Cavaco

Sabemos pelo Telejornal que o governo sul-africano proibiu as actividades de várias organizações anti-*apartheid*. Também sabemos que o governo americano se mostrou indignado com esta decisão.

Reagan é muito sensível. Mas quando se trata de condenar a África do Sul no Conselho de Segurança, é sempre o veto americano quem a salva. Os amigos, mesmo «indignados», são para as ocasiões...

•

Uma cena terrível de que vimos imagens: soldados israelitas espancam um civil palestiniano caído no chão, batem-lhe com pedras na cara, na cabeça, nos rins.

Comentário *off* burocrático. Frio. Distanciado. Sem caracterizar nitidamente as vítimas e os criminosos. Sem capacidade para mobilizar emocionalmente a audiência.

Infelizmente. Pode haver distanciamento em relação ao nazismo? Não será isso uma espécie de cumplicidade?

•

Há vários pretextos para afastar o PCP das grandes discussões nacionais. Vejamos no **Jornal de Sábado**, a respeito da revisão constitucional. Representantes do PSD e do PS. Porquê? Por ser o Governo e o maior partido da oposição...

Falsa desculpa. **Frente a frente** legítimo seria aquele que apresentasse formas antagónicas de ver um problema.

Sem isso não haverá frente a frente mas, com maior ou menor «nuance», um **lado a lado** na chamada **plataforma do consenso...**

Ou um convite para isso.

•

Os últimos desenvolvimentos da luta dos trabalhadores contra o pacote laboral têm servido a RTP para uma drástica marginalização da CGTP. **Telejornal** é quem decide quem lidera o processo, quem são os protagonistas mais importantes, quem melhor sabe responder às questões...

Claro que, para o **Telejornal**, aí não entra, no fundamental, a CGTP. Substituir a objectividade por determinada promoção, não é correcto em termos de tratamento informativo.

Eles aproveitam tudo para levar a água ao seu moinho...

•

Estamos numa reportagem da reunião da **Tendência Social-Democrata**. Pouca gente, é certo. Não importa. De audiência se encarrega a televisão.

E de repente, um depoimento. O depoimento de um tendencioso. Dado que se trata de reunião de sindicalistas, será evidente que o tendencioso é trabalhador. Ora o tal, José Raimundo de seu nome, a propósito do pacote laboral, «reconhece ao Governo legitimidade para legislar...»

Concluindo: se um trabalhador considera legítimo legislar contra os trabalhadores, o mínimo que eu posso é pôr em dúvida se se trata de um trabalhador de facto.

Oxalá não seja. Porque se o for, a situação será demasiado vergonhosa...

•

Os Jogos Olímpicos de Inverno são dos grandes acontecimentos da actualidade. Tem sido muito reduzida a atenção prestada pelo Telejornal. Compreende-se, dada a supremacia dos atletas soviéticos.

Telejornal acha que é melhor não falar nisso. O ténis é que é bom...

•

Cavaco foi à América. Conversou longamente com vários sujeitos entre os quais Carlucci que foi uma espécie de anfitrião. Conversaram certamente em português, língua que Carlucci aperfeiçoou entre nós, no tempo em que teve vários interlocutores ao seu dispor.

Disse a Rádio (e eu ouvi, ouvi com estes ouvidos bem despertos) disse várias vezes que a Imprensa, a Rádio e a Televisão americana ignoraram completamente a presença de Cavaco Silva. **Telejornal** ignorou esse dado.

Entretanto, lá se acabou por arranjar uma entrevistazeca numa estação local de TV. No seu inglês fluente, Cavaco Silva declarou que não se tratava de uma questão apenas de dinheiro. Ele chamava a atenção para o desagrado da opinião pública portuguesa pela actuação americana. Desse desagrado, acrescentou ele, se tem aproveitado o Partido Comunista...

Pois. Para os amigos americanos, se se pretende alguma coisa, o melhor é fazer soar o badalo anticomunista.

Tal foi a táctica de Cavaco. Que o tivesse feito num país estrangeiro e contra um partido do seu próprio país, eis aí um acto que os portugueses não desculparão.

Mas os portugueses também ficaram a saber, pela boca de Cavaco Silva, quem é que defende a independência nacional. Isso terão os comunistas que agradecer a Cavaco...

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

No Porto, longe da agitação social que segundo ele se verifica «só em Lisboa», Cavaco Silva pôde afirmar com outra tranquilidade, na segunda-feira, que «o sonho está ao nosso alcance» (o sonho dele, é claro – que o nosso também está ao *nosso alcance* mas é outro!). O sono também, acrescenta: ficámos todos cientes que em caso de greve geral ninguém conta com ele para piquete...
É, enfim, a sua forma de fazer política: se não pode afastar os opositores que tão perigosamente proliferam, afasta-se ele para onde julga que os não há...
Um tal passe não parece que tenha sido suficientemente para desarmar a imprensa, mesmo a mais «moderada» ou até amiga, que nos dias anteriores o qualificava de expoente deste poder autista, autoritário, mistificador...

«O Poder autista»

«O ministro do Trabalho desentende-se com os sindicatos, o ministro da Saúde hostiliza os médicos, o ministro da Justiça esquece os advogados, o ministro das Finanças perturba as regras do jogo económico, o ministro da Agricultura privilegia ostensivamente os antigos "terratenientes", o ministro dos Transportes permite que se degrade inexplicavelmente a situação nas empresas públicas do sector (...).

As intervenções sectoriais ocorrem, cada vez mais, em circuito fechado, sem serem definidas e enquadradas em função de uma meta, um programa, uma estratégia global que as torne politicamente credíveis e coerentes. Mas não é apenas a ausência de uma efectiva liderança, de uma orientação integradora dos vários segmentos da acção governativa que se faz sentir. É também a forma gratuita, inábil, arrogange ou apenas incompetente, como um número crescente de ministros optou por ignorar os interlocutores das suas áreas respectivas (...).

O poder autista vive fechado para dentro de si próprio, no alheamento da realidade que o cerca, como se toda a realidade nele se resumisse. Numa situação de maioria política indiscutível, porém, a "anormalidade" do caso revela-se ainda mais bizarra e preocupante, como se o Governo visse uma crise de identidade com a fonte de legitimidade democrática que o consagrou.»

Vicente J. Silva, «Expresso», 27.Fev.

«Uma política que fabrica confrontos»

«O eleitorado português ao votar como votou em Julho de 1987 aspirava à estabilidade e a verdade é que meses depois tudo está instável com uma agitação social preocupante, que foi desencadeada por provocatórias medidas e leva a níveis de crispação por uma irritante falta de diálogo, e com o extremar acintoso entre um pequeno estrato privilegiado a explicitar riqueza e lazer e uma larga maioria afligida por carências e impostos.»

(J. Silva Pinto, «Tempo», 25.Fev.)

«Freitas do Amaral acusa o Governo Cavaco Silva de cometer "erros sobre erros" e de se ter distanciado da linha programática de Francisco Sá Carneiro. (...)

O dr. Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, encontra, na actuação do Governo, a confirmação da análise política do partido divulgada logo após o acto eleitoral e vê no surto de greves e no movimento social de protesto, o desmentido das sondagens favoráveis ao Governo. O dr. Vítor Constâncio considera o Primeiro-Ministro como "o grande instabilizador".

São vozes de oposição, dirão alguns. Mas a questão da estabilidade governativa está posta. A flagrante agitação de protesto e de reivindicação põe em causa os critérios e os custos da estabilidade. Que não são espontâneos esses movimentos – os protestos, as reivindicações, as greves –

-, esse é um argumento precário. Porque os protestos só têm eco, as reivindicações quem as sustenta, as greves quem as faça, quando correspondem a decisões que enraízam em situações colectivas.

Uma política que fabrica confrontos, ou não tem a capacidade de os evitar, é uma política de instabilidade. Algumas vezes a "instabilidade política" abafa, ou apenas adia, as explosões de "instabilidade social".»

(«Diário de Lisboa», 26.Fev.)

Aceitam-se parceiros – se batoteiros...

«A oposição da UGT à última versão do "pacote laboral" tem, como é evidente, alguma dose de encenação. A UGT "precisa", ou julga que precisa, de se opor a qualquer mudança da legislação laboral, por muito moderada que ela seja. (...)

Mas para além da dose de encenação inevitável, a oposição da central é uma estratégia evidente que passa pelo princípio de que os grandes combates que as oposições devem travar são os que estão condenados ao insucesso, na medida em que as leis irão para a frente em qualquer caso. Desse modo, ninguém penalizará a UGT pela paralisia reformista, mas todos os descontentes se congratularão... pelo menos até que se esqueçam. (...)

Talvez por isso algumas más línguas afirmem que se está já a assistir a uma espécie de estratégia conjugada entre Cavaco Silva e Torres Couto, cada um desempenhando o seu papel, mas ambos no fundo apoiando-se reciprocamente. Segundo esta tese, a Torres Couto interessa que o Governo possa durar quatro anos não excessivamente complicados, embora com a normal espuma de contestação.»

(J.M. Júdice, «Semanário», 27.Fev.)

«Um Conselho de Concertação Social é um organismo destinado a promover o diálogo entre os parceiros sociais e entre estes e o Governo. O Governo não dirige, participa. O Governo não impõe uma política, participa na enunciação de soluções calendarizadas. Não privilegia interlocutores porque não pode ser favorável a uma parte em detrimento, e prejuízo material, de outra ou outras.

No caso português, o Governo não pode entender-se com um ou vários parceiros, para isolar outro ou outros. Surpreendeu, portanto, que se tivessem realizado negociações particulares com a UGT e se tivesse marginalizado a CGTP-Inter. Não vamos fazer o relato do processo e dos acidentes de percurso. Importa, sim, dos acontecimentos nestes dias vividos, extrair a lição política: o Governo comporta-se numa óptica estreitamente partidária. Pretende, não só dominar a concertação social, como reduzi-la a uma arma política. Marginalizar a CGTP-Inter, quando a central vai à mesa da concertação social expor os seus pontos de vista, formula as suas reservas, votar livremente, é esvaziar a política de concertação social.»

(«Diário de Lisboa» – «Política de A a Z», 26.Fev.)

Segredinhos da (des)inflação

«O governo só tem razões para estar satisfeito pois baixou de 20 para 8 por cento o nível da inflação.»

(Cavaco Silva no Porto, «Diário de Notícias», 1/Março)

«Se é legítimo passar a vida a manipular, também é legítimo insistir na sua dismistificação.

O mundo, como se sabe, no biénio 1986/87, foi objecto de profundas mutações, que influenciaram a generalidade dos indicadores económicos e, em particular, as balanças de pagamento e as **taxas de inflação**. São múltiplos os exemplos que podem apontar-se.

Primeiro exemplo: o preço do barril de petróleo, que chegou a ultrapassar os 30 dólares, caiu abruptamente até aos 15 e ainda hoje não ultrapassa os 18 dólares. As consequências desta mutação para os países não produtores foram qualquer coisa de inimaginável. Em Portugal, números redondos, terão representado cerca de 200 milhões de contos por ano.

Segundo exemplo: a cotação do dólar, principal moeda de pagamento nas transacções internacionais, caiu abruptamente, como já não havia memória que acontecesse. Mesmo descontando a desvalorização do escudo em relação às principais moedas, a nossa paridade com a da moeda americana valorizou-se cerca de 30% em dois anos – uma enormidade, quer em termos de aquisição de produtos, quer em termos de pagamento do serviço da dívida externa.

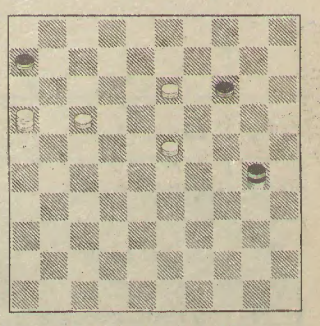
Terceiro exemplo: as taxas de juro no mercado internacional baixaram cerca de 2%. Para um país como Portugal, com uma dívida externa superior a dois mil milhões de contos, esta redução traduziu-se, só em juros, num ganho superior a 40 milhões de contos por ano.

Estes dados, que nunca foram contestados por ninguém – e que, obviamente, ocorreram à margem de qualquer intervenção das autoridades portuguesas –, estiveram na base da grande desaceleração da subida de preços verificada não só em Portugal como em praticamente todo o mundo. Mesmo que o Governo não existisse, não fizesse absolutamente nada, a simples existência de um aparelho administrativo mínimo, entregue aos directores-gerais, teria assegurado um decréscimo da inflação.»

(Daniel Amaral, «o jornal», 26.Fev.

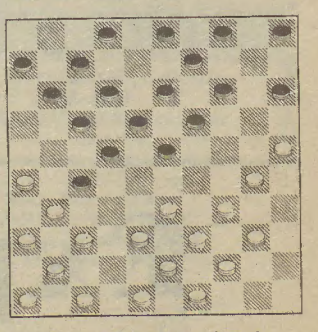
Damas

CXLIII – 3 de Março de 1988
Proposição N.º 143
Por: A. Troalen – 1977
Pr: [3]: 6-14-(30)



Br: [4]: 13-(16)-17-23
Jogam as brancas e ganham

Golpe N.º 143
Por: T. Syjbrands – Holanda
Pr: [18]: 2-3-4-5-6-7-9-11-12--13-14-15-17-18-19-22-23-27.
Br: [18]: 25-26-30-31-33-34-36--37-38-39-40-41-43-44-46-47-48--49.



As brancas fazem dama!

Soluções do CXLIII

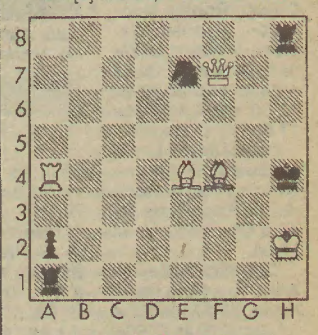
N.º 143 (AT): 23-19(14x23) 17-11;
se: (30x8) 16-32 e 32x2+
se: (30x2) 11-7 e 16x29+
se: (6x17) 16-2 e 2x11+

Golpe 143 (TS): 34-29 (23x45) 44-40 (45x34) 30-24 (19x30) 38-32 (27x29) 26-21 (17x26) 43-38 (34x32) 37x10 (5x14) 25x1=D (26x37) 41x32!!! (Em jogo!!!).

■ **A. de M. M.**

Xadrez

CXLIII
3 de Março de 1988
Proposição N.º 143
Por: G.E. Carpenter
«Detroit Free Press», 1885
Pr.: [5]: Pa2-Cé7-Ts.a1,h8-Rh4
Br.: [5]: Bs.é4,f4-Ta4-Df7-Rh2



Mate em dois lances

* * *

Jogo N.º 143
50.º Torneio de Wij-aan-Zee, Jan./1988

[O triunfo neste torneio coube a A. Karpov, obtendo assim a sua 69.ª vitória em torneios. É o recorde!!! Alekhine em toda a sua vida ganhara 66 torneios]

Br.: Farago – **Pr.:** Ljuboevic

1. d4,Cf6; **2.** ç4,d6; **3.** Cç3,é5; **4.** é5,d:é5; **5.** D:d8+,R:d8; **6.** Cf3,Cbd7; **7.** Bg5,h6; **8.** B:f6,g:f6; **9.** g3,ç6; **10.** Bh3,Cb6; **11.** 0-0--0+,Ré7; **12.** B:ç8,T:ç8; **13.** b3,Ré6 **14.** Td3,Tç7; **15.** Thd1,Td7; **16.** Rç2,Bé7; **17.** T:d7,C:d7; **18.** Ch4,Tç8; **19.** Cf5,Bf8; **20.** g4,b5; **21.** ç:b5,ç:b5; **22.** Rb2,a6; **23.** Cd5,Tç6; **24.** é4,a5; **25.** a3,b4; **26.** a4,Cç5; **27.** Cde7 e as pretas abandonam.

* * *

Solução do N.º 143

Chave: 1. Bé3, ameaçando cheque com a deslocação do Bé4!
1. ..., Rg4; **2.** Bh7++
1. ..., Ta8; **2.** B:a8++
1. ..., Tb8; **2.** Bb7++
1. ..., Tç8; **2.** Bç6++
1. ..., Td8; **2.** Bd5++
1. ..., Tg8; **2.** Bg6++
1. ..., Tb1; **2.** B:b1++
1. ..., Tç1; **2.** Bç2++
1. ..., Td1; **2.** Bd3++
1. ..., Th1+; **2.** B:h1++
1. ..., Tf1; **2.** Bf3++
1. ..., Tg1; **2.** Bg2++
1. ..., Cç6; **2.** B:ç6++
1. ..., Cd5; **2.** B:d5++
1. ..., Cf5; **2.** B:f5++
1. ..., Cg6; **2.** B:g6++

ENota: É um «Tour de Force» a proposição N.º 143! O Bispo Br. realiza 13 mates!!!

■ **A. de M. M.**